



1. Introdução

O Relatório de Sustentabilidade de uma Câmara Municipal pretende traduzir a avaliação do seu desempenho no domínio da promoção da sustentabilidade, pretendendo identificar os aspetos que se apresentem deficientes, para que possam ser corrigidos e melhorados.

A elaboração deste documento decorre essencialmente da consciencialização da importância dos princípios de equilíbrio financeiro, de responsabilidade social e de qualidade ambiental, bem como da importância de transmitir de uma forma transparente, simples e apelativa, os resultados atingidos.

Assim sendo, o município de Alfândega da Fé, através do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), definiu como um dos objetivos: “Promover a Sustentabilidade (social, económica, ambiental)”, dado o elevado número de projetos e dinâmicas municipais associadas à sustentabilidade e à eficiência dos recursos locais. Neste âmbito surgiu a pertinente articulação com o projeto “ECO.XXI” — tendo o município submetido a candidatura ECO.XXI 2015.

O “ECO.XXI” é promovido e dinamizado pela Associação Bandeira Azul da Europa, assegura os princípios da Agenda 21 e está direcionado para o reconhecimento das boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas pelos municípios o qual fica consubstanciado pela respetiva entrega ao município do Galardão ECOXXI (bandeira verde). Uma ferramenta fundamental para a aplicação dos “pilares” do desenvolvimento sustentável traduz-se na criação de objetivos e indicadores que possam aferir progressos e estabelecer metas a atingir.

Ao longo do tempo, a utilização de indicadores, especialmente no seio das ciências sociais, mantém acesso ao debate acerca das fórmulas ideais capazes de resumir a informação de carácter técnico e científico. Cumulativamente, a procura de metodologias eficazes de utilização dos indicadores disponíveis (ou a criar) para aferir o desenvolvimento sustentável, não se encontra ainda padronizada.

No entanto, existe consenso acerca da necessidade de aplicação de metodologias capazes de sintetizar a informação, para que esta possa servir de suporte às ações de decisores, gestores, políticos, grupos de interesse ou público em geral.

O “ECOXXI” pretende valorizar um conjunto de aspetos considerados fundamentais à construção do desenvolvimento sustentável, alicerçados em 2 pilares: a educação no sentido da sustentabilidade; e a qualidade ambiental. Este conjunto de aspetos é materializado através de 21 indicadores (e sub-indicadores) que visam aferir progressos e estabelecer metas a atingir.

Estes indicadores são transversais aos serviços municipais, com maior incidência no Serviço de Ambiente da DU, e abrangendo também os serviços de Ação Social, de Empreendedorismo e de Cultura/Turismo da DDESC.

Calendário do ECOXXI 2015:

Data	Ação
novembro de 2014 a janeiro de 2015	Reuniões Comissão Nacional e revisão do Programa; preparação da candidatura 2015
27 de janeiro 2015	Reunião da Comissão Nacional
23 de fevereiro de 2015	Abertura das candidaturas e ação de formação
23 de fevereiro a 1 de junho de 2015	Período de Candidaturas ECOXXI 2015
julho e agosto de 2015	Avaliação das Candidaturas pelos júris
Até 30 de setembro de 2015	Divulgação prévia dos resultados Esclarecimento de dúvidas aos municípios
outubro de 2015	Cerimónia de Divulgação dos Resultados e Entrega dos Galardões ECOXXI 2015
outubro a dezembro de 2015	Preparação do Programa ECOXXI 2016

2. Promover a Sustentabilidade

Para medir o grau de implementação do Projeto “ECOXXI” no Município de Alfândega da Fé, extrapolando/simulando o resultado global atingido face ao índice ECO XXI, conjugando ponderadamente todos os 21 indicadores do projeto, foi criado o seguinte indicador associado ao Objetivo n.º 5 do SGQ:

> OBJETIVO - 5: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE (social, económica, ambiental)

> Indicador: “Taxa de Execução do Índice ECOXXI”

- > **Meta:** ≥ 50% (e respetiva entrega do Galardão ECOXXI 2015)
- > Esta taxa de execução corresponde ao grau de implementação da globalidade das ações associadas aos 21 indicadores do Projeto ECOXXI, resultando este valor da ponderação fixada para cada indicador (pontuação máxima) e da simulação da avaliação a efetuar pelo responsável técnico do Município da candidatura ECOXXI-2015, através da verificação das evidências fornecidas por cada responsável pelas respetivas ações. Os coordenadores deste Projeto ECOXXI no Município são: o Chefe de Divisão de Urbanismo (responsável técnico da candidatura 2015) + a Técnica Superior de Ambiente (no âmbito da DU-Ambiente) + Chefe de Gabinete da Presidente da Câmara (no âmbito da DDESC).
- > **Fontes:** DU / DDESC
- > **Resultado acumulado** (em 29/05/2015): **63,70 % (simulação)**

Código	Indicador - ECOXXI (ano 2015)	Serviço Municipal	Responsáveis (login)	Pontuação Máxima	Avaliação
1-IP	> Promoção da Educação Ambiental / Educação para o Desenvolvimento Sustentável por iniciativa do município	DU-Ambiente	carinat	10,0	9,85
2-IP	> Educação Ambiental - Programas FEE	DU-Amb. (+ Escola)	carinat	5,0 (+0,5)	1,50
3	> Implementação do Programa Bandeira Azul			2,0	n.a.
4	> Participação Pública e Agenda 21 Local	DU-Ambiente	carinat	7,0 (+0,6)	4,05
5	> Informação Disponível aos Municípios.	DDESC-GCD	sonia	4,5 (+0,5)	4,25
6	> Emprego	DDESC-GAE	marisa	3,5 (+0,6)	1,20
7	> Cooperação com a Sociedade Civil	DDESC-Social	conceicao	2,5 (+0,6)	0,90
8	> Certificação de Sistemas de Gestão	GQ	ruig	2,0	1,35
9	> Áreas Classificadas (âmbito Conservação da Natureza)	DU-GTF	filipa	0,0 (+2,0)	1,00
10	> Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade). Conhecer, Educar e Divulgar	DU-GTF	filipa	5,0 (+1,0)	4,90
11	> Gestão e Conservação da Floresta	DU-GTF	filipa	3,0	1,10
12	> Ordenamento do Território e Ambiente Urbano	DU-OT e Urbanismo	ruig	12,0 (+1,0)	5,95
13	> Qualidade do Ar e Informação ao Público	DU-Ambiente	carinat	3,0	1,50
14-IP	> Qualidade da Água para Consumo Humano	DU-Água	daniela	3,0	2,35
15	> Qualidade dos Serviços de Águas prestados aos utilizadores	DU-Água e Saneamento	daniela	7,0 (+0,4)	3,50
16-IP	> Produção e Recolha Seletiva de Resíduos Urbanos	DU-Ambiente	carinat	7,0	4,00
17	> Valorização do Papel da Energia na Gestão Municipal	DU-Amb. e DO	carinat	7,0 (+1,0)	4,80
18	> Mobilidade Sustentável	DU-Urbanismo	ruig	7,0 (+0,8)	5,40
19	> Qualidade do Ambiente Sonoro	DU-Ambiente	carinat	3,0	0,85
20	> Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável	DDESC-GAE	libania	3,5 (+0,5)	1,50
21	> Turismo Sustentável	DDESC-Turismo	anad	5,0 (+1,0)	3,75
Taxa de Execução do Índice “ECOXXI” = Pontuação Total ÷ Pontuação Máxima Possível (100) × 100					63,70 %

3. Plano de Melhoria dos Indicadores

No ano 2015 deverão ser melhorados e trabalhados vários aspetos, relacionados com cada um dos domínios da sustentabilidade. Os aspetos identificados por cada responsável pelos indicadores do ECO.XXI são os seguintes:

Indicador 1 - Promoção da Educação Ambiental por Iniciativa do Município

- Melhoria na indicação dos instrumentos de avaliação e previsão da avaliação de metas.

Indicador 2 - Educação Ambiental - Programas FEE

- Colaborar com o agrupamento de escola na continuidade da promoção e participação no programa Eco escolas;
- Incentivar a inscrição do agrupamento de escolas no projeto jovens repórteres para o ambiente.

Indicador 4 - Participação Pública e Agenda 21 Local

- Assinar a Carta/Compromisso de Aalborg;
- Dar continuidade na fase de sensibilização e envolvimento da comunidade;
- Rever e melhorar o diagnóstico e o Plano de Ação;
- Implementar o Plano de Ação no concelho monitorizando e avaliando sempre que necessário;
- Definir mais ações de promoção e divulgação da participação pública sem se restringir à Agenda 21 e ao orçamento Participativo;
- Criar ações relativas a processos e iniciativas municipais;
- Rever e inserir novos membros no grupo de trabalho/grupo coordenador;
- Criar estratégias e implementar estruturas de codecisão e discussão com a sociedade civil (ex: mais fóruns de discussão pública);
- Envolver mais parceiros na gestão de todo o processo da Agenda 21 Local.

Indicador 5 - Informação Disponível aos Municípios

- Continuar a promover a manutenção e atualização do site do Município;
- Promover/ divulgar a atividade municipal no âmbito destas temáticas utilizando os meios online e outros suportes comunicacionais;
- Melhorar a acessibilidade à informação.

Indicador 6 – Emprego

- Realizar sessões de informação relativas a Emprego e Formação, bem como esclarecimentos sobre incentivos à contratação;
- Implementação de uma Feira de Emprego, apresentando várias oportunidades existentes no Concelho e Distrito.

Indicador 7 - Cooperação com a Sociedade Civil em Matéria de Ambiente e Desenvolvimento

O catálogo de projetos/ medidas e ações promotoras do desenvolvimento local são o resultado de um trabalho em parceria que envolve várias instituições e organismos cuja área de intervenção passa pela cultura, desporto, ação social e saúde, cuja missão final é a melhoria da qualidade de vida da população residente em Alfândega da Fé.

A definição das estratégias de intervenção são delineadas a partir das bases, das próprias instituições e organismos e dos próprios munícipes assentes na partilha e reflexão conjunta.

Daqui resultam a formalização de diversos protocolos e acordos de colaboração e orçamentos participativos.

Indicador 8 - Certificação dos Sistemas de Gestão

- Manutenção e Renovação da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Implementação de um Sistema Integrado: Qualidade, Segurança e Ambiente;
- Sensibilização e dinamização junto das Juntas de Freguesia e Empresa Municipal para a implementação de um Sistema de Qualidade certificado.

Indicador 9 - Áreas Classificadas (Âmbito Conservação da Natureza)

- Promoção da Reserva da Biosfera.

Indicador 10 - Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade) Conhecer, Educar e Divulgar

- Implementação de Boas práticas agrícolas;
- Prevenção de existência de lixeiras clandestinas;
- Produção de material informativo com informação científica;
- Promoção do Parque Verde.
-

Indicador 11 - Gestão e Conservação da Floresta

- Implementação de ações de silvicultura preventiva nos espaços florestais pertencentes ao Município;
- Promoção de ações de educação, sensibilização e formação sobre a floresta;

Indicador 12 - Ordenamento do Território e Ambiente Urbano

- Os dados deste indicador relativos ao licenciamento de edifícios e à taxa de recuperação do edificado existente (nos últimos 3 anos) dependem da vontade e iniciativa privada — serão recolhidos e atualizados pela Secção de licenciamento da DU no início de 2016;
- Os dados deste indicador relativos a ações de requalificação, remodelação ou recuperação de edifícios públicos (nos últimos 3 anos) dependem do investimento direto do município (através da Divisão de Obras) e/ou da administração central;
- Os dados deste indicador relativos a ações de intervenção de restauro, renovação, reabilitação ou requalificação urbana (nos últimos 3 anos) dependem do investimento direto do município (através da Divisão de Obras);
- Os dados deste indicador relativos a espaços verdes públicos (nos últimos 3 anos) dependem do investimento direto do município (através da Divisão de Obras);
- Os dados deste indicador relativos ao Planeamento, PDM, RAN e REN (nos últimos 3 anos) serão recolhidos e atualizados pela Setor de Ordenamento do Território da DU no início de 2016.

Indicador 13 - Qualidade do Ar e Informação ao Público

- Melhoria nas formas de informação ao público sobre qualidade do ar da iniciativa do município;
- Promoção e ações de avaliação sobre a qualidade do ar e medidas de redução de poluição atmosférica.

Indicador 14 - Qualidade da Água para Consumo Humano

- Os dados deste indicador encontram-se diretamente relacionados com a ERSAR e das suas devidas imposições. Para aumento da % de segurança de água, deverá a equipa selecionada do Município com os equipamentos (viatura própria e fotómetro), controlar a concentração de cloro nas aldeias onde se encontram instaladas as doseadoras automáticas/hidráulicas bem como dos 5 filtros instalados garantindo a salubridade da água;
- A eficácia dos equipamentos/ infraestruturas instaladas será verificada através da aquisição de serviços de um laboratório devidamente acreditado para o efeito.

Indicador 15 - População Servida por Sistemas de A. Água e Águas Residuais

- Neste indicador pretende-se diminuir a % de desperdício de água com ajuda das 4 equipas disponíveis para o efeito;
- Pretende-se que as ETAR's com a devida formação e com o ajuste dos equipamentos efetuem o tratamento e conseqüentemente a diminuição da concentração dos parâmetros imposta na respetiva licença;
- Pretende-se que a % de população do concelho seja toda servida por sistema de saneamento e água de consumo humano evitando o maior número de ligações privadas.

Indicador 16 - Produção, Recolha Seletiva e Valorização de Resíduos Urbanos

- Implementação de medidas de formação/ sensibilização por forma a reduzir a produção de resíduos;
- Implementação de medidas de formação/ sensibilização por forma a incentivar a triagem de resíduos;
- Promoção da compostagem doméstica;
- Criação de um centro de compostagem municipal.

Indicador 17 - Valorização do Papel da Energia na Gestão Municipal

- Adesão ao pacto dos autarcas;
- Solicitação ao gestor municipal da elaboração de um plano de estratégia ativa de informação e educação para a energia.

Indicador 18 - Mobilidade Sustentável

- Promoção dos Transportes Públicos (nos últimos 3 anos): 1- Transporte a pedido; 2- Transportes públicos escolares; 3- Viaturas híbridas e elétricas; 4- Gestão da frota de viaturas municipais;
- Incentivo aos Modos Suaves/Ativos (nos últimos 3 anos): 1- Parcerias para a regeneração urbana (PRU); 2- Diagnóstico e Plano de Acessibilidade (RAMPA); 3- Rede de Cidades e Vilas de Excelência;
- Gestão do Transporte Individual (nos últimos 3 anos): 1- Parcerias para a regeneração urbana (PRU); 2- Zona 30 (neste âmbito é necessário formalizar a constituição da zona 30 no centro cívico de Alfândega da Fé, através da aquisição e colocação de sinalética, pela Divisão de Obras e Comissão Municipal de Trânsito); 3- Rede de Cidades e Vilas de Excelência (neste âmbito é necessário concluir o projeto da sinalética informativa e turística da sede do concelho, pela Divisão de Urbanismo);
- Planos, Projetos e Gestão da Mobilidade (nos últimos 3 anos): 1- Unidade Móvel de Saúde de Alfândega da Fé; 2- Unidade Móvel de Serviços Municipais;
- Política de Mobilidade Sustentável (prioridades para implementação a curto/médio prazo): a) implementar o Plano de Ação do projeto RAMPA (intervindo fisicamente no espaço público da sede do concelho, melhorando as condições de acessibilidade e mobilidade, e eliminando as barreiras arquitetónicas identificadas no Diagnóstico do RAMPA); b) renovar a frota de viaturas municipais, através da aquisição de viaturas híbridas e elétricas; c) reduzir os custos com a frota de viaturas municipais (através de melhor planeamento e gestão); d) definir formalmente “Zonas 30” no centro cívico de Alfândega da Fé e na zona histórica de Alfândega da Fé.
- Política de Mobilidade Sustentável (prioridades para implementação a médio/longo prazo): a) Desenvolver o Serviço de Transporte a pedido (território de muito baixa densidade); b) Implementar os Serviços Municipais de Proximidade – “Município sobre Rodas”; c) Conceber e implementar um serviço de mobilidade ciclável, associado a uma rede de ciclovias (quer no âmbito das vivências quotidianas dos munícipes, quer no âmbito turístico).
- O Município deverá evoluir para a contratação de uma prestação de serviços para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, como meio de posteriormente aceder a candidaturas do Portugal 2020 e obter investimento para implementar as ações descritas.

Indicador 19 - Qualidade do Ambiente Sonoro

- Elaboração de um plano municipal de redução de ruído com implementação de medidas de redução de ruído.

Indicador 20 - Agricultura Sustentável e Desenvolvimento Rural

- Implementação de medidas de formação / sensibilização por forma a aumentar o modo de produção biológica no Concelho;

Indicador 21 - Turismo Sustentável

- Definição de mecanismo de avaliação do desempenho turístico do concelho, que inclua a monitorização das taxas de ocupação, da estada média e dos proveitos económicos, através de inquéritos regulares e presenças juntos dos agentes turísticos.
- Sensibilização e dinamização junto dos promotores de alojamento, restauração e agentes de animação turística para a necessidade de facultarem os dados da atividade económica.
- Contatar os artesão para a importância de efetuarem o registo das suas unidades produtivas artesanais no sistema nacional.
- Dinamizar ações juntos dos artesão no sentido de os sensibilizar para a preservação das respetivas artes, designadamente através da passagem do saber fazer.
- Elaboração de um Plano de Turismo na Natureza de forma a aproveitar todos os recursos existentes no concelho, designadamente Barragem do Baixo Sabor | Complexo do St Antão da Barca, Serra de Bornes, Barragem de Vilarelhos | Centro de Interpretação da Água + Birdwatching.
- Criação de um espaço museológico que reúna e divulgue todo o espólio artístico existente no concelho e do centro de interpretação de arte sacra.
- Materialização do Rota dos Frescos da Fé, com todas as suas valências designadamente o Centro de Interpretação.
- Criação de um Plano de Dinamização da Zona Histórica de Alfândega da Fé.

4. ANEXOS: Indicadores do ECO.XXI

Apresentam-se a seguir as fichas dos 21 indicadores do ECO.XXI, as quais traduzem a descrição de todas as dinâmicas desenvolvidas pelo município de Alfândega da Fé no ano 2014 e até maio de 2015.

caninat / ruig





Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 1

Município de Alfândega da Fé

Promoção da Educação Ambiental /EDS por iniciativa do município

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Ed. Ambiental/EDS	Município; APA; MEC; INTEC; CNE	R	IP	IU	10,0

A - EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL OU EQUIPARADOS

Item 1

Nota:

N.º de Equipamentos existentes, onde o município tem responsabilidades de dinamização/gestão

Número do Equipamento:

A1 - Nome do Equipamento:

ECOTECA Municipal

A2 - Tipo de Equipamento:

Educação Ambiental

A3 - Tipo de Público Alvo:

População em geral

A4 - Número de Pessoas Abrangidas:

A5 - Localização / Morada:

Biblioteca Municipal de Alfândega da Fé
Rua da Escola Preparatória - Alfândega da Fé

A6 - Descrição de Plano de Atividades:

- ATL de férias;
- Oficinas didáticas de ambiente.

As atividades dinamizadas neste espaço focam-se na sensibilização ambiental com diversas atividades didáticas. Neste âmbito, foram visualizados filmes, foram consultados vários livros disponíveis para realização de várias atividades e foram feitos jogos didáticos. A comunicação interpessoal das diversas idades é de extrema importância, pois a troca de ideias fomenta os corretos hábitos ambientais.

A7 - Realizaram a Avaliação dos Equipamentos?

Sim Não

A8 - Recorreram a que Instrumentos de Avaliação?

Sim: Inquéritos de satisfação.

A9 - Qual(ais) o(s) Responsável(eis) pela Avaliação?

Técnicas de Ambiente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé

A10 - Quais os Resultados da Avaliação?

Resultado da Avaliação a Satisfação: 68% (Bom)
 Público-alvo: População Geral (Utilizadores da Ecoteca Municipal)
 Nº de inquiridos: 123

Observações Relativas ao Formulário A

Considerou-se pertinente anexar a este subindicador:
 - Anexo 1 - Relatório de Avaliação da Satisfação dos Utilizadores da Ecoteca Municipal
 - Anexo 2 - Listagem de material disponível na Ecoteca Municipal

Documentação Anexa Relativa ao Formulário A:

[Anexo 1 - Relatório de Avaliação da Satisfação dos Utilizadores da Ecoteca Municipal.pdf](#) (169.2 kB)
[Anexo 2 - Listagem de material disponível na Ecoteca Municipal.pdf](#) (63.8 kB)

B - AÇÕES CONTINUADAS/PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Item 1

Nota:

o número de ações continuadas/projetos a apresentar depende da população do município (ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 1 no Guia de Apoio).

Número do Projeto:

B1 - Nome do Projeto:

"Não desperdice! Leve o que é seu!" – Resíduos do Nordeste

B2 - Tipo de Público Alvo:

População em geral

B3 - Número de Pessoas Abrangidas:

B4 - Objetivos e Competências:

- Comemorar a Semana Europeia de Prevenção de Resíduos (EWWR);
 - Contribuir para a diminuição do desperdício alimentar nos restaurantes;
 - Reduzir os custos de recolha e tratamento de resíduos;
 - Incentivar o uso de caixas em plástico que podem ser reutilizáveis ao contrário das caixas em metal.
 A ação "Não desperdice! Leve o que é seu!", decorreu no âmbito da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos (EWWR), e pretendia evitar o desperdício das sobras de restaurante e em simultâneo prevenir a produção de resíduos de embalagens, uma vez que foi entregue uma caixa plástica reutilizável para o cliente levar para casa a comida que sobrou.

B5 - Tipo de Atividades:

Ação de sensibilização ambiental, compreendendo as seguintes atividades:
 - Sensibilização sobre o desperdício alimentar;
 - Entrega de caixas reutilizáveis;
 - Entrega de inquéritos de avaliação.

B6 - Parcerias:

Câmara Municipal de Alfândega da Fé; Resíduos do Nordeste; Restaurante "S. Sebastião"; e órgãos de comunicação social (RTP, Rádio Brigantia).

B7 - Realizaram a Avaliação das Ações Continuadas / Projetos?

Sim Não

B8 - Recorreram a que Instrumentos de Avaliação?

Sim: Inquérito de avaliação da ação.

B9 - Qual(ais) o(s) Responsável(eis) pela Avaliação?

Técnicos de Ambiente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé; Resíduos do Nordeste.

B10 - Quais os Resultados da Avaliação?

Resultado da Avaliação a Satisfação.: 100% de satisfação

Público-alvo: População em geral

Nº de inquiridos: 57

Apesar da população abrangida diretamente pela ação serem 330 pessoas, os inquiridos foram apenas 57, demonstrando-se a satisfação global da ação com base na análise da avaliação dos questionários, bem como a reutilização da caixa plástica oferecida. Apenas 19% dos clientes demonstraram não ter por hábito fazer a separação de resíduos.

No que respeita a mudança de atitudes, constatou-se que as pessoas ainda se mostram resistentes ao aproveitamento da comida que não consumiram e que podem recuperar.

No entanto, com a sensibilização por parte da Resíduos do Nordeste, da Câmara Municipal de Alfândega da Fé e dos empregados de mesa e responsáveis dos restaurantes aderentes, foi possível incutir uma nova abordagem da prevenção de resíduos alimentares num setor que contribui em peso para a sua produção.

Observações Relativas ao Formulário B

Ação continuada B1: População abrangida = 5000. Durante a campanha 330 pessoas almoçaram ou jantaram no restaurante, destas 330 pessoas apenas aderiram à campanha 57, preenchendo o inquérito de satisfação.

Considerou-se pertinente anexar a este subindicador:

- Anexo 1 - Relatório de Avaliação da Satisfação do público-alvo;
- Anexo 2 - Relatório da Ação – Resíduos do Nordeste;
- Anexo 3 - Cartaz/Poster de divulgação da ação;
- Anexo 4 - Folheto de divulgação da ação;
- Anexo 5 - Modelo de inquérito.

Documentação Anexa Relativa ao Formulário B:

[Anexo 1 - Relatório de Avaliação da Satisfação do público-alvo.pdf](#) (1.6 MB)

[Anexo 2 - Relatório da Ação – Resíduos do Nordeste.pdf](#) (539 kB)

[Anexo 3 - Cartaz-Poster de divulgação da ação.png](#) (468.9 kB)

[Anexo 4 - Folheto de divulgação da ação.pdf](#) (87.9 kB)

[Anexo 5 - Modelo de inquérito-1.jpg](#) (513.8 kB)

[Anexo 5 - Modelo de inquérito-2.jpg](#) (557.6 kB)

Item 2

Nota:

o número de ações continuadas/projetos a apresentar depende da população do município (ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 1 no Guia de Apoio).

Número do Projeto:

B1 - Nome do Projeto:

"Workshop de sabão de óleos usados"

B2 - Tipo de Público Alvo:

População em geral

B3 - Número de Pessoas Abrangidas:

B4 - Objetivos e Competências:

- Sensibilizar para a importância da separação de óleos usados;
- Dar a conhecer as potencialidades da reutilização de óleos usados, nomeadamente a produção de sabão;
- Perceber se existe ainda falta de informação e se os oleões são ou não suficientes no concelho.

B5 - Tipo de Atividades:

Ação de sensibilização ambiental, compreendendo as seguintes atividades:
- Apresentação de um powerpoint sobre os impactos dos óleos no ambiente;
- Elaboração de sabão com a reutilização de óleos alimentares usados.

B6 - Parcerias:

Câmara Municipal de Alfândega da Fé; Junta de Freguesia de Alfândega da Fé; Resíduos do Nordeste.

B7 - Realizaram a Avaliação das Ações Continuadas / Projetos?

Sim Não

B8 - Recorreram a que Instrumentos de Avaliação?

Sim: Inquérito de satisfação.

B9 - Qual(ais) o(s) Responsável(eis) pela Avaliação?

Técnicos de Ambiente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé

B10 - Quais os Resultados da Avaliação?

Resultado da Avaliação a Satisfação: 100%

Público-alvo: População em geral

Nº de inquiridos: 23

O inquérito avaliou a prestação das técnicas enquanto oradoras e organizadoras.

A maior parte dos inquiridos (60%) responderam ter conhecimento dos oleões existentes na vila, mas mesmo assim têm por hábito lançar o óleo nas redes de esgotos (57% dos inquiridos). No entanto, estas mesmas pessoas acham que os oleões existentes na vila são suficientes, o que indica que realmente as pessoas têm conhecimento de que existem os oleões e sobre os impactos negativos provocados pelos óleos na natureza, embora não ponham em prática a teoria.

As pessoas ainda têm maus hábitos em relação aos óleos alimentares usados. Este workshop demonstrou perfeitamente que o município tem que trabalhar/batalhar muitos aspetos educativos com a população em geral.

Observações Relativas ao Formulário B

Ação continuada B2: População abrangida = 5000. Da população potencial, participaram no workshop 23 pessoas, preenchendo o inquérito de satisfação.

Considerou-se pertinente anexar a este subindicador B2:

- Anexo 6 - Relatório de Avaliação da Satisfação do público-alvo;

- Anexo 7 - PowerPoint "Sabão de Óleos";

- Anexo 8 - Inquérito;

- Anexo 9 - Folheto - Resíduos do Nordeste;

- Anexo 10 - Folheto - "Sabão caseiro";

- Anexo 11 - Certificado de participação.

Documentação Anexa Relativa ao Formulário B:

[Anexo 6 - Relatório de Avaliação da Satisfação do público-alvo.pdf](#) (165.2 kB)

[Anexo 7 - PowerPoint "Sabão de Óleos".pptx](#) (5.1 MB)

[Anexo 8 - Inquérito.pdf](#) (181.3 kB)

[Anexo 9 - Folheto - Resíduos do Nordeste.pdf](#) (247 kB)

[Anexo 10 - Folheto - "Sabão caseiro".pdf](#) (204.9 kB)

[Anexo 11 - Certificado de participação.pdf](#) (285.1 kB)

C - ATIVIDADES DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**Item 1****Nota:**

o número de atividades de formação a apresentar depende da população do município (ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 1 no Guia de Apoio).

Número da Atividade / Ação de Formação:

C1 - Nome da Atividade / Ação de Formação:

Ação de Formação "Compostagem"

C2 - Número de Vezes que foi Realizada:

C3 - Número de Pessoas Abrangidas por Ação:

C4 - Objetivos e Competências a Desenvolver:

- Inculzir noções básicas sobre o processo de compostagem aos jardineiros municipais;
- Dar a conhecer as vantagens da compostagem para a redução dos resíduos orgânicos que são encaminhados para aterro;
- Demonstrar a importância do composto para a fertilização dos solos, diminuindo a necessidade de utilização de fertilizantes sintéticos;
- Poder aplicar-se no Município e criar, mais tarde, um mini Centro de Compostagem.

C5 - Parcerias:

Câmara Municipal de Alfândega da Fé

C6 - Realizaram a Avaliação das Ações de Formação?

Sim Não

C7 - Recorreram a que Instrumentos de Avaliação?

Sim: Inquérito de satisfação.

C8 - Qual(ais) o(s) Responsável(eis) pela Avaliação?

Técnicas Ambientais do Município de Alfândega da Fé

C9 - Quais os Resultados da Avaliação?

Resultado da Avaliação a Satisfação: O resultado global em "percentagem de satisfação" dos inquiridos foi de 99%.
Público-alvo: jardineiros do município
Nº de inquiridos: 21 (os inquéritos realizaram-se nas duas Ações de Formação, havendo um total de 42 inquéritos)
As ações decorreram conforme o previsto, sendo notória a falta de informação nesta temática.

Observações Relativas ao Formulário C

Considerou-se pertinente anexar a este subindicador:
- Anexo 1 - Relatório de Avaliação da Satisfação do público-alvo;
- Anexo 2 - Powerpoint sobre a Compostagem;
- Anexo 3 - Folheto - Guia de Compostagem doméstica;
- Anexo 4 - Inquérito - Ação de formação "Compostagem".

Documentação Anexa Relativa ao Formulário C:

[Anexo 1 - Relatório de Avaliação da Satisfação do público-alvo.pdf](#) (115.9 kB)

[Anexo 2 - Powerpoint sobre a Compostagem.pptx](#) (3.2 MB)

[Anexo 3 - Folheto - Guia de Compostagem doméstica.pdf](#) (729.4 kB)

[Anexo 4 - Inquérito - Ação de formação "Compostagem".pdf](#) (60.1 kB)

D - ATIVIDADES DE SENSIBILIZAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**Item 1****Nota:**

o número de sensibilização a apresentar depende da população do município (ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 1 no Guia de Apoio).

Número da Atividade:

D1 - Nome da Atividade:

Campanha de Sensibilização – "Dejetos Caninos"

D2 - Tipo de Atividade de Sensibilização:

Ação de sensibilização ambiental, compreendendo as seguintes atividades:
- Campanha de sensibilização porta a porta;
- Distribuição de folhetos informativos.

D3 - Tipo de Público Alvo:

População em geral

D4 - Número de Pessoas Abrangidas:

D5 - Objetivos:

- Colocar Totens para a recolha de dejetos caninos;
- Alertar os donos para a importância da recolha dos dejetos caninos;
- Diminuir o impacto visual e os maus cheiros provocados pela deposição de dejetos caninos nas ruas e, principalmente nos jardins públicos;
- Informar a população de que as fezes dos cães albergam vírus, bactérias e parasitas extremamente perigosos para a saúde humana, sobretudo para as crianças.
- Denunciar o mau hábito dos donos dos cães, motivando-os a adotar comportamentos mais respeitadores;
- Evitar a poluição da via pública melhorando a saúde da população do concelho;
- Alertar sobre a implementação de medidas penalizadoras.

D6 - Avaliação - Instrumentos e Resultados:

Como instrumentos utilizamos uma abordagem empírica, através do contacto com as pessoas, descrevendo as experiências e conduzindo à reflexão sobre a problemática - através de Relatório.

Como resultados, esta campanha superou as nossas expectativas mas verificou-se que este trabalho tem que ser retomado o mais breve possível porque existe ainda muito trabalho a desenvolver nesta área. Concluimos que esta sensibilização agradou a maior parte da população, principalmente às pessoas que se sentiam mais atingidas com esta problemática. Outras pessoas não cumprem as indicações sugeridas e demonstram algum desprezo em relação a este tema.

D7 - Parcerias:

Câmara Municipal Alfândega da Fé; Gabinete de Medicina Veterinária Municipal; Resíduos do Nordeste; GNR de Alfândega da Fé.

Observações Relativas ao Formulário D

Considerou-se pertinente anexar a este subindicador D1:

- Anexo 1 – Relatório - Campanha de Sensibilização “Dejetos Caninos”;
- Anexo 2 – Folheto - Campanha de Sensibilização “Dejetos Caninos”.

Documentação Anexa Relativa ao Formulário D:

[Anexo 1 – Relatório - Campanha de Sensibilização Dejetos Caninos.pdf](#) (145.1 kB)

[Anexo 2 – Folheto - Campanha de Sensibilização Dejetos Caninos.pdf](#) (207.5 kB)

Item 2**Nota:**

o número de sensibilização a apresentar depende da população do município (ver “Sistema de Pontuação e Critérios” do indicador 1 no Guia de Apoio).

Número da Atividade:

D1 - Nome da Atividade:

Campanha de Sensibilização – “Pilhões”

D2 - Tipo de Atividade de Sensibilização:

Ação de sensibilização ambiental, compreendendo as seguintes atividades:

- Campanha de sensibilização em entidades públicas/privadas;
- Entrega de Mini pilhões;
- Recolha de pilhas usadas.

D3 - Tipo de Público Alvo:

População em geral

D4 - Número de Pessoas Abrangidas:

D5 - Objetivos:

- Informar a população da situação atual dos resíduos e demonstrar as vantagens da Recolha Seletiva;
- Promover o contato da população com o exercício da responsabilidade global, no domínio dos Resíduos;
- Inculcar noções, hábitos e boas práticas Ambientais;
- Consciencializar os jovens e a população geral para a importância da recolha seletiva, nomeadamente no que se refere a pilhas e acumuladores usados;
- Distribuir Pilhões pelas várias entidades;
- Contribuir para o aumento dos quantitativos de retoma.

D6 - Avaliação - Instrumentos e Resultados:

Como instrumentos utilizamos uma abordagem empírica, através do contacto com as pessoas/instituições e desenvolvendo uma componente operativa (interação e intervenção sobre a problemática) – registadas através de Relatório.

Como resultados, esta campanha superou os objetivos propostos. A população mostrou-se receptiva, colaborando na entrega deste tipo de resíduo, notando-se alguma falta de informação. No total, recolhemos cerca de 24 kg de pilhas.

Concluimos que vamos continuar a trabalhar neste âmbito, bem como com todos os resíduos em geral, de forma a diminuir a separação indiferenciada e consciencializar a população das boas práticas ambientais.

D7 - Parcerias:

Câmara Municipal Alfândega da Fé; Resíduos do Nordeste.

Observações Relativas ao Formulário D

Considerou-se pertinente anexar a este subindicador D2:

- Anexo 3 - Relatório - Campanha de Sensibilização e distribuição de Pilhões em Alfândega da Fé.

Documentação Anexa Relativa ao Formulário D:

[Anexo 3 - Relatório - Campanha de Sensibilização e distribuição de Pilhões.pdf](#) (676.6 kB)

E - ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

E1 - Existência de Estratégia de Educação Ambiental?

Sim Não

Se sim, descreva:

E2 - Eixos Estratégicos de Atuação (e respetivas áreas de atuação):

Pretende-se reforçar a sensibilização dos cidadãos para os problemas ambientais e sociais de possíveis soluções a estabelecer com base numa política sustentável, informada e ativa dos indivíduos na proteção do ambiente e na utilização racional dos recursos. Assim, os eixos estratégicos de atuação passam por a educação e sensibilização ambiental, a mudança de atitudes e comportamentos, a sustentabilidade local, o eco turismo, os workshops, as atividades lúdicas, as ações de formação e os eco-projetos.

E3 - Objetivos:

- Contribuir para a formação de uma cidadania ambientalmente mais consciente e informada;
- Educar e sensibilizar os cidadãos, sobretudo os mais jovens, para a preservação e defesa do Ambiente e para a responsabilidade individual e coletiva;
- Trabalhar com conceitos e conhecimentos voltados para a preservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais;
- Abordar temáticas relacionadas com o ambiente: ecologia, preservação da natureza, reciclagem, desenvolvimento sustentável, consumo racional dos recursos naturais, poluição ambiental, efeito estufa, ecossistemas, entre outras temáticas.

E4 - Público-alvo:

- População Geral
- Comunidade Escolar
- Universidade Sénior
- Leque

E5 - Tipo de Ações / Atividades Previstas:

- Roadshow de sensibilização ambiental
- Concurso "gestão ambiental na escola"
- Ação "rádio" programa / spot
- Ação "pense verde" – resíduos e responsabilidade social
- Livro tratamento de resíduos
- Ação "resíduos têxteis"
- Kit escolas
- Campanha de Sensibilização – Entrega de pilhões
- Campanha de Sensibilização – Separação de Resíduos
- Campanha de Sensibilização – óleos alimentares usados
- Compostagem – Outra forma de reciclar
- A água dá-nos vida! Ciclo hidrológico
- Utilização Racional de Energia
- A água dá-nos vida! Ciclo hidrológico
- Sessão – Alteração Climáticas
- Pegada Ecológica
- Campanha de Sensibilização – Dejetos Caninos
- Colaboração – Semana Educativa do Agrupamento de Escolas Alfândega da Fé
- Hortas Biológicas
- Zona 0 – Mobilidade Sustentável
- Importância ecológica dos Insetos
- História da Lagarta – As fases do Bicho-da-seda
- Dia Mundial da Agricultura – 20 de março
- Dia Mundial da Árvore e da Floresta – 21 de março
- Dia Mundial da Água – 22 de março
- Dia Mundial do Ambiente – 5 de junho
- Dia Mundial da Terra – 1 de abril
- Ecoteca
- Estação de Tratamento de Água (a definir com a escola)
- Estação de Tratamento de Água Residuais (a definir com a escola)
- Centro de Compostagem Municipal (a definir com a escola)
- Inceneração Doméstica – Um problema social
- Palestra – Impactos dos detergentes no ambiente e na saúde
- Formação – Compostagem
- Workshop – Cosmética Natural
- Workshop – ECO – Natal
- Biosfera – candidatura UNESCO
- Candidatura ECO XXI

E6 - Avaliação:

- Relatório Sintético
- Inquérito de Satisfação

Observações Relativas ao Formulário E

Considerou-se pertinente anexar a este subindicador E:
- (2015-05-19) Plano Municipal de Educação Ambiental

Observações Relativas ao Indicador 1

Considerou-se pertinente anexar ao subindicador E:
- (2015-05-19) Plano Municipal de Educação Ambiental

Documentação Anexa Relativa ao Indicador 1:

[\(2015-05-19\) Plano Municipal de Educação Ambiental.pdf](#) (380.7 kB)

Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52



© 2009-2011 Associação Bandeira Azul da Europa - Organização de Utilidade Pública reconhecida através do despacho nº9364/2009 publicado em D.R. de 30 de Março. | Ficha técnica



Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 2

Município de Alfandega da Fé

Educação Ambiental - Programas FEE

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Ed. Ambiental/EDS	ABAE	R	IP	IU	5,0

01 - N.º total de escolas do pré-escolar no concelho

01.1 - em 2013: 01.2 - em 2014:

02 - N.º total de escolas do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) no concelho

02.1 - em 2013: 02.2 - em 2014:

03 - N.º de escolas do ensino secundário no concelho

03.1 - em 2013: 03.2 - em 2014:

04 - N.º de escolas inscritas no Programa EE

04.1 - em 2013: 04.2 - em 2014:

05 - N.º de escolas galardoadas no Programa EE

05.1 - em 2013: 05.2 - em 2014:

Nota:

ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 2 no Guia de Apoio.

A - ECO-ESCOLAS (EE)

Nota:

todos os campos são pré-preenchidos pela ABAE.

A1 - Taxa de Implementação do Programa EE nos últimos dois anos letivos

A1.1 - N.º de escolas inscritas no Programa EE em 2012/2013/ N.º de escolas o pré-escolar, ensino básico e ensino secundário:

A1.2 - N.º de escolas inscritas no Programa EE em 2013/2014/ N.º de escolas o pré-escolar, ensino básico e ensino secundário:

A2 - Taxa de concretização do Programa EE nos últimos dois anos letivos

A2.1 - N.º de escolas galardoadas em 2013 / N.º de escolas inscritas em 2013:

A2.2 - N.º de escolas galardoadas em 2014 / N.º de escolas inscritas em 2014:

Observações Relativas ao Formulário A**B - JOVENS REPÓRTERES PARA O AMBIENTE (JRA)****Nota:**

todos os campos são pré-preenchidos pela ABAE.

B1 - N.º de escolas inscritas no Projeto JRA em 2012/2013 com publicação de reportagens:

B2 - N.º de escolas inscritas no Projeto JRA em 2013/2014 com publicação de reportagens:

Observações Relativas ao Formulário B**Observações Relativas ao Indicador 2****Contactos**

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt





Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 3

Município de Alfandega da Fé

Implementação do Programa Bandeira Azul

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Ed. Ambiental/EDS; Ambiente Marinho e Costeiro	ABAE	R	IC	INU	2,0

01 - N.º de praias marítimas ou de transição no concelho:

02 - N.º de praias fluviais no concelho:

Nota:

ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 3 no Guia de Apoio.

A - PRAIAS COSTEIRAS OU DE TRANSIÇÃO**Nota:**

todos os campos são pré-preenchidos pela ABAE.

A1 - N.º de praias marítimas ou de transição com bandeira azul

A1.1 - em 2013:

A1.2 - em 2014:

A2 - % de praias marítimas ou de transição com bandeira azul

A2.1 - em 2013:

A2.2 - em 2014:

Observações Relativas ao Formulário A**B - PRAIAS FLUVIAIS****Nota:**

todos os campos são pré-preenchidos pela ABAE.

B1 - N.º de praias fluviais com bandeira azul

B1.1 - em 2013:

B1.2 - em 2014:

B2 - % de praias fluviais com bandeira azul

B2.1 - em 2013:

B2.2 - em 2014:

Observações Relativas ao Formulário B**C - ACESSIBILIDADE À PRAIA E AO MAR****Nota:**

todos os campos são pré-preenchidos pela ABAE.

C1 - N.º de praias acessíveis em 2014:**C2 - % de praias com bandeira azul acessíveis em 2014:****C3 - Existência de um serviço em 2014:**

Sim Não

C4 - Existência de cadeira anfíbia em 2014:

Sim Não

Observações Relativas ao Formulário C**Observações Relativas ao Indicador 3****Contactos**

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt





Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 4

Município de Alfândega da Fé

Participação Pública e Agenda 21 Local

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Instituições	Município; CCDRs; DRRF Açores; DROTA; ICS; APA	R	IC	IU	7,0 (+ 0,6)

A - AGENDA 21 LOCAL - FASES DO PROJETO

Das fases seguintes indique, por favor, as que já foram ou estão a ser desenvolvidas no seu município descrevendo-as sumariamente

A1 - Assinatura da Carta/Compromissos de Aalborg:

Sim Não

A1.1 - Período em que se desenvolve a fase:

Desde: Até:

A1.2 - Descrição:

A2 - Fase de sensibilização e envolvimento da população:

Sim Não

A2.1 - Período em que se desenvolve a fase:

Desde: Até:

A2.2 - Descrição:

O município de Alfândega da Fé iniciou um processo de reflexão e participação pública, começou por efetuar um diagnóstico preliminar sobre "Desenvolvimento Local", "Qualidade de vida" e "Sustentabilidade" no concelho através da realização de entrevistas. Os resultados do diagnóstico foram divulgados no 1º fórum que contou com a participação de instituições públicas e privadas e outros atores locais da área económica, cultural, educativa e de assistência onde identificaram as potencialidades, as fragilidades e as suas causas, bem como as oportunidades e as ameaças do concelho na procura de estratégias sustentáveis a longo prazo.

A3 - Diagnóstico e preparação do plano de ação:

Sim Não

A3.1 - Período em que se desenvolve a fase:

Desde: Até:

A3.2 - Descrição:

O plano de ação foi obtido através de um consenso entre os grupos políticos e os diferentes agentes locais de forma a garantir o futuro sustentável da comunidade. É um instrumento estratégico e participativo a longo prazo composto por um conjunto de ações que tem como objetivo o aumento da qualidade de vida local, envolvendo as vertentes: ambiental, económica e social.

A4 - Implementação do plano de ação:

Sim Não

A4.1 - Período em que se desenvolve a fase:

Desde: Até:

A4.2 - Descrição:

A5 - Monitorização e Avaliação:

Sim Não

A5.1 - Período em que se desenvolve a fase:

Desde: Até:

A5.2 - Descrição:

A6 - Outra:

(por favor utilize este espaço caso o seu processo de sustentabilidade local não se adequa à estrutura implícita acima, especificando as fases já alcançadas)

Sim Não

A6.1 - Descrição, identificando o período em que decorre cada uma das fases:

Foi agendado um 2º Fórum participativo com todas as partes interessadas (diferentes agentes da comunidades), no qual se apresenta o plano de ação, para o qual se solicita a participação pública para a revisão do mesmo, o qual, depois de aprovado, será disponibilizado a toda a comunidade.

A7 - No últimos dois anos houve alguma atividade participativa relacionada com a A21L (ou processo similar):

Sim Não

A7.1 - Descrição:

Adesão à Rede de Autarquias Participativas – “Portugal Participa”: A Rede de Autarquias Participativas (RAP) surge no âmbito do projeto “Portugal Participa – Caminhos para a Inovação Societal”, coordenado pela Associação In Loco, em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e as Câmaras Municipais de Cascais, Funchal, Odemira e Porto. A RAP é uma rede colaborativa que vai permitir identificar, qualificar, consolidar e promover processos de democracia participativa no país, que produzam mudanças transformadoras e reforcem os laços de confiança entre as populações e as instituições. A adesão do Município de Alfândega da Fé à RAP assume-se como mais um passo para a promoção de uma cidadania ativa e participativa a nível local. Um processo que a câmara se tem mostrado empenhada em promover e potenciar, ciente de que o envolvimento e participação de todos/as é fundamental para a desenvolvimento sustentável do concelho.

A7.2 - Caso não tenha decorrido nenhuma atividade nos últimos dois anos, então substitua por outro projeto com atividade no mesmo período de tempo:

Observações Relativas ao Formulário A

Considerou-se pertinente anexar a este subindicador:

- 1- Convite Fórum A21L
- 2- Guião de apoio ao fórum
- 3- Guião de diagnóstico 1 A21L
- 4- Guião de diagnóstico 2 A21L
- 5- Resultados do fórum
- 6- Portugal Participa

Documentação Anexa Relativa ao Formulário A:

- [1- Convite Fórum A21L.pdf](#) (232.4 kB)
- [2- Guião de Apoio ao Fórum.pdf](#) (201.9 kB)
- [3- Guião de Diagnóstico 1 A21L.pdf](#) (183.6 kB)
- [4- Guião de Diagnóstico 2 A21L.pdf](#) (184.7 kB)
- [5- Resultados do Fórum.pdf](#) (237 kB)
- [6- Portugal Participa.pdf](#) (411.3 kB)

B - AÇÕES DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA**B1 - Orçamentos Participativos****B1.1:**

{ "2": "Orçamento Participativo Jovem" }

B1.2 - Para um dos orçamentos participativos, indique:

B1.2.1 - Verba do Orçamento Participativo (€): **Ano:**

B1.2.2 - Lista de projetos aprovados no último ano:

• Criação de um Hostel

B1.2.3 - N.º de projetos implementados/em implementação no último ano:

B1.2.4 - Indique 2 projetos implementados/em implementação em áreas diferentes (ambiente, social, económica):

Nada a registar.

B1.2.5 - Links para mais informações:

Nada a registar.

B2 - Outras Ações de Promoção e Divulgação da Participação Pública (para além das previstas na legislação), sem se restringir à A21L e ao OP

B2.1 - N.º de outras ações de promoção e divulgação da participação pública:

B2.2 - Ações

1

B2.2.1 - Nome da Ação:

["", "Or\u00e7amento Participativo S\u00e9nior"]

B2.2.2 - Data da ação:

B2.2.3 - Tipo de ação e breve descrição (300 caracteres):

["", "O Conselho Municipal S\u00e9nior foi criado com o objetivo de fazer com que os seniores participem na vida pol\u00edtica e possam tomar decis\u00f5es para benef\u00e9cio de todos (os seniores) do Concelho. Para isso foi criado o or\u00e7amento participativo s\u00e9nior no valor de 10.000\u20ac. Os seniores apresentaram a ideia, que foi posteriormente avaliada e votada pelos membros do conselho municipal s\u00e9nior. Foram apresentadas diferentes propostas, a mais votada foi a proposta do Castelo, cujo objetivo passou pela recupera\u00e7\u00e3o do espa\u00e7o exterior da escola."]

B3 - Ações relativas a processos e iniciativas municipais

B3.1 - N.º total de processos / programas:

B3.2 - Processos / programas

1

B3.2.1 - Nome do processo/programa:

["", "Discuss\u00e3o P\u00fablica do Processo de Revis\u00e3o do PDM"]

B3.2.2 - Descrição do processo / programa municipal onde as ações de participação (acima mencionadas) estão integradas:

["", "Durante o per\u00edodo de Discuss\u00e3o p\u00fablica (entre 24/09/2014 e 04/11/2014, os elementos ficaram dispon\u00edveis para consulta no site do munic\u00edpio (em: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/urbanismoAMV/79>) e nos servi\u00e7os do Setor de Ordenamento do Territ\u00f3rio e Ambiente da Divis\u00e3o de Urbanismo da autarquia, com atendimento personalizado facultado pelos t\u00e9cnicos municipais aos interessados. Dentro do per\u00edodo, registaram-se 3 contributos dos particulares, emitidos por escrito.\r\nNo dia 24/10/2014 o munic\u00edpio promoveu a Sess\u00e3o P\u00fablica para discuss\u00e3o da Revis\u00e3o do PDM, no audit\u00f3rio da Biblioteca Municipal de Alf\u00e2ndega da F\u00e9. A sess\u00e3o decorreu entre as 15:00 e as 17:00 horas, com cerca de 25 participantes, contando com a abertura da Sr.\u00c1 Presidente da C\u00f3m\u00e2r, Doutora Berta Nunes, uma introdu\u00e7\u00e3o/balan\u00e7o efetuada pelo Vice-Presidente da C\u00f3m\u00e2r, Eng.\u00e9 Eduardo Tavares, e uma apresenta\u00e7\u00e3o/explica\u00e7\u00e3o em power-point, pelo Chefe de Divis\u00e3o de Urbanismo (DU), Arq. Rui Martins Gon\u00e7alves. Seguiu-se o per\u00edodo dedicado \u00e0s sugest\u00f5es, d\u00fav\u00e7as e explica\u00e7\u00f5es, com visualiza\u00e7\u00e3o das plantas de ordenamento, das plantas de condicionantes e do regulamento, tendo sido registados alguns aspetos e considera\u00e7\u00f5es, para constar no Relat\u00f3rio de Pondera\u00e7\u00e3o."]

Observações Relativas ao Formulário B

Considerou-se pertinente anexar a este subindicador:

- 1- Orçamento Participativo Jovem
- 2- Conselho Municipal Sénior
- 3- Regulamento do Conselho Municipal Sénior
- 4- Apresentação – Sessão Pública da Revisão do PDM

Documentação Anexa Relativa ao Formulário B:

- [1- Orçamento Participativo Jovem.pdf](#) (176.8 kB)
- [2- Conselho Municipal Sénior.pdf](#) (180.8 kB)
- [3- Regulamento do Conselho Municipal Sénior.pdf](#) (133.7 kB)
- [4- Apresentação – Sessão Pública da Revisão do PDM.pdf](#) (318.8 kB)

C - ESTRUTURA DE PARTILHA E CO-DECISÃO (INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL) NA AGENDA 21 OU PROJETO SIMILAR

C1 - Grupo de trabalho/grupo coordenador com iniciativa de sustentabilidade local

C1.1 - Existe um grupo de trabalho/grupo coordenador (grupo restrito para gerir o processo):

- Sim Não

C1.2 - No Grupo de trabalho apenas estão representados os órgãos da autarquia:

- Sim Não

C1.3 - No Grupo de trabalho apenas estão representados a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia:

- Sim Não

C1.4 - No Grupo de trabalho estão representados a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Organizações da Sociedade Civil:

- Sim Não

C1.5 - Indique quais:

- Agrupamentos de Escolas
- Resíduos do Nordeste
- GNR
- GIPS
- Bombeiros Voluntários

C2 - Estrutura permanente de co-decisão e discussão com a sociedade civil

C2.1 - Existe uma estrutura permanente de co-decisão e discussão com a sociedade civil (fóruns, plenários, conselhos, comissões da A21L ou de outra iniciativa de sustentabilidade local):

- Sim Não

C2.2 - Designação:

C2.3 - Frequência das reuniões:

C2.4 - Período em que decorre a atividade:

Nota: se não houver atividade nos dois últimos anos, o município poderá não será pontuado.

Desde:

Até:

C3 - Envolvimento de organizações da sociedade civil/cidadãos

C3.1 - Apenas estão envolvidos alguns dos possíveis parceiros:

- Sim Não

C3.1.1 - Indique quais:

C3.2 - Estão envolvidas associações locais, empresas, organizações religiosas, ONG, cidadãos:

- Sim Não

C3.2.1 - Indique quais:

• Área Educativa e de Assistência: Agrupamento Vertical de Escolas do concelho de Alfândega da Fé; Centro de Saúde de Alfândega da Fé; Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé; LEQUE- Associação de Pais e Amigas de Pessoas com Necessidades Especiais; Biblioteca Municipal; Associação Promoção de Bem-estar; Associação Recreativa Alfundeguense; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé; GNR; GIPS; Cruz Vermelha Portuguesa- Núcleo de Alfândega da Fé; Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé;

• Área Económica e Cultural: Associação de Comerciantes de Alfândega da Fé; Ferreira & Bebiano, Lda.; Probloc- Sociedade Industrial e Comercial de Blocos de Cimento, Lda.; Fernando Joaquim Vilares; AlfandegaTur (Hotel-SPA Alfândega da Fé); M. C. Rabaçal & Aragão, Lda.; Amendouro - Comércio e Indústria de Frutos Secos, Lda.; Centro Cultural Mestre José Rodrigues; Banda Municipal de Alfândega da Fé; Grupo de Cantares de Alfândega da Fé; Carlos Alberto Rocha.

C3.3 - A responsabilidade da gestão da estrutura de co-decisão é partilhada com a sociedade civil:

Sim Não

C3.4 - Os resultados do fórum/conselho/comissão vinculam a tomada de decisão da autarquia:

Sim Não

C3.5 - Outras informações que considere relevantes:

Considerou-se pertinente anexar a este subindicador:

- Lista dos Agentes da Comunidade

Documentação Anexa Relativa ao Formulário C:

[Lista dos Agentes da Comunidades.pdf](#) (189.4 kB)

Observações Relativas ao Indicador 4**Documentação Anexa Relativa ao Indicador 4:****Contactos**

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt





Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 5

Município de Alfândega da Fé

Informação disponível aos municípios

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Instituições	Município; ICS; Internet	R	IC	IU	4,5 (+ 0,5)

A - INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA PELO MUNICÍPIO

A1 - Resultados da discussão pública

A1.1 - Disponível nos serviços:

 Sim Não

A1.2 - Disponível online:

 Sim Não

A1.2.1 - Link:

A1.3 - Outra forma. Qual?

A2 - Dados de monitorização ambiental

A2.1 - Disponível nos serviços:

 Sim Não

A2.2 - Disponível online:

 Sim Não

A2.2.1 - Link:

A2.3 - Outra forma. Qual?

A3 - Orçamento municipal

A3.1 - Disponível nos serviços:

 Sim Não

A3.2 - Disponível online:

 Sim Não

A3.2.1 - Link:

A3.3 - Outra forma. Qual?**A4 - Planos de Ordenamento (PDM, PU e PP)****A4.1 - Disponível nos serviços:** Sim Não**A4.2 - Disponível online:** Sim Não**A4.2.1 - Link:****A4.3 - Outra forma. Qual?****A5 - Projetos urbanísticos****A5.1 - Disponível nos serviços:** Sim Não**A5.2 - Disponível online:** Sim Não**A5.2.1 - Link:****A5.3 - Outra forma. Qual?****A6 - Concursos públicos****A6.1 - Disponível nos serviços:** Sim Não**A6.2 - Disponível online:** Sim Não**A6.2.1 - Link:****A6.3 - Outra forma. Qual?****A7 - Tarifários****A7.1 - Disponível nos serviços:** Sim Não**A7.2 - Disponível online:** Sim Não**A7.2.1 - Link:****A7.3 - Outra forma. Qual?**

A8 - Editais**A8.1 - Disponível nos serviços:** Sim Não**A8.2 - Disponível online:** Sim Não**A8.2.1 - Link:****A8.3 - Outra forma. Qual?****A9 - Agenda de Sessões da Câmara****A9.1 - Disponível nos serviços:** Sim Não**A9.2 - Disponível online:** Sim Não**A9.2.1 - Link:****A9.3 - Outra forma. Qual?****A10 - Regulamentos municipais****A10.1 - Disponível nos serviços:** Sim Não**A10.2 - Disponível online:** Sim Não**A10.2.1 - Link:****A10.3 - Outra forma. Qual?****A11 - Outra informação disponível, qual?****A11.1 - Disponível nos serviços:** Sim Não**A11.2 - Disponível online:** Sim Não**A11.2.1 - Link:****A11.3 - Outra forma. Qual?****Observações Relativas ao Formulário A**

NOTA: em A2.2.1 - na área do Sistema de Gestão da Qualidade, aceder à Parte II, pasta monitorização, Processos PO.06 (Ambiente) e PO.05 (Águas e Saneamento).

NOTA: em A7.2.1 - na pasta documentação, aceder à pasta "serviços urbanos" - tarifários

NOTA: em A10.2.1 - na pasta documentação, aceder à pasta "regulamentos do município"

Documentação Anexa Relativa ao Formulário A:

B - TEMÁTICAS EXPLORADAS ONLINE

Nota:

o indicador tem bónus (ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 5 no Guia de Apoio).

B1 - RSU/ Política dos 3 R's:

Sim Não

B1.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Recolha seletiva de resíduos, informação sobre este processo, panfleto informativo:
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/ambienteAM/71>

Notícia sobre Campanha sobre reciclagem à qual a Câmara Municipal aderiu, promovida pela sociedade ponto verde:
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/noticias/703>

Notícia/informação sobre a adesão à Semana Europeia da Prevenção de Resíduo – Com a campanha não desperdice leve o que é seu:
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/eventos/235/0/0/0/mes>
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/noticias/684>

Ecocentro de Alfândega da Fé (informação sobre este serviço, destinado à receção de resíduos para deposição seletiva, com volumes de capacidade superior aos ecopontos e, eventualmente, com processos mecânicos de preparação dos resíduos para encaminhamento para reciclagem):
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/ambienteAM/68>

Monstros Domésticos (informação sobre a recolha e tratamento destes resíduos):
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/ambienteAM/69>

Resíduos - Óleos Alimentares Usados (disponibilizada informação sobre a recolha deste tipo de resíduos):
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/ambienteAM/72>

Adesão à hora do Planeta – Movimento Global contra as alterações climáticas ao qual à Câmara se associou, apagando as luzes durante a hora do planeta nos principais edifícios municipais. O Município integra esta iniciativa desde 2011.
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/informacoes/164>

B1.2 - Link:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/ambienteAM>

B2 - Requalificação urbana:

Sim Não

B2.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

B2.2 - Link:

B3 - Alterações Climáticas:

Sim Não

B3.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Adesão à hora do Planeta – Movimento Global contra as alterações climáticas ao qual à Câmara se associou, apagando as luzes durante a hora do planeta nos principais edifícios municipais. O Município integra esta iniciativa desde 2011.

B3.2 - Link:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/informacoes/164>

B4 - Qualidade do ar:

Sim Não

B4.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Documentos Existentes: AHBS Fichas Operacionais RTAA24_2014 e Emissões Poluentes Atmosféricos

B4.2 - Link:

http://www.cmalfandegadafe.pt/files_user/Emissoes%20Poluentes%20Atmosf%C3%A9ricos.pdf e
http://www.cmalfandegadafe.pt/files_user/AHBS%20Fichas%20Operacionais%20RTAA24_2014.pdf

B5 - Agenda 21 Local:

Sim Não

B5.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Link existente no site que direciona para a empresa Resíduos do Nordeste, onde se encontra informação respeitante a este processo.

B5.2 - Link:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/ambienteAM/150>

B6 - Biodiversidade:

Sim Não

B6.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:**B6.2 - Link:****B7 - Água / Recursos Hídricos:**

Sim Não

B7.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Informação referente ao tema águas e saneamento.

B7.2 - Link:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/ambienteAM/>

B8 - Agricultura Biológica / Agricultura Sustentável:

Sim Não

B8.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Projeto Hortas Biológicas – Projeto que visa promover a agricultura Biológica, permitindo à população produzir o que consome e incentivando o desenvolvimento de consciência Ecológica.

Com o objetivo de promover a compostagem Câmara promove ação de formação

B8.2 - Link:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/ambienteAM/131> e <http://www.cm-alfandegadafe.pt/noticias/732>

B9 - Desertificação / Qualidade dos Solos:

Sim Não

B9.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:**B9.2 - Link:****B10 - Floresta:**

Sim Não

B10.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Gabinete Técnico Florestal - o objetivo do GTF consiste em desenvolver tarefas de planeamento, operacionais, de gestão e controlo, administrativa, e de formação e treino, de modo a que o combate aos fogos florestais seja devidamente planeado e estruturado.

B10.2 - Link:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/pt/pt/pt/proteccaoCivilAM/36>

B11 - Incêndios:

Sim Não

B11.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Incêndios Florestais - Prevenção: o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Alfândega da Fé (PMEPCAF) é um plano de âmbito geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem para o âmbito territorial e administrativo do município de Alfândega da Fé, aprovado a 28 de janeiro de 2014.

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/pt/pt/pt/proteccaoCivilAM/146>

Plano Municipal de defesa da Floresta Contra incêndios –é um instrumento orientador e dinâmico das diferentes acções no âmbito da defesa da floresta contra incêndios.

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/pt/pt/pt/proteccaoCivilAM/44>

Plano Operacional Municipal é um plano expedito de carácter operacional municipal, que articula os recursos humanos e meios disponíveis das várias entidades intervenientes no processo ao nível da vigilância, detecção, fiscalização, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-rescaldo. Este plano é revisto e atualizado anualmente. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pt/pt/pt/proteccaoCivilAM/44>

B11.2 - Link:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/pt/pt/pt/proteccaoCivilAM>

B12 - Pobreza / Integração Social:

Sim Não

B12.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Regulamento para a atribuição de Apoios a estratos sociais desfavorecidos - destina-se a estabelecer as regras de apoio social a pessoas e agregados familiares, comprovadamente carenciadas, e residentes no Concelho de Alfândega da Fé.

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/accaoSocial/133>

Regulamento do Fundo Social de Apoio à Habitação – Documento que regulamenta as condições de acesso ao Fundo Social de Apoio à Habitação.

Um fundo destinado à criação de condições mínimas de conforto e salubridade em alojamentos de famílias carenciadas residentes no Concelho de Alfândega da Fé, em vigor desde 3 de fevereiro de 2011. . <http://www.cm-alfandegadafe.pt/accaoSocial/133>

Regulamento Cartão Municipal Sénior - O Cartão Municipal Sénior tem por objectivo facultar, à população mais desfavorecida, apoio em diversas áreas, traduzida em regalias e benefícios que lhes propiciem melhores condições de vida. O regulamento estabelece as regras de adesão e utilização do Cartão Municipal Sénior, no Concelho de Alfândega da Fé, em vigor desde 2008. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/accaoSocial/133>

Rede Social- O Programa tem como objectivo: garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas locais no concelho através do Planeamento Integrado e Sistemático das políticas sociais, mobilizando as competências, as sinergias e os recursos institucionais a nível local. Alfândega da fé aderiu a este programa como constituição do Conselho Local de ação social em 30 de setembro de 2004. Disponibilizadas atas, Diagnóstico Social do concelho de Alfândega da Fé –última atualização em 01 de março de 2012, trata-se de um documento que analisa a realidade social do Concelho de Alfândega da Fé, juntamente com os seus problemas, necessidades e recursos.

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/accaoSocial/66>

Plano de ação - definição das ações a desenvolver pela Rede Social de Alfandega da Fé com vista a responder às principais problemáticas sociais a nível local, nomeadamente pobreza e exclusão social, planificação anual.

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/accaoSocial/66>

B12.2 - Link:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/accaoSocial>

B13 - Mobilidade:

Sim Não

B13.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Regulamento Municipal de Trânsito – No seguimento da instalação da Comissão Municipal de Trânsito está em vigor o regulamento que regula questões relacionadas com o trânsito e circulação.

B13.2 - Link:

http://www.cmalfandegadafe.pt/files_user/REGULAMENTO_MUNICIPAL_DE_TRANSITO.pdf

B14 - Habitação:

Sim Não

B14.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Regulamento do Fundo Social de Apoio à Habitação – Documento que regulamenta as condições de acesso ao Fundo Social de Apoio à Habitação. Um fundo destinado à criação de condições mínimas de conforto e salubridade em alojamentos de famílias carenciadas residentes no Concelho de Alfândega da Fé, em vigor desde 3 de fevereiro de 2011.
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/accaoSocial/133>

Regulamento de Utilização de Habitações Sociais de Gestão ou Promoção Municipal - Uniformizar critério de utilização das habitações sociais para salvaguardar um melhor ambiente dos espaços, relação entre vizinhos e preservação das habitações e respectivos equipamentos
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/accaoSocial/67>

B14.2 - Link:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/accaoSocial>

B15 - Saúde:

Sim Não

B15.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Gabinete de Veterinário - No gabinete de atendimento, nas aldeias e nas deslocações por motivo de consulta clínica, os serviços veterinários diagnosticam e monitorizam as doenças infectocontagiosas e parasitárias que afectam os animais domésticos. Realçamos em particular, a cada vez maior prevalência de Leishmaniose (Doença do mosquito), as infecções gastrointestinais dos cães jovens e a Equinococose/Hidatidose (doença parasitária com potencial de afectar o ser humano). Os munícipes poderão obter todas as informações sobre estes assuntos no gabinete de atendimento.

B15.2 - Link:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/gabineteVeterinAM/>

B16 - Educação:

Sim Não

B16.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Regulamento das bolsas de estudo, do Município de Alfândega da Fé, são apoios pecuniários concedidos pela Câmara Municipal a alunos do ensino superior, em vigor desde 16 março de 2011.
<http://www.cmalfandegadafe.pt/accaoSocial/132>

Regulamento do “Concurso Professor João Baptista Vilares – Incentivo Ao Sucesso Escolar”. Concurso instituído em com o objectivo de incentivar o sucesso escolar dos alunos que frequentam o Ensino Secundário na Escola EB 2,3/S de Alfândega da Fé. Regulamento aprovado em 2003, alterado em 2011.
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/educacaoAM/138>

Carta Educativa - A Carta Educativa é um documento estratégico fundamental para o Reordenamento da Rede Escolar e implementação da Política Educativa Municipal, tendo sido homologado pelo Ministério da Educação em 30 de outubro de 2006
Conselho Municipal de Educação - é uma estrutura de coordenação educativa de âmbito concelhio com total autonomia em relação aos órgãos do poder central, regional e local, cuja regulamentação cabe à Câmara.
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/educacaoAM/134>

Circuitos de Transporte Escolares- disponibilizada informação sobre o circuito de transportes escolares em vigor para o ano letivo 2014/2015
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/educacaoAM/139>

Escola de Pais.nee - Um espaço de formação para famílias, com o objectivo de ajudar os pais a serem mais competentes a nível emocional e na relação parental. A escola de pais apresenta-se com um espaço de formação para famílias (preferencialmente famílias de crianças com necessidades especiais), estando igualmente aberto a técnicos de saúde, educação, e outras pessoas que lidam de perto com pessoas com incapacidades. Nesta escola será desenvolvido um programa edificado em três áreas curriculares: educação para a diferença, educação emocional e bem-estar e, educação parental (estratégias de intervenção e educação). Este projecto será realizado em colaboração com a Câmara Municipal de Alfândega da Fé.
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/educacaoAM/41>

B16.2 - Link:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/educacaoAM>

B17 - Energia:

Sim Não

B17.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Energias Renováveis- abordada a importância destas fonte de energia para o concelho.

B17.2 - Link:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/ambienteAM/73>

B18 - Outros temas disponíveis online ao município?

Sim Não

B18.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

GEOPORTAL (plataforma interativa de acesso a cartografia do concelho e emissão de plantas de localização gratuitas)

SIG - Sistemas de Informação Geográfica do município:

- SIG - Toponímia de Alfândega da Fé
- SIG - Rede Viária do Concelho (existente)
- SIG - Rede Viária do Concelho (com IC-5)
- SIG - Ortofotomapas do Concelho
- SIG - Plantas das Localidades

Plano Municipal do Ambiente - http://www.cm-alfandegadafe.pt/files_user/PLANO.pdf

Energias Renováveis - <http://www.cm-alfandegadafe.pt/ambienteAM/73>

Ruido - <http://www.cm-alfandegadafe.pt/ambienteAM/74>

Plano de Gestão dos Espaços Verdes - http://www.cm-alfandegadafe.pt/files_user/Plano_jard.pdf

Conselho Municipal da Juventude - <http://www.cm-alfandegadafe.pt/juventudeAM/>

Equipamento Desportivos e de Lazer - <http://www.cm-alfandegadafe.pt/desportoAM/45>

Coletividades do Concelho - <http://www.cm-alfandegadafe.pt/desportoAM/46>

Modalidade - <http://www.cm-alfandegadafe.pt/desportoAM/48>

Desporto Escolar - <http://www.cmalfandegadafe.pt/desportoAM/54> e <http://www.cm-alfandegadafe.pt/desporto/list/>

Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo - Foi criado o gabinete de apoio ao empreendedor a 25 de Junho de 2010.

Com este gabinete pretendemos apoiar e incentivar a criação de mais e melhores perspectivas de negócio, promover o auto-emprego, constituindo uma mais-valia na sociedade e economia da região, e simultaneamente dar um contributo para as políticas de fixação de pessoas no concelho. - <http://www.cm-alfandegadafe.pt/gabineteACEAM/>

B18.2 - Link:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/sig> e <http://www.cm-alfandegadafe.pt/urbanismoAM/> e outros (VER o Link's em 18.1)

Observações Relativas ao Formulário B

Documentação Anexa Relativa ao Formulário B:

C - SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS ONLINE

Nota:

o indicador tem bônus (ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 5 no Guia de Apoio).

Assinale os serviços que o município disponibiliza online

C1 - Correio eletrónico para sugestões e reclamações:

Sim Não

C2 - Descarregar e imprimir formulários:

Sim Não

C3 - Processos de consulta pública:

Sim Não

C3.1 - Indique o processo mais recente:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/informacoes/160>

C4 - Apoio ao utilizador (lista de FAQs, helpdesk, etc.):

Sim Não

C5 - Inquéritos aos cidadãos:

Sim Não

C5.1 - Indique o inquérito mais recente:

Inquérito mais recente: - Avaliação de Satisfação dos Municípes
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/informacoes/168>

C6 - Preenchimento e submissão online de formulários:

Sim Não

C7 - Fóruns de discussão:

Sim Não

C7.1 - Indique o fórum mais recente:**C8 - Plataformas de votação online:**

Sim Não

C8.1 - Indique a plataforma mais recente:**C9 - Pagamentos online através do sítio da internet:**

Sim Não

C10 - Subscrição eletrónica de jornais ou notícias selecionadas:

Sim Não

C11 - Serviço de atendimento permanente:

Sim Não

C12 - Linha azul ou serviço similar:

Sim Não

C13 - Provedoria(s) do cidadão:

Sim Não

C14 - Outra forma. Qual?

Imprensa – <http://www.cm-alfandegadafe.pt/imprensa/list/>
Informação ao Municípe - <http://www.cm-alfandegadafe.pt/imprensa/list/> (Informação ao Municípe)

Documentação Anexa Relativa ao Formulário C:**Observações Relativas ao Indicador 5**

Relativamente a C1 (Correio eletrónico para sugestões e reclamações), indica-se a seguir o link de acesso ao site do município (no Menu "Área do Municípe"):

- Coloque uma questão:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/coloqueQuestao/>

- Perguntas frequentes:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/perguntasFrequentes/>

Relativamente a C4 (Apoio ao utilizador (lista de FAQs, helpdesk, etc.)), indica-se a seguir o link de acesso ao site do município:

- <http://www.cm-alfandegadafe.pt/reclamacaoSugestao/>

Documentação Anexa Relativa ao Indicador 5:**Contactos**

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt





Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 6

Município de Alfandega da Fé

Emprego

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Instituições	Município	R	IC	IU	3,5 (+ 0,6)

FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO

01 - N.º de empregos do município

01.1 - Em 2012: 01.2 - Em 2013: 01.3 - Em 2014:

02 - N.º de técnicos superiores

02.1 - Em 2012: 02.2 - Em 2013: 02.3 - Em 2014:

03 - N.º de assistentes técnicos

03.1 - Em 2012: 03.2 - Em 2013: 03.3 - Em 2014:

04 - N.º de assistentes operacionais

04.1 - Em 2012: 04.2 - Em 2013: 04.3 - Em 2014:

05 - População ativa no concelho

05.1 - Em 2012: 05.2 - Em 2013: 05.3 - Em 2014:

06 - População desempregada no concelho

06.1 - Em 2012: 06.2 - Em 2013: 06.3 - Em 2014:

A - MUNICÍPIO ENQUANTO ENTIDADE EMPREGADORA

A1 - Existência de Departamento(s), Divisão(ões), Núcleos e Gabinetes e inserção dos mesmos na orgânica do município com competências nas áreas de:

A1.1 - Gestão e Educação Ambiental:

 Sim Não

A1.2 - Emprego e Apoio ao Empresário:

 Sim Não

Documentação Anexa Relativa ao Formulário A:

A2 - Empregos verdes no município

A2.1 - N.º de empregos verdes no município:

Em 2012:

Em 2013:

Em 2014:

N.º de técnicos superiores na área do ambiente:

N.º de assistentes técnicos na área do ambiente:

N.º de assistentes operacionais na área do ambiente:

A2.2 - % de empregos verdes no município:

Em 2012:

Em 2013:

Em 2014:

% de técnicos superiores na área do ambiente:

% de assistentes técnicos na área do ambiente:

% de assistentes operacionais na área do ambiente:

A3 - N.º de funcionários da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados, Empresas Municipais e Empresas Multimunicipais na área do ambiente:

A3.1 - N.º de funcionários da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados, Empresas Municipais e Empresas Multimunicipais na área do ambiente:

Áreas de atuação: Água e Esgotos

Município:

Serviços Municipalizados:

Empresas Municipais:

Empresas Multimunicipais:

Áreas de atuação: Higiene urbana e Resíduos

Município:

Serviços Municipalizados:

Empresas Municipais:

Empresas Multimunicipais:

Áreas de atuação: Espaços Verdes, Biodiversidade e Floresta:

Município:

Serviços Municipalizados:

Empresas Municipais:

Empresas Multimunicipais:

Áreas de atuação: Educação Ambiental:

Município:

Serviços Municipalizados:

Empresas Municipais:

Empresas Multimunicipais:

Áreas de atuação: Ordenamento do Território e Mobilidade:

Município:

Serviços Municipalizados: 0

Empresas Municipais: 0

Empresas Multimunicipais: 0

Áreas de atuação: Energia:

Município: 0

Serviços Municipalizados: 0

Empresas Municipais: 0

Empresas Multimunicipais: 0

Outra(s), qual(ais)?

Área de Atuação:

Município:

Serviços Municipalizados:

Empresas Municipais:

Empresas Multimunicipais:

Área de Atuação:

Município:

Serviços Municipalizados:

Empresas Municipais:

Empresas Multimunicipais:

Área de Atuação:

Município:

Serviços Municipalizados:

Empresas Municipais:

Empresas Multimunicipais:

Observações Relativas ao Formulário A

B - MUNICÍPIO ENQUANTO PROMOTOR DE EMPREGO

B1 - Identificação das medidas de apoio à inserção no mercado de trabalho (estágios profissionais, gabinete de inserção profissional, entre outros).

Assinale o(s) ano(s) em que realizaram cada medida

Estágios Curriculares:

{"options":{"2012":"Em 2012"}}

{"options":{"2013":"Em 2013"}}

{"options":{"2014":"Em 2014"}}

N.º de pessoas abrangidas:

Informação adicional:
(máx. 300 caracteres)

Estágios Profissionais:

{"options":{"2012":"Em 2012"}}

{"options":{"2013":"Em 2013"}}

{"options":{"2014":"Em 2014"}}

N.º de pessoas abrangidas:

Informação adicional:
(máx. 300 caracteres)

Contratos de inserção profissional:

{"options":{"2012":"Em 2012"}} 9

{"options":{"2013":"Em 2013"}} 21

{"options":{"2014":"Em 2014"}} 22

Informação adicional:
(máx. 300 caracteres)

Feira de Emprego: {"options":{"2012":"Em 2012"}} {"options":{"2013":"Em 2013"}} {"options":{"2014":"Em 2014"}}**N.º de pessoas abrangidas:****Link:****Informação adicional:
(máx. 300 caracteres)****Unidade de Apoio à Formação, Emprego e Qualificação:** {"options":{"2012":"Em 2012"}} {"options":{"2013":"Em 2013"}} {"options":{"2014":"Em 2014"}}**Informação adicional:
(máx. 300 caracteres)****Sessão de esclarecimentos sobre incentivos à contratação:** {"options":{"2012":"Em 2012"}} {"options":{"2013":"Em 2013"}} {"options":{"2014":"Em 2014"}}**N.º de Sessões:****N.º de pessoas abrangidas:**

Informação adicional:
(máx. 300 caracteres)

Bolsa de Emprego e Formação online:

{"options":{"2012":"Em 2012"}}

{"options":{"2013":"Em 2013"}}

{"options":{"2014":"Em 2014"}}

N.º de pessoas abrangidas:

Link:

Informação adicional:
(máx. 300 caracteres)

Outra(s), qual(ais)?

2012:

2013:

2014:

B1.1 - Informação adicional:
(máx. 300 caracteres)

B2 - Identificação das parcerias locais, públicas, privadas e de apoio ao financiamento:

Assinale todas as parcerias realizadas

2 1:"Ministério da Economia e do Emprego", "2:"Instituto do Emprego e Formação Profissional", "3:"Instituto do Desporto e Juventude", "4:"Associações Empresariais e Industriais", "5:"Empresas da Região", "6:"Direção Regional de Educação", "7:"Instituições Educativas do Concelho", "8:"Centros de Formação", "99:"Outra(s). Qual(ais)."}}

Outra(s), qual(is)?

B2.1 - Breve descrição das parcerias:
(máx. 300 caracteres)

B3 - Meios de divulgação de ofertas de emprego por parte do município:

Assinale todos meios de divulgação utilizados

1/3 1:"Bolsa de emprego público", "2:"Instituições educativas do concelho", "3:"Centro de Emprego", "4:"Jornais Locais", "5:"Website do município", "99:"Outra(s). Qual(ais)."}}

Jornais Locais. Indique-os:

Website do município. Link do município:

Outra(s), qual(is)?

B3.1 - Breve descrição das formas de divulgação:
(máx. 300 caracteres)

Documentação Anexa Relativa ao Formulário B:

Observações Relativas ao Formulário B

C - ESTRATÉGIA MUNICIPAL EM MATÉRIA DE EMPREGO

Nota:

O C1 pontua sob a forma de bónus (ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 6 no Guia de Apoio).

C1 - Existência de uma estratégia e/ou plano setorial de emprego:

 Sim Não

C1.1 - Eixos estratégicos de atuação (e respetivas áreas de atuação):

C1.2 - Objetivos estratégicos (indicação da previsão de resultados e metas):

C1.3 - Tipos de ação/atividades previstas (relação com os objetivos, diversificação do público alvo, diferentes níveis de intervenção):

C1.4 - Avaliação (indicação dos instrumentos de avaliação, e previsão da avaliação de metas retroação):

C1.5 - Breve Descrição:
(máx. 300 caracteres)

Documentação Anexa Relativa ao Formulário C:

C2 - Existência de outros plano(s) sectorial(ais) onde se evidencia preocupações com o emprego:

Sim Não

C2.1 - Breve Descrição:
(máx. 300 caracteres)**Documentação Anexa Relativa ao Formulário C:****C3 - Possui candidaturas aprovadas nos últimos três anos a fundos internacionais/europeus que visam a promoção de emprego?**

Sim Não

C3.1 - N.º total de candidaturas aprovadas:

Em 2012:

Em 2013:

Em 2014:

Informação de cada candidatura

Podem referir até 4 candidaturas aprovadas

C3.2 - Data da aprovação:

C3.3 - Identifique a candidatura:

C3.4 - N.º de empregos criados na candidatura:

C3.5 - Informação adicional sobre a candidatura:
(máx. 300 caracteres)**C4 - Taxa de Desemprego existente no município**Em 2012: Em 2013: Em 2014: **Observações Relativas ao Formulário C****Observações Relativas ao Indicador 6****Documentação Anexa Relativa ao Indicador 6:****Nota:**

Os valores pré-preenchidos correspondem a estatísticas fornecidas pelo INE. Estes dados não podem ser alterados. No caso de não coincidirem com as estatísticas disponíveis na Câmara Municipal, devem indicar os valores correspondentes no campo das "observações" do sub-indicador, identificando o ano a que se referem.

Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt





Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 7

Município de Alfândega da Fé

Cooperação com a Sociedade Civil em Matéria de Ambiente e Desenvolvimento

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Instituições	Município; APA; ICS; Organizações	R	IC	IU	2,5 (+ max. 0,6)

A - PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE (ONGA) E ORGANIZAÇÕES EQUIPARADAS INSCRITAS NO REGISTO NACIONAL (RNOE) DA APA

A1 - N.º de ONGA com parceria com o município:

A2 - Nome das ONGA com parceria com o município:

ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa

A3 - Projetos com ONGA (breve descrição):

Através da adesão / candidatura a Município ECOXXI-2015 (promovida e dinamizada pela ABAE), o Município de Alfândega da Fé compromete-se a investir na sustentabilidade (social, económica e ambiental) e a perseguir uma cultura de melhoria contínua nas matérias sobre sustentabilidade, quer nas ações municipais, quer envolvendo os munícipes e os stakeholders do concelho de Alfândega da Fé.

Observações Relativas ao Formulário A

B - PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE DESENVOLVIMENTO (ONGD)

B1 - N.º de ONGD com parceria com o município:

B2 - Nome das ONGD com parceria com o município:

Instituto Marques Valle Flor - IMVF

B3 - Projetos com ONGD (breve descrição):

O projecto "Go Local" tem como objectivo consciencializar e mobilizar os munícipes para a adopção de políticas coerentes a nível glocal de forma a prosseguir a justiça social, a inclusão económica, a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

Observações Relativas ao Formulário B

C - PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES SOCIO-CULTURAIS

C1 - N.º de Organizações Socio-Culturais com parceria com o município:

C2 - Nome das Organizações Socio-Culturais com parceria com o município:

- Associação Cultural 7 sois 7 Luas
- Centro Social e Cultural de Gebelim
- Centro Social e Paroquial de Sambade
- Casa do Futebol Clube do Porto
- Associação Leque
- Associação Desportiva de Alfândega da Fé
- Associação para o Apoio Social de Parada
- Associação Desportiva de Caça e Pesca de Cerejais
- Filandorra

C3 - Projetos com Organizações Socio-Culturais (breve descrição):

- Associação Cultural 7 sois 7 Luas – Este protocolo destina-se a promover regularmente as artes e as culturas dos países de mediterrâneo e do mundo lusófono.
- Centro Social e Cultural de Gebelim- Este Protocolo destina-se a apoiar este Centro doando um pedio urbano, tendo em vista a criação de respostas sociais à população mais vulnerável do concelho de Gebelim, designadamente, apoio a idosos e a crianças e jovens mais vulneráveis bem como as suas famílias, ou seja a construção de um lar de idosos com valência de centro de dia de apoio a idosos, apoio domiciliário. Promove também actividades de tempos livres para crianças e jovens e actividades de entretenimento dos idosos.
- Centro Social e Paroquial de Sambade - Este Protocolo destina-se a apoiar financeiramente este centro para a realização de obras de pavimentação da envolvente do Centro Social e Paroquial de Sambade, espaço esse utilizado pela direcção do centro, utentes, e demais comunidade local.
- Casa do Futebol Clube do Porto – Este protocolo destina-se a apoiar financeiramente esta Associação tendo em vista o desenvolvimento da promoção cultura, social, recreativa e desportiva da população em geral e a realização de obras de remodelação nas instalações.
- Associação Leque – Este protocolo destina-se a apoiar esta instituição no sentido de ser implementado o executado o projecto Alfândega em rede – Inovação Inclusão e Sustentabilidade. Este projecto tem um Centro de atendimento, acompanhamento e animação para pessoas com deficiência. Dinamiza actividades de animação social cultural e ocupação de tempos livres a frequentadores com diversas problemáticas e serviços de terapia psicopedagógica, Psicologia e orientação, Psicomotricidade, Fisioterapia, e Balneoterapia. Ocupação ocupacional com diferentes oficinas. Tem também um Centro de Férias e Lazer que tem como beneficiarias crianças e jovens com necessidades especiais e restante família.
- Associação Desportiva de Alfândega da Fé – Este protocolo destina-se a apoiar financeiramente esta Associação no sentido de ser executado um programa de desenvolvimento desportivo consubstanciado, em especial, no fomento da prática desportiva nas várias vertentes de Artes Marciais e Defesa Pessoal para os cidadãos do concelho de Alfândega da Fé.
- Associação para o Apoio Social de Parada – Este protocolo destina-se a apoiar esta instituição financeiramente no âmbito da obra de restauração do lar de idosos a levar a cabo por esta Associação
- Associação Desportiva de Caça e Pesca de Cerejais – Este protocolo destina-se à cedência por parte do município de um prédio urbano para funcionamento da sede da respectiva associação e realização de actividades relacionadas com o seu objecto.
- Filandorra – Este protocolo tem como objectivo a divulgação e animação teatral, privilegiando o contato com públicos alvo num trabalho articulado com estruturas directivas, pedagógicas e associativas bem como com os “grandes públicos”, implementando um reportório assente em autores portugueses e nomes de Literatura Dramática Universal, com extensão as comunidades rurais.

Observações Relativas ao Formulário C

Considerou-se pertinente anexar a seguinte documentação relevante:

- Protocolo Associação Cultural 7 sois 7 Luas
- Protocolo Centro Social e Cultural de Gebelim
- Protocolo Centro Social e Paroquial de Sambade
- Protocolo Futebol Clube do Porto
- Protocolo Associação Leque
- Protocolo Associação Desportiva de Alfândega da Fé
- Protocolo Associação para o apoio social de Parada
- Protocolo Associação Desportiva de Caça e Pesca de Cerejais
- Protocolo Filandorra

D - COMISSÕES MUNICIPAIS

D1 - Existência de Comissões Municipais:

- Sim Não

D2 - Descrição de Comissões Municipais com parceria da Sociedade Civil:

- Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
As Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios foram criadas pela Lei n.º14/2004 de 8 de Maio e são o centro de coordenação e acção local no âmbito municipal. Dirigidas pelo Presidente da Câmara Municipal, ou por um seu representante, as comissões têm como missão organizar a nível local as acções de defesa da floresta contra os incêndios e promover a sua execução.
Cabe a estas comissões a elaboração de um Plano de Defesa da Floresta, assim como a articulação dos diversos organismos com competência para combater os fogos florestais dentro da sua área geográfica.
Estas comissões são igualmente responsáveis pela promoção de acções de sensibilização da população, da mesma forma que deverão promover a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais residentes junto das zonas florestais.
Nas suas atribuições conta-se, ainda, a elaboração de cartografia adequada ao combate aos incêndios e a sinalização das infra-estruturas florestais de prevenção e protecção da floresta. São também elas que aprovam os planos de fogo controlado e que asseguram o apoio técnico municipal necessário no caso da existência de uma catástrofe.
- Comissão Municipal de Protecção Civil

É o centro de coordenação e ação da proteção civil municipal, a funcionar sob a coordenação da Presidente da Câmara Municipal. Conforme definido na Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro, a CMPC tem como missão assegurar que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe, se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

• Comissão Municipal de Proteção de Crianças e Jovens

Aqui se definem as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) como instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e reverter ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

• Conselho Municipal da Juventude

O Conselho Municipal de Juventude é um órgão consultivo do Município de Alfândega da Fé sobre matérias relacionadas com a política da juventude e visa estimular a participação dos jovens na vida cívica, cultural e política, através das associações representativas e os órgãos autárquicos e partidos, propiciando-lhe meios para o estudo e debate sobre diversas temáticas relativas à juventude.

O Conselho Municipal de Juventude prossegue os seguintes fins:

- a) Colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e acção social;
- b) Assegurar a audição e representação das entidades públicas e privadas que, no âmbito municipal, prosseguem atribuições relativas à juventude;
- c) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos indicadores económicos, sociais e culturais relativos à juventude;
- d) Promover a discussão das matérias relativas às aspirações e necessidades da população jovem residente no município;
- e) Promover a divulgação de trabalhos de investigação relativos à juventude;
- f) Promover iniciativas com a juventude a nível local;
- g) Colaborar com os órgãos do município no exercício das competências destes relacionados com a juventude, nomeadamente na implementação do Orçamento Participativo Jovem;
- h) Incentivar e apoiar a actividade associativa juvenil;
- i) Promover a colaboração entre as associações juvenis no seu âmbito de actuação.

• Conselho Municipal do Idoso

O Conselho Municipal Sénior, é um órgão com função consultiva, de articulação, informação, promoção dos direitos e protecção das pessoas idosas, de forma a garantir o seu bem-estar, dignidade e qualidade de vida. Neste sentido, pretende:

- Ser um órgão de representação dos Idosos/as e de ligação com a comunidade e os poderes públicos na procura de soluções para os problemas diagnosticados;
- Promover o debate sobre as necessidades sentidas pelos idosos/as, encaminhando propostas às respectivas entidades;
- Debater os direitos sociais do Idoso/a, criando condições para promover a sua autonomia, integração e participação na comunidade;
- Aproximar-se os órgãos de representação local e nacional dos idosos/as e dos seus problemas.

• Comissão Municipal de Trânsito

Órgão consultivo da Câmara Municipal, para as questões de trânsito no concelho. Esta Comissão tem como função encontrar as soluções mais adequadas para superar estrangulamentos e constrangimentos rodoviários, com vista ao ordenamento do trânsito.

Sendo assim, as suas principais competências são:

- Diagnosticar e procurar soluções para os diversos problemas que se prendem com o trânsito no concelho;
- Sugerir a tomada de medidas e alterações julgadas por convenientes para concretização dos objetivos previstos;
- Apreciar pedidos de sinalização, pedidos de colocação de sinais de estacionamento, apresentar projetos de instalação e substituição de sinalização vertical e horizontal;
- Apresentar estudos sobre alterações de sentidos de trânsito;
- Dar parecer sobre requerimentos e processos relativos a circulação e estacionamento;
- Dar parecer sobre a atribuição de parques privados;
- Propor ou avaliar a atribuição de espaços de estacionamento reservado a deficientes;
- Propor marcação dos parques de estacionamento.

• Comissão Municipal de Toponímia

Comissão Municipal de Toponímia elabora toda a Toponímia do Concelho em colaboração com as Juntas de Freguesia.

À Comissão Municipal de Toponímia compete:

- a) Propor à Câmara a denominação de novos arruamentos ou a alteração dos actuais;
- b) Elaborar pareceres sobre a atribuição de novas designações a arruamentos ou sobre a alteração das já existentes, de acordo com a respectiva localização e importância;
- c) Propor a realização de protocolos ou acordos com municípios de países com quem Portugal mantenha relações diplomáticas, com vista a troca de topónimos, em relações de reciprocidade;
- d) Definir a localização dos topónimos;
- e) Proceder ao levantamento, por freguesia, dos topónimos existentes, sua origem e justificação;
- f) Elaborar estudos sobre a história da toponímia em Alfândega da Fé;
- g) Colaborar com universidades, institutos, fundações, associações e sociedades científicas no estudo e divulgação da toponímia;
- h) Publicitar, através de edições, os estudos elaborados;
- i) Colaborar com as escolas do concelho, editando materiais didácticos para os jovens sobre a história da toponímia de zonas históricas ou das áreas onde as escolas se inserem;
- j) Garantir, em colaboração com a Câmara Municipal, a existência de um acervo toponímico do concelho de Alfândega da Fé.

Observações Relativas ao Formulário D

Observações Relativas ao Indicador 7**Documentação Anexa Relativa ao Indicador 7:**

[Protocolo 7 sois 7 luas.pdf](#) (294.2 kB)

[Protocolo Centro Social e Paroquial Sambade.pdf](#) (174.9 kB)

[Protocolo ADAF.pdf](#) (2.5 MB)

[Protocolo ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE CAÇA E PESCA DE CEREJAIS.pdf](#) (782.2 kB)

[Protocolo Associação Social de Parada.pdf](#) (316.1 kB)

[Protocolo Centro Social e Cultural Gebelim.pdf](#) (749.6 kB)

[Protocolo Filandorra.pdf](#) (878.1 kB)

[Protocolo Futebol Clube do Porto.pdf](#) (258 kB)

[Protocolo Leque.pdf](#) (1019.9 kB)

Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Fiso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt





Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 8

Município de Alfandega da Fé

Certificação de Sistemas de Gestão

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Instituições	Município; IPQ	R	IC	IU	2,0

A - CERTIFICAÇÕES AO MUNICÍPIO OU SEUS SERVIÇOS

A1 - N.º de certificações/acreditações ao município ou serviços:

A2 - Tipo de certificação/acreditação ao município ou serviços:

Norma ISO 9001: 2008

Certificado de Conformidade n.º PT13/04296, emitido por SGS em fevereiro de 2013 e sendo válido até 17/02/2016.

O âmbito da certificação integra 4 divisões municipais e 3 gabinetes.

Serviços municipais abrangidos pelo âmbito da certificação: "Licenças Administrativas", "Urbanismo (controlo prévio/fiscalização)", "Ambiente", "Proteção Civil e Florestas", "Ação Social, Educação e Desporto", "Cultura e Turismo", "Biblioteca Municipal", "Medicina Veterinária Municipal", "Obras Municipais", "Água e Saneamento" e "Apoio ao Empreendedorismo".

Observações Relativas ao Formulário A

Apresenta-se em anexo o Certificado de Conformidade n.º PT13/04296, acima referido.

B - CERTIFICAÇÕES ÀS JUNTAS DE FREGUESIA QUE INTEGRAM O MUNICÍPIO E/OU EMPRESAS MUNICIPAIS E MULTIMUNICIPAIS

B1 - N.º de certificações às Juntas de Freguesia e/ou empresas municipais e multimunicipais:

B2 - Tipo de certificações/acreditação:

Observações Relativas ao Formulário B

C - CERTIFICAÇÕES ÀS EMPRESAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS

C1 - N.º total de empresas fornecedoras de bens, serviços e/ou produtos:

C2 - N.º empresas fornecedoras de bens e/ou serviços certificadas/acreditadas:

C3 - N.º empresas fornecedoras de serviços ao município com produtos certificados:

Observações Relativas ao Formulário C

- No final do ano 2014 existiam 48 empresas fornecedoras de bens e/ou serviços ao município certificadas/acreditadas e/ou com produtos certificados.

Observações Relativas ao Indicador 8

Atualmente o município está a trabalhar no sentido da renovação da certificação e na construção de um Sistema Integrado: Qualidade / Segurança / Ambiente.

Documentação Anexa Relativa ao Indicador 8:

[\(2015-03-26\) Certificado PT13_04296 - versão 3.pdf](#) (569.5 kB)

[\(2015-04-16\) Avaliação e Qualificação de Fornecedoros 2014.xls](#) (1.8 MB)

Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt





Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 9

Município de Alfândega da Fé

Áreas Classificadas (âmbito Conservação da Natureza)

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Município; ICNF; INE; DRRF Açores; DRFCN Madeira	R	IC	IU/INU	0,0 (+ 2,0)

Superfície do concelho (ha):

A - REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS - ÂMBITO LOCAL OU REGIONAL

A1 - O município apresenta uma proposta de estatuto de classificação:

 Sim Não

A2 - Indique a região ou elementos notáveis:

Observações Relativas ao Formulário A

B - REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS (RNAP) E SÍTIOS CLASSIFICADOS (SC)

B1 - Existência de Áreas Protegidas pertencentes à RNAP ou SC?

 Sim Não

B2 - Superfície total das Áreas protegidas (RNAP) e Sítios Classificados (ha):

B3 - % da Superfície do Concelho com estatuto de área classificada incluída na RNAP ou SC:

B4 - Nome das Áreas Protegidas da Rede Nacional de Áreas Protegidas e Sítios Classificados e observações:

Observações Relativas ao Formulário B

C - REDE NATURA 2000 (APLICÁVEL AOS MUNICÍPIOS DE PORTUGAL CONTINENTAL E ILHAS)

C1 - Existência de Áreas Classificadas (Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Proteção Especial) da Rede Natura 2000:

Sim Não

C2 - Nome das áreas classificadas da Rede Natura 2000 e observações:

- ZPE – Zona de Protecção Especial Rio Sabor e Maças – 2555.16 ha, cod- PTZPE0037 - % área – 7.94
- Sítios – Sítio Rio Sabor e Maças – 2248.40 há, cod – PTCON002 - % área – 6.98

> Existência de Sítios da Unesco para o desenvolvimento sustentável:

- Região Demarcada do Douro Vinhateiro – toda a freguesia de Vilarelhos (1205.37 ha) é abrangida pela RDD e está classificada como ZEP – zona especial de protecção - Património Mundial pela UNESCO, em 2001.
- Foi submetida uma candidatura à UNESCO, para a "Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica" - em fase final de aprovação.

Observações Relativas ao Formulário C

Total de área classificada Rede Natura 2000 no concelho de Alfândega da Fé – 14.92 %

VER 2 fichas (Sítios e ZEP), em anexo.

VER 1 documento da Região Demarcada do Douro Vinhateiro (Património Mundial), em anexo.

VER 3 documento da candidatura Reserva da Biosfera, em anexo.

D - REDE REGIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS DOS AÇORES/MADEIRA**D1 - Existência de Rede Regional de Áreas Protegidas (RRAPA/RRAPM)?**

Sim Não

D2 - % Área do Concelho com estatuto de área classificada incluída na RRAPA/RRAPM:

D3 - Observações sobre a Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores/Madeira:

Observações Relativas ao Formulário D**Observações Relativas ao Indicador 9****Documentação Anexa Relativa ao Indicador 9:**

[A1- Parque Natural Regional.pdf](#) (3.2 MB)
[C.2 - ZPE RIO SABOR E MAÇAS.pdf](#) (151.4 kB)
[C.2 - sitio rio sabor e maçãs.pdf](#) (205.3 kB)
[C.2 - Alto Douro Douro Vinhateiro - ZEP - Património Mundial - Aviso.pdf](#) (415.6 kB)
[C.2 - Reserva da Biosfera - unidade didatica.pdf](#) (7.1 MB)
[C.2 - Reserva da Biosfera - Ofício.pdf](#) (261.3 kB)
[C.2 - Reserva da Biosfera - Nota de Imprensa.pdf](#) (1.1 MB)

Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt



© 2009-2011 Associação Bandeira Azul da Europa - Organização de Utilidade Pública reconhecida através do despacho nº9364/2009 publicado em D.R. de 30 de Março. | Ficha técnica



Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 10

Município de Alfandega da Fé

Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade). Conhecer, Educar e Divulgar

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Município; ICNF; INE; DRRF Açores; DRFCN Madeira; Ciência Viva; Universidades; Unidades de Investigação; Laboratórios do Estado	R	IC	IU	5,0 (+ 1,0)

A - CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - AÇÕES E PROJETOS

Item 1

A1 - Nome da Ação/Projeto:

Ação: Ordenamento e recuperação de povoamentos. Sub-Ação: Recuperação do Potencial Produtivo. Tipologia: Estabilização de emergência após incêndio.

A2 - Investimento/custo (€):

222.474,18

A3.1 - Início da implementação da ação/projeto:

05/12/2013

A3.2 - Fim da implementação da ação/projeto:

25/03/2015

A4 - Seleccione o(s) tema(s) em que a ação se insere:

{"options":{"1":"Biodiversidade","2":"Conservação do Solo e Recursos Hídricos","3":"Geodiversidade","4":"Boas Práticas Agrícolas","5":"Viveiros Municipais de plantas autóctones","6":"Combate à Poluição e outras formas de degradação nos ecossistemas","7":"Controlo de Espécies Exóticas","8":"Monitorização do Património Natural","99":"Outro(s)"}}

A4.1 - Outro(s) Qual(ais):

- Recuperação do Potencial Produtivo
- Estabilização de emergência após incêndio

A5 - Descrição Sumária da Ação/Projeto:

- Realização de Sementeiras de espécies de cobertura de solo, no sentido de favorecer a cobertura vegetal do território de forma a diminuir os efeitos erosivos.
- Instalação de barreiras de troncos segundo as curvas de nível, de forma a contrariar os efeitos decorrentes da escamisa superficial assim como diminuir os efeitos erosivos de uma forma geral.
- Abertura de regos segundo as curvas de nível.

A6 - Metodologia adotada:

- As sementeiras foram realizadas através de ações directas. As espécies que foram utilizadas na sementeira tinham presente uma mistura composta essencialmente por espécies herbáceas.

- Foi instalada uma pastagem de sequeiro com a seguinte composição:

- Leguminosas: *Trifolium subterraneum*, *Trifolium repens*, *Medicago* sp
- Gramíneas perenes: *Dactylis glomerata*, *Festuca arundinacea* e *Agrostis capilaris*
- Gramíneas anuais: *Lolium multiflorum*, *Lolium rigidum*

- A mistura de sementes, devidamente inoculada, teve sempre uma composição de pelo menos 5 espécies diferentes de gramíneas e leguminosas, em percentagens idênticas.

- Foram utilizados 25 quilos por hectare (valor que se situa no intervalo definido de 10 a 35 kg) e serão distribuídos sem que exista uma mecanização contínua da área de intervenção. Em resumo poderemos dizer que se trata de uma sementeira direta em que se optou pela conjugação da distribuição manual e mecânica.

- As barreiras foram instaladas com tendo em conta as seguintes características:

- Composição: Foram executadas utilizando resíduos florestais existentes na área do projeto, os quais foram ser recolhidos e posteriormente colocados nas zonas mais necessitadas.

- Dimensão: A dimensão teve em conta a especificidade da área em que foram colocados. Os resíduos florestais (troncos e ramos) foram colocados em linhas executadas em curva de nível. Apresentam uma altura aproximada de 15 (quinze) a 30 (trinta) cm. Sempre que necessário foram imobilizados com a utilização de estacas.

- O número de barreiras de resíduos florestais por hectare e caracterização da sua distribuição na área a intervencionar, tiveram os seguintes pressupostos: O número de barreiras por hectare deveria ser de 5 a 7, já que se pretendia que a colocação fosse efetuada com o espaçamento de 15 (quinze) a 20 (vinte) metros. A sua disposição seria efetuada ao longo da curva de nível, de forma a que o efeito pretendido fosse concretizado. Ao longo da curva de nível teriam uma continuidade que permitiria intervir homoganeamente na área de intervenção.

- A abertura de regos segundo as curvas de nível foram efetuadas da seguinte forma:

Execução de regos superficiais, de profundidade nunca inferior a 5 cm. Foram ser executadas nas zonas de menor declive (de forma a permitir que a sua execução fosse efetuada por meios mecânicos), segundo as curvas de nível e com o rompimento da camada do solo repelente à água (lavagem e escarificação).

A7 - Público-Alvo:

- Alunos da Escola Agrária do Instituto Politécnico de Bragança

- Proprietários privados da área sujeita a intervenção (das freguesias de Ferradosa, Gouveia, Cerejais, Parada e Sendim da Ribeira).

A8 - N.º de pessoas envolvidas:

A9 - Existência de Parcerias:

Sim Não

A10 - Indique as entidades envolvidas nas parcerias:

- Município de Alfândega da Fé

- Escola Superior Agrária de Bragança do Instituto Politécnico de Bragança.

A11 - Descreva o impacto da ação/projeto no município, indicando o seu âmbito (internacional, nacional, regional e/ou local):

O impacto foi local apesar da ação/projeto base (Relatório de Avaliação dos Impactos Florestais, decorrentes do incêndio florestal de Picões (Alfândega da Fé) estar enquadrada numa perspectiva regional. A ação/projeto identificou um conjunto de intervenções necessárias à estabilização dos ecossistemas afetados e à remoção de material ardido, preconizando numa segunda fase o restabelecimento do potencial produtivo, tendo em vista a reposição e sustentabilidade dos valores ecológicos afetados.

A12 - Informação e/ou promoção disponível no site da Câmara Municipal:

Publicitação do concurso:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/imprensa/780>

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/imprensa/800>

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/informacoes/159>

A13 - Informação e/ou promoção disponível noutras fontes de informação:

Foram cumpridos os pressupostos legais no que respeita à publicitação da ação/projeto em causa, nomeadamente a colocação de uma placa publicitária, identificadora das entidades envolvidas (entidades financiadoras e entidades responsáveis).

<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=667&exmenuid=664>

<http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relat/raa/ree-13>

A14 - Efetuaram a Monitorização da Ação/Projeto:

Sim Não

Em caso afirmativo, indique

A14.1 - Metodologia utilizada:

Foram realizadas visitas semanais pelo responsável técnico por parte do Município de Alfândega da Fé, as quais foram sempre acompanhadas pelo responsável técnico de execução da obra.

Nestas visitas semanais eram quantificadas as ações realizadas, sempre com o devido apoio cartográfico assim como com a validação das especificações técnicas exigíveis.

As visitas mensais realizadas para emissão dos respetivos autos de medição foram efetuadas pela entidade responsável pela elaboração e acompanhamento da execução da obra/empreitada, devidamente acompanhada pelo técnico da empresa responsável pela execução da obra/projeto.

Nestas visitas mensais eram quantificadas as ações realizadas, sempre com o devido apoio cartográfico assim como com a validação das especificações técnicas exigíveis.

A14.2 - Responsáveis envolvidos:

Município de Alfândega da Fé (Eng.ª Filipa Penarrois Guerra)
 Bosque, Projectos de Engenharia, Lda (Eng.ª Isabel Linhares Branco)
 Floponor, Florestas e Obras Públicas, SA (Eng.º José Luís Lousada)

A14.3 - Periodicidade:

Município de Alfândega da Fé - Semanal
 Bosque, Projectos de Engenharia, Lda - Mensal
 Floponor, Florestas e Obras Públicas, SA – Diária
 IPB, equipa técnica de professores da área de Solos e 3 alunos de mestrado - Bisemanal

A14.4 - Resultados obtidos:**A14.4 Resultados obtidos:**

Confirmação da execução das ações previstas na ação/projeto.

Com o trabalho que se está a desenvolver pela equipa do IPB, pretende-se avaliar o efeito de várias medidas mitigadoras instaladas com o objectivo de conservação do solo. Para esse fim foram seleccionadas duas áreas de amostragem:

(1) Duas sub-bacias hidrográficas com sementeira e barreiras construídas em pedra, no nível de base para contenção do sedimento. Nesta área está a realizar-se a caracterização das redes e das bacias hidrográficas, a evolução do coberto vegetal e a quantificação da pedregosidade superficial e sub-superficial;

(2) Áreas onde existia plantações florestais com e sem armação do terreno em vala e câmor e onde se realizou sementeira e construção de barreiras com restos da vegetação queimada. Aqui está a avaliar-se a evolução do coberto vegetal e o efeito da rugosidade superficial do solo e das barreiras na contenção do solo. Também pretende-se perceber se a armação do terreno em vala e câmor é eficiente na contenção do solo ou se se justifica a construção das barreiras.

Nas duas áreas de amostragem será avaliada quantitativamente e qualitativamente o sedimento depositado a montante das barreiras, construídas para esse efeito.

Observações Relativas ao Formulário A

Considerou-se pertinente anexar a seguinte documentação relevante:

- 1- Candidatura (4 documentos);
- 2- Protocolo IPB;
- 3- Anuncio DR Proder;
- 4- Edital
- 5- Contrato assinado Proder

Documentação Anexa Relativa ao Formulário A:

- [Candidatura \(1\) Descrição das acções.docx](#) (137.8 kB)
[Candidatura \(2\) INF_AREAS_AI Fé_CARTOGRAFIA.xlsx](#) (22.6 kB)
[Candidatura \(3\) Projeto_Orçamento.xls](#) (77 kB)
[Candidatura \(4\) PINV_Global_AI da Fe_PRODOR.pdf](#) (40.2 MB)
[2- protocolo IPB.pdf](#) (147.5 kB)
[3- anuncio DR Proder.pdf](#) (176.5 kB)
[4- Edital.pdf](#) (427.2 kB)
[5- contrato assinado Proder.pdf](#) (6.7 MB)

Item 2**A1 - Nome da Ação/Projeto:**

Estratégias integradas para o aumento da produtividade da amendoeira em Trás-os-Montes

A2 - Investimento/custo (€):

15.000,00

A3.1 - Início da implementação da ação/projeto:

01/02/2014

A3.2 - Fim da implementação da ação/projeto:

31/12/2016

A4 - Selecione o(s) tema(s) em que a ação se insere:

{"options":{"1":"Biodiversidade","2":"Conservação do Solo e Recursos Hídricos","3":"Geodiversidade","4":"Boas Práticas Agrícolas","5":"Viveiros Municipais de plantas autóctones","6":"Combate à Poluição e outras formas de degradação nos ecossistemas","7":"Controlo de Espécies Exóticas","8":"Monitorização do Património Natural","99":"Outro(s)"}}

A4.1 - Outro(s) Qual(ais):

A5 - Descrição Sumária da Ação/Projeto:

Pretende-se com esta ação /projecto Implementar e avaliar, estratégias, de forma integrada, para aumentar a produtividade da amendoeira e avaliar a qualidade nutricional da amêndoa.

A6 - Metodologia adotada:

Instalação de três campos experimentais, onde será implementado um conjunto de tecnologias culturais integradas nas seguintes linhas de ação:

- 1 – Porta-enxertos, variedades e sistemas de condução;
- 2- Gestão do solo e fertilização;
- 3- Monitorização e luta contra as principais pragas e doenças;
- 4 – Rega deficitária;
- 5 – Luta contra a geadas;
- 6 – Demonstração e divulgação do conhecimento obtido com as acções experimentais.

1. Porta-enxertos, variedades e sistemas de condução

No sentido de obter informação sobre o comportamento de variedades e porta-enxertos e formas de condução, será instalado um campo experimental em Torre de Moncorvo. Com esta ação pretende-se avaliar o comportamento de variedades de floração tardia, auto-férteis ou que em conjunto sejam capazes de garantir a polinização cruzada e que tenham bom rendimento à britagem. Por outro lado, serão experimentados novos porta-enxertos para comparação com o habitualmente usado GF-677. Por fim, será avaliado o comportamento das cultivares em vários sistemas de condução (Tarefa a cargo do IPB e AmendoaCoop).

2. Gestão do solo e fertilização

Esta ação terá as seguintes atividades:

- Gestão do solo: O desenvolvimento experimental compreenderá quatro tratamentos, designadamente: leguminosas anuais de ressementeira natural de ciclo curto; de ciclo de média duração; vegetação natural fertilizada com azoto; e não fertilizada.

- Fertilização: O delineamento experimental incluirá cinco tratamentos com aplicações foliares anuais de azoto e potássio e três tratamentos com aplicações foliares de boro, distribuídas ao longo da estação de crescimento e consequente monitorização do estado nutricional. Estes nutrientes estão identificados como sendo os que originam maiores desordens nutritivas.

3. Proteção contra pragas da amendoeira

Nesta acção pretende-se proceder ao levantamento da biodiversidade do ecossistema amendoal e acompanhar as pragas que atacam a cultura de forma a promover a aplicação de meios de luta com reduzidos impactos no ambiente. Será feita a caracterização da fauna associada à amendoeira, numa perspetiva de conservação da fauna auxiliar, com vista à promoção da proteção biológica contra as suas pragas. Esta ação terá as seguintes atividades:

-Monitorização das pragas: O objetivo desta atividade é monitorizar as pragas que atacam a amendoeira.

-Monitorização biodiversidade de artrópodes: Com esta atividade pretende-se conhecer a diversidade de artrópodes associada ao amendoal para auxiliares por serem os elementos chave na limitação natural de pragas.

4. Rega deficitária

No campo experimental localizado em Alfândega da Fé pretende-se implementar um delineamento para avaliar a resposta fisiológica e agrónómica da amendoeira vários regimes hídricos.

5. Luta contra a geadas

Esta acção visa promover a implementação de sistemas de protecção contra a geadas e a sua correcta utilização, disponibilizando informação sobre formas de prever a sua ocorrência, o momento adequado para iniciar a protecção, o grau de protecção conferido e a análise custo-benefício da implementação de cada método de luta. (Tarefa a cargo do IPB e CAAF)

6. Demonstração e divulgação

Nesta ação pretende-se realizar a divulgação dos resultados obtidos, através da realização de 1 seminário, 2 ações de formação, elaboração de 4 folhetos de divulgação com informação sobre as práticas agrícolas para o amendoal e os resultados obtidos nos campos experimentais. Os resultados dos trabalhos de investigação serão publicados em revistas técnicas, científicas e em atas de congressos. A concretização desta ação será da responsabilidade de todas as entidades.

A7 - Público-Alvo:

Agricultores e técnicos da região

A8 - N.º de pessoas envolvidas:

A9 - Existência de Parcerias:

Sim Não

A10 - Indique as entidades envolvidas nas parcerias:

Município de Alfândega da Fé; Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé; Instituto Politécnico de Bragança; AmêndoaCoop – Cooperativa de produtores de Amêndoa de Torre de Moncorvo; Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro.

A11 - Descreva o impacto da ação/projeto no município, indicando o seu âmbito (internacional, nacional, regional e/ou local):

Aumentar a produção de amêndoa e melhoria da qualidade da mesma, melhorar a instalação de novos pomares na região.

A12 - Informação e/ou promoção disponível no site da Câmara Municipal:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/noticias/605>
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/noticias/601>
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/imprensa/943>
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/imprensa/941>
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/centro/27>

A13 - Informação e/ou promoção disponível noutras fontes de informação:

http://www.brigantia.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=9955&Itemid=43
<http://www.diariodetrasmontes.com/noticias/compecta.php3?id=21149>

A14 - Efetuaram a Monitorização da Ação/Projeto:

Sim Não

Em caso afirmativo, indique**A14.1 - Metodologia utilizada:**

Ainda está ser feita a monitorização do projecto, uma vez que este ainda se encontra em execução.

Relativamente aos pota-enxertos, variedades e sistemas de condução, está a ser efectuada uma avaliação do comportamento fisiológico e produtivo das variedades de amendoeira do campo experimental. O comportamento fisiológico é avaliado através da medição das taxas de fotossíntese, respiração e transpiração, eficiência do uso da água e estado hídrico. São realizadas análises bioquímicas dos parâmetros que condicionam as trocas gasosas e, conseqüentemente, o seu crescimento. Esta actividade é realizada igualmente no âmbito das linhas de acção 2 e 4 (Tarefa a cargo do IPB e UTAD).

Ainda no âmbito desta linha de acção pretende-se determinar, por espectrofotometria e por cromatografia líquida de alta pressão ou eficiência, os principais parâmetros que permitem avaliar a qualidade dos frutos produzidos no campo experimental e com isso a influência dos tratamentos aplicados. Os parâmetros a determinar são: teor em vitaminas A e C; em ácidos orgânicos; em açúcares-livres; em aminoácidos-livres; em fenólicos totais e flavonoides totais; em fenólicos individuais e actividade antioxidante. Esta actividade será realizada igualmente no âmbito das linhas de acção 2 e 4. (Tarefa a cargo da UTAD).

A qualidade sensorial das variedades de amêndoa será avaliada por um painel de provadores, com treino prévio. Será realizada uma Análise Descritiva Quantitativa que permitirá o desenvolvimento do perfil sensorial de cada variedade com descritores apropriados para todos os parâmetros sensoriais avaliados e escalas quantitativas adequadas. Com a análise descritiva quantitativa conseguiremos correlacionar os dados físico-químicos com os dados sensoriais. Os resultados serão tratados através de uma análise estatística multivariada. (Tarefa a cargo da UTAD).

Está a ser feita a avaliação regular do estado nutritivo das plantas, da fertilidade do solo, da persistência das espécies semeadas, do estado nutricional das amendoeiras e da produção. (Tarefa a cargo do IPB e CAAF).

A monitorização das pragas, para o caso de *Anarsia lineatella* Zeller, e *Grapholita molesta* (Busk), vão ser instaladas 5 armadilhas tipo delta com feromona sexual em da parcela e 5 armadilhas tipo funil com feromona para captura de adultos de *Cossus cossus* (L.); *Zeuzera pyrina* (L.). Será aplicada a técnica de pancadas para monitorização dos adultos de *Capnodis tenebrionis* e *Monosteira unicastata*. Será feita a colheita e observação de folhas para a monitorização da monosteira e dos ácaros tetraniqüídeos. Durante a primavera serão observados ramos para o acompanhamento do ataques de afídios. As amostragens decorrerão semanalmente.

A monitorização da biodiversidade de artrópodes, será efetuada uma colheita mensal dos artrópodes através da técnica de pancadas. Este procedimento permitirá conhecer a riqueza e abundância dos potenciais predadores e parasitóides de pragas e avaliar as suas populações para atuarem contra as pragas. Será disponibilizada informação acerca das pragas e da eventual necessidade de aplicação de meios de luta (Tarefa a cargo do IPB e CAAF).

Rega deficitária - A resposta agrónómica será avaliada através da produção e do crescimento da árvore e complementada com a análise da qualidade dos frutos produzidos. A resposta fisiológica será avaliada de acordo com as metodologias referidas na linha de ação 1. (Tarefa a cargo do IPB, UTAD e CAAF)

A14.2 - Responsáveis envolvidos:

Instituto Politécnico de Bragança e Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro.

A14.3 - Periodicidade:

Mensal.

A14.4 - Resultados obtidos:

Ainda não temos resultados obtidos, uma vez que o projecto ainda se encontra em execução, no entanto, no âmbito da candidatura foram apresentadas estimativas para alguns indicadores que teremos que confirmar durante a execução do projecto.

Observações Relativas ao Formulário A

Considerou-se pertinente anexar a seguinte documentação relevante:
 - Contrato de Parceria.

Documentação Anexa Relativa ao Formulário A:

[Contrato de Parceria.doc](#) (58.5 kB)

Item 3**A1 - Nome da Ação/Projeto:**

PARQUE FLORESTAL DE ALVAZINHOS - PRODER – Ação 1.3.1 MELHORIA PRODUTIVA DOS POVOAMENTOS, PA n.º 29323

A2 - Investimento/custo (€):

26.510,09

A3.1 - Início da implementação da ação/projeto:

24/07/2012

A3.2 - Fim da implementação da ação/projeto:

30/09/2014

A4 - Seleccione o(s) tema(s) em que a ação se insere:

{"options":{"1":"Biodiversidade","2":"Conservação do Solo e Recursos Hídricos","3":"Geodiversidade","4":"Boas Práticas Agrícolas","5":"Viveiros Municipais de plantas autóctones","6":"Combate à Poluição e outras formas de degradação nos ecossistemas","7":"Controlo de Espécies Exóticas","8":"Monitorização do Património Natural","99":"Outro(s)"}}

A4.1 - Outro(s) Qual(ais):

- Gestão florestal sustentável
- Protecção da floresta contra agentes abióticos;
- Condução dos povoamentos florestais,
- Boas práticas florestais,
- Micoturismo.

A5 - Descrição Sumária da Ação/Projeto:

A ação visou uma intervenção silvícola de protecção e gestão de um povoamento florestal pertencente ao Município, "Floresta de Alvaizinhos", composto por uma parcela de pinheiro bravo (26,34 ha) e uma parcela de sobreiro (12,51 ha).

Os objectivos principais da acção foi a protecção contra os incêndios florestais com a desmatação e criação de descontinuidade vertical do povoamento e a melhoria produtiva dos povoamentos florestais para obtenção de lenho e cortiça de qualidade.

Foram implementadas as seguintes intervenções:

- 1- Limpeza de matos na linha de plantação – Nesta operação será realizada a limpeza de matos com recurso a motorroçadores que cortam os matos no alinhamento das plantas. O mato cortado será atirado para a entrelinha para que seja posteriormente enterrado com a grade de discos.
- 2- Limpeza de matos na entrelinha de plantação – Será realizado o controlo da vegetação espontânea nas entrelinhas, com o recurso a uma grade de 8 discos acoplada a um tractor de rasto, que irá destruir a parte aérea e radical dos matos e sua incorporação parcial no solo, com o objectivo de diminuir a concorrência pela luz, água e nutrientes e principalmente diminuir o risco da ocorrência de incêndios florestais.
- 3- Desrama das árvores de futuro que atingirão o corte final (300 a 500), feita até aos 3-4 metros de altura.
- 4- Poda de formação do sobreiro para a obtenção de um fuste direito.

A6 - Metodologia adotada:

No controlo de matos nas linhas de plantação foi usado o método motomanual, enquanto nas entrelinhas optou-se pelo método mecanizado. A desrama e a poda foi realizada manualmente com recurso a serrotes de poda.

A7 - Público-Alvo:

População em geral (concelho de Alfândega da Fé);
Alunos do clube da floresta e ambiente do agrupamento de escolas de Alfândega da Fé;
Sapadores florestais;
Técnicos do GTF e da Associação de Produtores Florestais.

A8 - N.º de pessoas envolvidas: **A9 - Existência de Parcerias:**

Sim Não

A10 - Indique as entidades envolvidas nas parcerias:

- AFLOCAF (Associação de Produtores Florestais do Concelho de Alfândega da Fé);
- Município de Alfândega da Fé.

A11 - Descreva o impacto da ação/projeto no município, indicando o seu âmbito (internacional, nacional, regional e/ou local):

O projecto apenas teve impactos a nível municipal uma vez que promoveu-se a redução do risco de incêndios nessa área e promoveu-se a uma gestão sustentável da floresta de modo a obterem-se a médio prazo de lenho e cortiça de qualidade e produção de cogumelos silvestres.

A12 - Informação e/ou promoção disponível no site da Câmara Municipal:

O plano de gestão florestal esteve em consulta pública para reclamações, sugestões ou observações por parte dos interessados.

A13 - Informação e/ou promoção disponível noutras fontes de informação:

Edital e divulgação do PGF no site do ICNF
<http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/pgf/publicitacoes/encerradas/drnf-norte/pgf-almazinhos>
<http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/pgf/publicitacoes/encerradas>

A14 - Efetuaram a Monitorização da Ação/Projeto:

Sim Não

Em caso afirmativo, indique**A14.1 - Metodologia utilizada:**

Vistoria de campo para verificação do cumprimento das boas práticas florestais.

A14.2 - Responsáveis envolvidos:

- AFLOCAF
- GTF do Município
- DRAPN / IFAP

A14.3 - Periodicidade:

Semanal.

A14.4 - Resultados obtidos:

Com esta acção o parque de Alvazinhos poderá ser um espaço de demonstração do uso sustentável da floresta e da sua multifuncionalidade, servindo de exemplo piloto para os proprietários privados; Desenvolver e otimizar a actividade da micologia de uma forma integrada com o espaço florestal; Diminuição do risco de incêndio.

Observações Relativas ao Formulário A

Considerou-se pertinente anexar a seguinte documentação relevante:

- 1- Edital PGF
- 2- PGF Alvazinhos assinado
- 3- Protocolo AFLOCAF

Documentação Anexa Relativa ao Formulário A:

- [1- Edital PGF.pdf](#) (272.3 kB)
[2- PGF Alvazinhos assinado.pdf](#) (3 MB)
[3- Protocolo AFLOCAF.pdf](#) (426.7 kB)

Item 4**A1 - Nome da Ação/Projeto:**

Melhoramento e proteção da cultura do castanheiro.

A2 - Investimento/custo (€):

480,00

A3.1 - Início da implementação da ação/projeto:

22/11/2013

A3.2 - Fim da implementação da ação/projeto:**A4 - Seleccione o(s) tema(s) em que a ação se insere:**

{"options":{"1":"Biodiversidade", "2":"Conservação do Solo e Recursos Hídricos", "3":"Geodiversidade", "4":"Boas Práticas Agrícolas", "5":"Viveiros Municipais de plantas autóctones", "6":"Combate à Poluição e outras formas de degradação nos ecossistemas", "7":"Controlo de Espécies Exóticas", "8":"Monitorização do Património Natural", "99":"Outro(s)"} }

A4.1 - Outro(s) Qual(ais):**A5 - Descrição Sumária da Ação/Projeto:**

Sendo a castanha um recurso de grande valor económico no nosso concelho, é imperioso que se criem condições para o seu reforço, dando-lhe mais visibilidade e melhorando a sua valorização.

Este projeto visa desenvolver a investigação em castanheiro e na valorização da castanha; promover boas práticas culturais na cultura do castanheiro, com o objetivo de aperfeiçoar/melhorar a produção e manejo dos soutos.

Toma-se, portanto, fundamental acompanhar a cultura dos castanheiros e incentivar os produtores ao aumento da área de produção.

A6 - Metodologia adotada:

Começamos por efetuar o levantamento dos produtores de castanha do concelho, com o objectivo de conhecermos a área de soutos existentes, a produção média anual, as variedades existentes, as práticas culturais praticadas, a existência de pragas ou doenças associadas a esta cultura, etc para tal foi efectuado um inquérito (em anexo) a todos os produtores de castanha.

Com o apoio da Cooperativa Soutos os Cavaleiros, realizámos análises de solo em soutos de produtores de castanha do concelho, assim como foram seleccionadas várias parcelas controle de soutos, com características diferentes, localizações diferentes, onde foram aplicadas práticas culturais diferentes, como adubações, mobilizações do solo e podas, com o objectivo de identificar qual a prática mais adequada à região de forma a aumentar a produção e a qualidade da castanha.

Organizamos anualmente um seminário com vista ao debate sobre a importância deste fruto na economia local, bem como as suas potencialidades, características, métodos e formas de produção.

A7 - Público-Alvo:

Produtores de castanha do concelho de Alfândega da Fé e técnicos de associações de produtores florestais.

A8 - N.º de pessoas envolvidas:

A9 - Existência de Parcerias:

Sim Não

A10 - Indique as entidades envolvidas nas parcerias:

- Município de Alfândega da Fé;
- Refcast;
- Cooperativa Soutos os Cavaleiros.

A11 - Descreva o impacto da ação/projeto no município, indicando o seu âmbito (internacional, nacional, regional e/ou local):

Esta ação pretende:

- Incentivar a plantação de novos soutos;
- Aproveitar as principais potencialidades do desenvolvimento rural deste concelho;
- Este trabalho constitui um forte contributo para o conhecimento, valorização e preservação da diversidade genética do castanheiro e para a sustentabilidade dos sistemas de produção a ele associados.

Através das parcerias estabelecidas com a Refcast e com a Cooperativa Soutos os Cavaleiros, é possível ver a fileira da castanha representada tanto a nível nacional como internacional.

O projeto Refcast – Associação Portuguesa da Castanha, tem vindo a reforçar o negócio e a valorização da castanha de Portugal, sobretudo no exterior, procurando aumentar a área de cultivo e, conseqüentemente, a produção nacional de castanha, para que Portugal seja um dos principais produtores europeus. A Refcast é membro fundador da Comissão Europeia da Castanha. O Município de Alfândega da Fé, sendo associado da Refcast tem conseguido tirar proveito destas “mais-valias”.

A12 - Informação e/ou promoção disponível no site da Câmara Municipal:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/noticias/534>
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/noticias/531>
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/eventos/172/0/0/0/mes>
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/imprensa/750>
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/festasfeiras/14>
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/imprensa/749>
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/imprensa/1168>

A13 - Informação e/ou promoção disponível noutras fontes de informação:

http://www.brigantia.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=12524&Itemid=43
<http://www.jornalnordeste.com/noticia.asp?idEdicao=593&id=20578&idSeccao=5277&Action=noticia#.VUn8KrdDbIV>
<https://www.facebook.com/TurismoPortoNortePortugal/photos/a.479448820462.388143.433125680462/10154734501485463/?type=1&fref=nf>
<http://www.localvisao.tv/index.php/tras-os-montes/2097-festa-da-montanha#fprpop-999563857>
<http://www.localvisao.tv/index.php/tras-os-montes/2137-ser-da-montanha>

A14 - Efetuaram a Monitorização da Ação/Projeto:

Sim Não

Em caso afirmativo, indique

A14.1 - Metodologia utilizada:

As parcelas ensaio são visitadas com regularidade pelos técnicos da Refcast, pelos técnicos do Município e pela cooperativa Soutos os Cavaleiros. Nestas parcelas é feita a comparação da produção da castanha e da sua qualidade em função dos resultados de análises de solos, das árvores afectadas pela tinta e pelo cancro do castanheiro, das variedades mais resistentes às doenças, das práticas culturais efectuadas em cada uma das parcelas, da exposição, tipo de solo e inclinação da parcela.

A14.2 - Responsáveis envolvidos:

- 2 Técnicos do Município de Alfândega da Fé;
- 1 Técnico da Cooperativa Soutos os Cavaleiros;
- 3 Técnicos da Refcast.

A14.3 - Periodicidade:

NOTA: Não existe uma periodicidade de visitas ao terreno definida, os trabalhos são acompanhados em diferentes fases, mediante o tipo de intervenção a fazer. As análises de solo são efectuadas uma vez por ano, antes da aplicação dos adubos, por norma no decorrer do mês de fevereiro. O acompanhamento das práticas culturais é feito em conjunto com os produtores de castanha na altura das lavagens (final da apanha da castanha e em abril), a aplicação de calda Bordalesa, no início da primavera, com as árvores ainda sem folha, as podas são acompanhadas em fevereiro, aplicação do adubo é acompanhada em Março e a aplicação de estrume é acompanhada no final da apanha da castanha. Além deste acompanhamento são efectuadas visitas de dois em dois meses às parcelas em estudo para monitorizar o aparecimento de doenças e o desenvolvimento das árvores.

A14.4 - Resultados obtidos:

Os resultados obtidos ainda não são os desejados, devido ao curto período em análise. A produção de castanha no ano 2014, teve um ligeiro aumento, no entanto é precipitado tirar conclusões sem obter mais informação.

Observações Relativas ao Formulário A

NOTA: Esta ação não tem data de fim definida, pois pretende-se dar continuidade a este projecto.

Considerou-se pertinente anexar a seguinte documentação relevante:

- 1- Inquérito Produtores de Castanha
- 2- Ata (protocolo) Refcast
- 3- Declaração Cooperativa Soutos os Cavaleiros
- 4- Cartazes Seminários (2)

Documentação Anexa Relativa ao Formulário A:

- [1- Inquérito Produtores de Castanha.pdf](#) (96.7 kB)
- [2- RefCast Ata nº7 pag1.jpg](#) (439.6 kB)
- [2- RefCast Ata nº7 pag2.jpg](#) (436.5 kB)
- [3- Declaração Cooperativa Soutos os Cavaleiro.pdf](#) (67.9 kB)
- [4- Cartaz do Seminário 2013.jpg](#) (64.3 kB)
- [4- Cartaz do Seminário 2014.jpg](#) (129.1 kB)

B - FORMAÇÃO / EDUCAÇÃO**B1 - Centros de Interpretação existentes no município sobre conservação da natureza, biodiversidade e geodiversidade****B1.1 - Existência de Centro de Interpretação:**

- Sim Não

B1.2 - Nome do Centro de Interpretação:

Centro de Interpretação do Território de Alfândega da Fé – Sambade

B1.3 - Morada:

Largo da Igreja / 5350 Sambade

B1.4 - Tipo de atividades desenvolvidas (culturais, sociais, educacionais, campanhas de sensibilização):

Exposições temporárias e permanentes, seminários, workshops, interação com os elementos expostos, visualização de filmes.

B1.5 - Público-Alvo:

População em geral

B1.6 - Descrição sumária das ações:

Transmitir conhecimento, cultura, tradições, vivências, histórias e pensamentos. E mostrar sobretudo como se vive num mundo rural. O Centro usará as novas tecnologias da comunicação com conteúdos atrativos e que permitirá aliar o antigo com o atual, proporcionando ao visitante uma interação ativa com todo o Centro.

Atividades culturais temáticas:

- Exposições temporárias temáticas (por exemplo: realizar de 3 em 3 meses uma exposição dedicada a um utensílio, uma profissão, um costume, um ritual, ... Visto o CIT não ser um espaço muito grande onde se poderá mostrar tudo, esta seria uma forma de o fazer).
- Exposição Visual (Criar um espólio de fotografias por exemplo dos objetos que sejam relevantes mas que não nos tenham sido cedidos ou que não possam estar exposto por sobrelocação do espaço).
- Quadros vivos (Isto seria interessante ser feito na Inauguração por exemplo, ou em visitas de estudo. Recriar costumes, hábitos ou profissões com pessoas, dinamizando todo o espaço e dando sentido ao termo "manter viva a tradição").
- Realização de cursos, seminários ou pequenas palestras alusivas a várias temáticas, que poderiam ter a sua parte prática (por exemplo: ser agricultor por um dia).
- Workshops de cozinha típica de Trás-os-Montes (aprender a confeccionar pratos completos ou simples iguarias).
- Concursos de fotografias com diferentes temáticas que retratassem a região (seria importante para envolver a comunidade estudantil com o CIT).
- Ateliers (por exemplo: costura, tecelagem).

Serviço Educativo:

- Visitas orientadas para Escolas e Grupos Particulares, de todas o género.
- Visitas – jogo, direcionadas mais para os 1º e 2º ciclo (recriar jogos tradicionais ou outros que proporcionem interação com o Centro; imitar uma profissão por exemplo).
- Visitas gerais ao CIT (grupos, turistas estrangeiros, individuais).
- Visitas para pessoas com necessidades especiais.
- Visitas para universitários ou profissionais da área, assim como para docentes (visitas pedagógicas).
- Visitas para público sénior.

B1.7 - Objetivos:

Reabilitação do edificado, criação de valor/retorno económico e fixação e captação de população.

B1.8 - Formas de monitorização/avaliação:

N.º de visitantes / N.º de iniciativas realizadas.
(exposições workshops, visitas guiadas entre outras iniciativas)

B1.9 - Periodicidade:

Trimestral.

B2 - Ações nas Escolas

B2.1 - N.º de Ações nas escolas:

B2.2 - Tipo de ações:

- a) Comemoração do Dia Mundial da Conservação dos Solos;
- b) Comemoração do Dia Mundial das Aves;
- c) Comemoração do Dia Internacional das Plantas;
- d) Comemoração do Dia Internacional da Biodiversidade;
- e) Energia e Alterações Climáticas.

B2.3 - Objetivos das ações:

Consciencializar e incentivar os alunos no papel fundamental da conservação da natureza respeitando valores fundamentais para um futuro sustentável.

- a) Comemoração do Dia Mundial da Conservação dos Solos:
 - Comemorar o dia Mundial da Conservação dos Solos;
 - Alertar para a importância da vegetação no solo como forma de prevenir a erosão.
- b) Comemoração do Dia Mundial das Aves:
 - Estimular o interesse pela preservação da natureza;
 - Demonstrar a importância ecológica das aves.
- c) Comemoração do Dia Internacional das Plantas:
 - Sensibilizar para a importância das plantas na nossa vida;
 - Valorizar as plantas aromáticas existentes na região;
 - Demonstrar as potencialidades de algumas plantas aromáticas.
- d) Comemoração do Dia Internacional da Biodiversidade:
 - Sensibilizar para a importância da preservação da biodiversidade;
 - Dar a conhecer o bicho-da-seda e a importância económica da produção da seda natural.
- e) Energia e Alterações Climáticas:
 - Sensibilizar os alunos para a importância da preservação do ambiente;
 - Dar a conhecer as causas das alterações climáticas e as consequências para o planeta;
 - Demonstrar as diferentes fontes de energia renováveis;
 - Incutir noções básicas sobre como poupar energia no dia-a-dia.

B2.4 - Metodologia das Ações:

a) Metodologias – Atividade: Conservação dos solos:

Experiência - estratégia para cativar a atenção das crianças.

Material utilizado:

- 2 Tabuleiros;
- Terra;
- Vegetação;
- Água.

Procedimento:

- 1- Encheram-se os dois tabuleiros com terra, um coberto de vegetação e outro sem vegetação;
- 2- Colocaram-se os tabuleiros em paralelo, ligeiramente inclinados (simulação de encostas) e as 2 metades dos garraões por debaixo dos tabuleiros;
- 3- De seguida, regaram-se os tabuleiros, simulando a precipitação.

Interpretações/Conclusões

Como seria de esperar, verificou-se que o tabuleiro com vegetação teve pouca escorrência de água, sendo esta límpida, enquanto que, o tabuleiro sem vegetação escorreu água abundante e acastanhada.

A vegetação é fundamental na proteção do solo, ela atua como uma esponja absorvendo grande parte da água e possui uma capacidade de libertação lenta para que não haja inundações. A maior parte das derrocadas dá-se devido à ausência de vegetação, visto esta ser uma das maiores proteções.

Nos últimos anos o homem tem destruído constantemente o solo. A vegetação ripícola na margem dos rios ou ribeiras são fundamentais para a proteção da qualidade da água e atuam como um “filtro protetor”, ou seja, retém parte da poluição (lixo) e não deixa que estes resíduos invadam os rios ou ribeiras.

b) Metodologias – Atividade: Dia Mundial das Aves:

- Apresentação de um powerpoint sobre a importância ecológica das aves;
- Elaboração de ninhos com reaproveitamento de restos de madeira.

c) Metodologias – Atividade: Comemoração do Dia Internacional das Plantas:

Preparação (2 meses antes):

- Recolha de copos de plástico pelos bares (cerca de 50);
- Em cada copo colocou-se terra com as diversas sementes aromáticas (alecrim, alfavema e tomilho);
- Esperou-se algum tempo para que as sementes germinassem.

Preparação dos kits para as crianças:

- Constituição do kit: um copo etiquetado – “Dá-me vida!”, uma semente e um pacote de terra.

Local da atividade: Jardim Municipal de Alfândega da Fé

- Recolheram-se, em campo, diversas ervas aromáticas com boas características e potencialidades a nível medicinal;
- Estas foram devidamente identificadas e expostas;
- O público-alvo foi chegando (população em geral, Ensino especial, Universidade Sénior, Pré-escolar da Biblioteca Municipal e do Infantário da Santa Casa da Misericórdia);
- Cada pessoa que visitou a exposição teve direito a um copo com uma planta aromática à escolha. Já os kits “Dá-me vida” foram entregues às crianças;
- Durante o dia foram abordadas várias temáticas relacionadas com as plantas, tais como: o modo de cultivo, aspetos gastronómicos, utilizações medicinais, vantagens das aromáticas, processo de germinação de uma semente, entre outros aspetos relevantes.

d) Metodologia - Comemoração do Dia Internacional da Biodiversidade:

- Powerpoint sobre a importância ecológica dos insetos e sobre o ciclo do bicho-da-seda.

e) Metodologia - Energia e Alterações Climáticas:

- Powerpoint sobre a Energia e Alterações Climáticas.

B2.5 - Público-Alvo:

Ensino Especial; Comunidade Escolar; Universidade Sénior; População em Geral.

B2.6 - % população abrangida pelas ações:

60%

B2.7 - Existência de instrumentos de avaliação das ações desenvolvidas:

- Sim Não

B2.8 - Instrumentos de avaliação utilizados:

- Inquéritos de satisfação;
- Relatório de avaliação.

B2.9 - Responsáveis envolvidos:

Técnicas de Ambiente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

B2.10 - Periodicidade:

Não aplicável.

B2.11 - Resultados obtidos:

As atividades superaram as expectativas esperadas, demonstrando claramente que as mensagens foram facilmente passadas ao público-alvo.

Observações Relativas ao Formulário B

Considerou-se pertinente anexar os seguintes documentos relevantes:

- 1- Powerpoint - Aves
- 2- Dia Internacional da Biodiversidade (4 documentos)
- 3- Energia e Alterações Climáticas (4 documentos)

Documentação Anexa Relativa ao Formulário B:

- 1- [Powerpoint - AVES.pptx](#) (12.1 MB)
- 2- [Dia Internacional da Biodiversidade.rar](#) (11.4 MB)
- 3- [Energia e Alterações Climáticas.rar](#) (6.8 MB)

C - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL**C1 - Parques e Reservas Municipais****C1.1 - Nome dos Parques e Reservas Municipais:**

Parque de Alvazinhos

C1.2 - Área dos Parques e Reservas Municipais (ha):

C1.3 - Localização dos Parques e Reservas Municipais:

Freguesias de Alfândega da Fé e União de Freguesias de Pombal e Vales

C1.4 - Existência de Parques e Reservas Municipais com floresta autóctone:

Sim Não

C1.5 - Espécies autóctones existentes:

Quercus suber (sobreiro)

C1.6 - Formas de gestão dos Parques e Reservas Municipais:

A gestão do parque é feita pelo Município de Alfândega da Fé, através do apoio técnico do Gabinete Técnico Florestal em parceria com a AFLOCAF (Associação de Produtores Florestais do Concelho). Anexo documentos (Protocolo, candidatura de silvicultura preventiva do Parque de Alvazinhos e localização).

C2 - Espaços Verdes**C2.1 - Nome dos Espaços Verdes:**

-Zona 1: Desde a rotunda da zona sul, (zona industrial) até à rotunda do Jomica.
-Zona 2: Da rotunda do Jomica até à rotunda da Pastelaria.
-Zona 3: Jardim Municipal.
-Zona 4: Zona da Biblioteca Municipal.
-Zona 5: Mercado Municipal.
-Zona 6: Parque Verde.
-Zona 7: Zona que vai do Pólo Escolar ao cemitério.
-Zona 8: Avenida Norte, saída para Sambade.
-Zona 9: Piscinas da A.R.A. (Associação Recreativa Alfandeguense).
-Zona 10: Centro de Formação Desportiva.
-Zona 11: Bairro da Coutada.

C2.2 - Área dos espaços verdes (m²):

C2.3 - Localização dos espaços verdes:

Conforme Mapa em anexo.

C2.4 - Existência de espécies notáveis:

Sim Não

C2.5 - Espécies notáveis existentes:

Plátanos, Phoenix canariensis, Tílias, líriodendrons, Lagerstroémia indica

C2.6 - Formas de gestão dos espaços verdes:

Numa época em que a nossa sociedade atravessa crises a vários níveis, os espaços verdes não são uma excepção e também a sua gestão implica decisões conscientes. As preocupações ambientais com a sustentabilidade são cada vez mais a temática dominante, pelo que se vai tomando fundamental unificar os conhecimentos e as boas práticas, desde a concepção ao desenvolvimento e à gestão dos espaços verdes.

Plantas não adequadas ao clima por má escolha de espécies, frequentemente exigentes em manutenção, extensos relvados a serem regados intensivamente todos os dias, sistemas de rega não eficientes, podas de árvores castradoras e inaceitáveis, são apenas alguns dos exemplos do que ainda se faz na área dos espaços verdes. Apesar dos bons esforços, muito há ainda a fazer. O sucesso dos espaços verdes depende em grande medida de factores ambientais, áreas naturais, as cidades e Vilas podem passar a incorporar alguns dos elementos originais dessas áreas que funcionarão no futuro como espaços verdes.

Uma vez instalados, os espaços verdes necessitam de um conjunto de cuidados, permanentes ou temporários, destinados a manter as suas estruturas e funções. Estes cuidados consistem em práticas diversas, aplicadas principalmente a árvores, arbustos e relvados, de forma a assegurar a sua vitalidade e sanidade bem como outros aspectos relevantes, designadamente os elementos estéticos, que são sempre uma mais-valia para a qualidade dos espaços verdes.

C2.7 - Descrição do tipo de atividade de divulgação:

Um qualquer arquivo sem ter elementos de pesquisa corre sempre o risco de se tornar um verdadeiro mistério para o usuário. O grande objectivo desta divulgação, foi encontrar os elementos suficientes para que possam ver o trabalho que se vai desenvolvendo na área dos espaços verdes em Alfândega da Fé. Com estes registos fotográficos vamos vendo onde se encontram alguns problemas e assim de ano para ano ir fazendo planos para renovar as zonas a intervir, sempre com o objectivo de criar novos espaços verdes mas sempre com o objectivo de o fazer sem gastar muito dinheiro e criando zonas com espécies que não consumam muita água. A nossa divulgação é feita através do site do município, para que todos os munícipes possam dar também as suas opiniões (http://www.cm-alfandegadafe.pt/files_user/Plano_jard.pdf).

C3 - Sítios de Interesse Municipal

C3.1 - O município tem Sítios de Interesse Municipal:

Sim Não

C3.2 - Breve descrição dos Sítios de Interesse Municipal:

C3.3 - Localização:

C4 - Percursos Pedestres

C4.1 - Existe uma rede de percursos pedestres definida:

Nota: Em caso afirmativo, anexe o mapa da rede de percursos.

Sim Não

C4.2 - Extensão dos percursos (km):

61,33

C4.3 - Breve Descrição dos percursos:

Descrição de cada um dos percursos pedestres (8), conforme consta no site do município, através do link:
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/desporto/list/2>

TRILHO DAS CAPELAS

Ficha técnica do percurso

Nome do percurso: Trilho das Capelas

Entidade promotora: Município de Alfândega da Fé

Localização do percurso: Gouveia / Alfândega da Fé

Tipo de percurso: Pequena rota (linear)

Âmbito do percurso: Paisagístico e Patrimonial

Ponto de partida: Largo do Cruzeiro - Gouveia

Distância do percurso: 9km

Duração do percurso: 4h00m

Grau de dificuldade: Moderado/Difícil

Cota máxima atingida: 653 metros (Marco Geodésico de Gouveia)

É um percurso denominado de Pequena Rota (PR), linear e de dificuldade média/difícil. Marcado e sinalizado de acordo com as diretrizes internacionais.

Damos início ao percurso no largo da aldeia, junto ao cruzeiro oitocentista em granito, com soco e base de seção circular, capitel cúbico e cruz latina simples. A escassos metros do largo do cruzeiro, podemos apreciar a Igreja Matriz Paroquial de Gouveia, igreja barroca e rococó de planta longitudinal simples, construída em 1725 e alvo de alterações nos séculos XIX e XX

Por entre estevas, giestas e sobreiros, prosseguimos por um caminho rural até ao alto da Serra da Gouveia, de onde descemos até a aldeia do Sendim da Serra, onde na Igreja Matriz é possível apreciar as obras de Bento Coelho de Silveira, pintor régio do séc. XVII.

Depois das energias e forças retemperadas, seguimos a nossa caminhada por entre a beleza dos campos e o rasgar do horizonte! Chegamos a Capela de Santa Eufémia, onde nas proximidades pode ser visitada uma Necrópole medieval de sepulturas de contomo rectangular escavadas no afloramento xistoso, identificam-se três sepulturas embora uma delas se encontra ligeiramente danificada. Acapela, de planta simples rectangular e pequena dimensão, é precedida por um alpendre ou galilé. Continuando, chegamos a Capela de N.ª Sr.ª de Jerusalém. Exemplar de arquitetura neoclássica com uma fachada onde se destaca o portal com aduelas do arco tipo pedra almofada. No seu interior, está provavelmente uma das maiores riquezas patrimoniais do concelho, um conjunto de pinturas murais executadas em diferentes técnicas, frescos datados dos finais do séc. XVII início do séc. XVIII e as restantes pinturas executadas a seco. Por cima, e independente da porta, surge um frontão curvo interrompido, donde irrompe um nicho com pilastras adoçadas, sobrepujado por um frontão triangular. Mas, o Trilho não fica completo sem a visita ao Calvário, local de culto de inúmeros visitantes e peregrinos não só da Diocese mas de todo o País. Pode dizer-se que o Santuário de Cerejais é uma presença de Fátima no Nordeste Transmontano

Regulamento:

- Não saia do percurso marcado e sinalizado. Preste atenção às marcações.
- Evite fazer ruídos e barulhos.
- Respeite a propriedade privada. Feche portões e cancelas.
- Não abandone o lixo, leve-o até ao respetivo local de recolha.
- Cuidado com o gado. Não incomode os animais.
- Deixe a Natureza intacta. Não recolha plantas, animais ou rochas.
- Faça fogo apenas nos locais destinados para o efeito.
- Evitar andar sozinho na montanha
- Guarde o máximo cuidado nos dias de nevoeiro.
- Utilize sempre botas de montanha, impermeável e um chapéu.
- É conveniente fazer acompanhar de água.

TRILHO DA SERRA DE BORNES

Ficha técnica do percurso

Nome do percurso: Trilho da Serra de Bornes

Entidade promotora: Município de Alfândega da Fé

Localização do percurso: Serra de Bornes / Alfândega da Fé

Tipo de percurso: Pequena rota (circular)

Âmbito do percurso: Paisagístico

Ponto de partida: Serra de Bornes / Alfândega da Fé

Distância do percurso: 8.04km

Duração do percurso: 3h00m

Grau de dificuldade: Moderado

Cota máxima atingida: 1185 metros (Marco Geodésico da Serra de Bornes)

É um percurso denominado de Pequena Rota (PR), circular, marcado e sinalizado de acordo com as diretrizes internacionais.

Localiza-se no coração da Serra de Bornes e tem cerca de 9 km de dificuldade moderada. Partimos para o percurso de Bornes, a uma altitude máxima de 1200 metros, daqui podemos maravilhar-nos com a vista sobre o Vale da Vilarica. A escassos metros, está localizado o Parque Eólico, em funcionamento desde Maio de 2009, com 24 aerogeradores que produzem aproximadamente 60MW de potência instalada, o equivalente a três vezes o consumo total de energia dos concelhos de Alfândega e Macedo. A energia aqui produzida é direcionada para a sub - estação dos Olmos, (Macedo de Cavaleiros) onde entra na Rede Nacional.

Ao longo do trilho podemos apreciar os variadíssimos bosques de sustos, onde a castanha de excelente qualidade é produzida, com grande importância na economia das populações da Serra. Mas há muito para ver e a vegetação não se resume a soutos, e oliveiras, surgem de forma espontânea e regularmente dentes-de-leão, o rosmaninho (arçã), estevas e giestas de flores branca. Com um pouco de sorte poderá avistar algum animal selvagem, dos muitos que ainda têm como habitat estas montanhas, como esquilos, coelhos, javalis ou simplesmente répteis e diversas espécies de borboletas.

O percurso leva-nos a conhecer o núcleo rural de Vila Nova, aldeia anexa de Sambade, cujo santo padreiro é São Roque, protetor contra a peste e padroeiro dos inválidos e cirurgiões. É também considerado como protetor do gado.

Seguindo sempre por caminhos rurais, podemos aproveitar para apanhar variadas espécies de cogumelos que crescem abundantemente, como: Vaquinhas ou Línguas de Vaca, Rocos, Sanchas ou Niscaros.

TRILHO DO SABOR

Ficha técnica do percurso

Nome do percurso: Trilho do Sabor

Entidade promotora: Município de Alfândega da Fé

Localização do percurso: Parada

Tipo de percurso: Pequena rota (linear)

Âmbito do percurso: Paisagístico e Ecológico

Ponto de partida: Parada

Distância do percurso: 5.8km

Duração do percurso: 2h00m

Grau de dificuldade: Fácil

Cota máxima atingida: 520 metros (Parada)

É um percurso denominado de Pequena Rota (PR), marcado e sinalizado de acordo com as diretrizes internacionais.

Localizado no Vale de rio Sabor, no extremo Sul do planalto de Castro Vicente, incluindo parte da freguesia da Parada do concelho de Alfândega da Fé.

Iniciamos o percurso na aldeia de Parada, junto aos tanques de lavar a roupa, situados no final do aglomerado populacional desta freguesia. Depois de percorrermos uns escassos metros entramos num antigo carreteiro, caminho que permitia a passagem de carros de tração animal, como ainda é possível confirmar pelos vestígios da antiga calçada. Mais a frente, a nossa atenção centra-se num velho moinho de água, um dos poucos ainda existentes.

As escarpas que se avistam do lado esquerdo começam a dar sinal de que o rio não tarde em aparecer. E aí está, com o rio bem lá no fundo começamos a avistar o Santo Antão da Barca, que poderá ter sido um pequeno povoamento.

Após passarmos por baixo do viaduto, da estrada que liga Mogadouro a Alfândega da Fé e já bem juntinho ao rio, o declive torna-se mais acentuada e vamos avistando paisagens de cortar a respiração.

Aconselha-se uma pequena paragem para apreciar a paisagem, onde se destacam o azul da água do rio Sabor e o verde dos Zímbros (*Juniperus communis*) e com alguma sorte será possível avistar belos exemplares de diversas aves de rapina.

Continuamos e agora por um caminho sinuoso, que anteriormente era utilizado pela população de Parada para aceder ao Santo Antão, sempre junto às margens de um rio ainda considerado selvagem. Finalizamos o percurso, podendo descansar numa sombra bem juntinho ao rio ou nas proximidades da capela do Santo Antão.

TRILHO FORNO DA CAL

Ficha técnica do percurso

Nome do percurso: Trilho Forno do Cal

Entidade promotora: Município de Alfândega da Fé

Localização do percurso: Gebelim / Alfândega da Fé

Tipo de percurso: Pequena rota (circular)

Âmbito do percurso: Paisagístico

Ponto de partida: Gebelim (Largo da Aldeia)

Distância do percurso: 5.09km

Duração do percurso: 2h00m

Percurso do percurso: Alameda

Grau de dificuldade: Fácil

Cota máxima atingida: 700 metros (Gebelim)

É um percurso denominado de Pequena Rota (PR), circular e de dificuldade fácil. Marcado e sinalizado de acordo com as diretrizes internacionais.

Este percurso tem início no núcleo rural de Gebelim, freguesia que se situa num vale, entre dois ribeiros, em plena Serra de Bornes. Tem como vizinhas as aldeias de Soeima, Bornes, Chacim, Peredo e Agrobom, distando cerca de 22 quilómetros de sede de concelho. Até 1853, Gebelim pertencera ao concelho de Chacim e, quando este se extinguiu, passou a pertencer ao concelho de Macedo de Cavaleiros. Só a partir de 1855 é que viria a pertencer ao concelho de Alfândega da Fé.

Iniciando o percurso no largo da aldeia, seguimos por um caminho asfaltado até ao Santuário e Capela de São Bernardino, Imóvel de Interesse Público, do séc. XVIII (1741), época pombalina. A Capela, hoje sede de uma importante romaria, tem uma fachada simples, dominada pelo portal de verga recta ladeado por grossas pilastras adossadas, rematadas em pirâmide boleada. Possui, no interior, a imagem de São Bernardino pintada numa tábuca, tendo a capela-mor talha de feição rural.

Prosseguimos a nossa caminhada e vamos ter a antiga casa da floresta, onde antigamente morava o guarda-florestal com a sua família e tinha como função vigiar toda a área envolvente da serra.

Começamos a descer, onde podemos apreciar uma paisagem maravilhosa sobre Gebelim, rodeada de castanheiros, pinheiros e variadíssimos tipos de vegetações autóctones tais como a giesta e a esteva. Podemos ainda, e na época própria, aproveitar e apanhar vários tipos de cogumelos como as Sanchas, Niscoros e Rocos.

Chegamos ao Forno da Cal, um forno centenário procurado por muita gente da região. Este forno serviu a aldeia durante vários anos, dando trabalho a muitas pessoas, aqui eram produzidas e cal visto que nesta zona abundava muita pedra calcária. O proprietário, bastante madeira de castanheiro para que o forno produzisse a cal pretendida. Devido a modernização e existindo matéria-prima mais barata, o forno foi desativado no decurso do ano 1950.

TRILHO DE GOUVEIA

Ficha técnica do percurso

Nome do percurso: Trilho de Gouveia

Entidade promotora: Município de Alfândega da Fé

Localização do percurso: Gouveia / Alfândega da Fé

Tipo de percurso: Pequena rota (circular)

Âmbito do percurso: Paisagístico

Ponto de partida: Largo do Cruzeiro

Distância do percurso: 8.9km

Duração do percurso: 3h30m

Grau de dificuldade: Moderado - Difícil

Cota máxima atingida: 653 metros (Marco Geodésico de Gouveia)

É um percurso denominado de Pequena Rota (PR), circula de dificuldade média/difícil, marcado e sinalizado de acordo com as diretrizes internacionais.

Este percurso localiza-se no coração de Serra da Gouveia, no extremo sudoeste do concelho a 9km de Alfândega da Fé, envolvendo parte do território das freguesias de Gouveia, Sendim da Serra e Cabreira.

Damos início ao percurso no largo da aldeia, junto ao cruzeira oitocentista em granito, com soco e base de seção circular, capitel cúbico e cruz latina simples. O nome desta localidade deriva do verbo "gouvir", cujo significado é "gozar". Seguimos até uma rodeira em terra batida que nos conduzirá a cumeada da Serra, por entre sobreiros, estevas e giestas, onde poderemos apreciar e desfrutar de umas das mais belas paisagens, tendo como pano de fundo o concelho de Alfândega da Fé. Chegamos ao ponto culminante deste percurso: o Marco Geodésico da Gouveia, com uma altitude de 635 metros e uma vista única e majestosa! Podemos ver ainda vestígios da existência de um povoado fortificado, pela presença de um muro no lado poente do Marco Geodésico, que apresenta uma técnica de construção diferente da dos restantes Castros existentes no concelho de Alfândega da Fé. Em direção a Sendim da Serra, que se estende por toda a Serra da Gouveia, facto que estará na origem do «da Serra» no seu nome, podemos visitar antiga escola primária, transformada em alojamento rural. Depois das energias e forças retemperadas, seguimos caminho até ao núcleo rural da Cabreira, onde podemos ver uma antiga fonte, Fonte da Saúde. Dizem os mais antigos que lhe foi atribuído este nome, porque antigamente um velhinho muito doente não pertencendo ao povoado, ia lá sempre buscar água para beber e cozinhar e quando questionado do porquê da utilização desta fonte, ele explicava que esta lhe dava saúde.

Por fim, seguimos até ao ponto de partida do nosso percurso. Aceita a nossa sugestão e finalize estas andanças com um merecido descanso numa outra antiga escola primária, também convertida em unidade de alojamento.

TRILHO DE RABO DE BURRO

Ficha técnica do percurso

Nome do percurso: Trilho de Rabo de Burro

Entidade promotora: Município de Alfândega da Fé

Localização do percurso: Soeima / Alfândega da Fé

Tipo de percurso: Pequena rota (linear)

Âmbito do percurso: Paisagístico

Ponto de partida: Largo da Aldeia Soeima

Distância do percurso: 4.7km

Duração do percurso: 2h00m

Grau de dificuldade: Fácil

Cota máxima atingida: 874.5 metros (Ponto de Partida)

É um percurso denominado de Pequena Rota (PR), linear e de dificuldade fácil. Marcado e sinalizado de acordo com as diretrizes internacionais.

Este percurso tem início no núcleo rural de Soeima, na encosta sul da Serra de Bornes e a uma escassos 14km da sede de concelho. Tem a particularidade de se situar a cerca de 1000m de altitude, pelo que permite avistar dezenas de localidades deste e de outros concelhos vizinhos.

Supõe-se que o nome desta freguesia é de origem árabe, vindo do moçárabe Zuleima, termo muito usado na época da sua ocupação.

Por volta do séc. XI, a maior parte do território desta freguesia pertencia a D. Nuno Martins, riquíssimo nobre local. Até 1855, a freguesia pertenceu ao concelho de Chacim e posteriormente ao de Macedo de Cavaleiros e só mais tarde ao de Alfândega da Fé.

Damos início ao percurso no largo da aldeia, um espaço de convívio tradicional adornado com uma fonte, com a capela de N^o Sr.^a do Rosário e com um cruzeiro datado do ano de 1940.

Deste local seguimos até junto de uma fonte de mergulho e de um lavadouro público onde, ainda nos dias de hoje, muitas pessoas continuam a lavar a roupa.

Já num caminho rural, apreciamos a beleza natural dos campos adornados de castanheiros. A castanha continua a ser um dos principais produtos agrícolas da aldeia. Começamos a descer e vamos ter a Ribeira de Rabo de Burro, onde podemos ver um moinho de água datado do ano de 1953. Ao longo desta linha de água, ladeada de freixos, encontramos a escassos metros outro moinho, ainda em bom estado de conservação sendo visíveis algumas das suas peças.

Estes foram em tempos muito importantes, na moagem dos cereais, nomeadamente do centeio, pois há umas décadas atrás constituíam uma forte produção no concelho. As gentes de Soeima conseguiam produzir este cereal a cerca de 1100m de altitude, quase no alto da Serra de Bornes. A viagem prossegue com paisagens de uma beleza natural única.

Chegamos a aldeia de Gebelim, cuja origem do nome "Gebelim" terá provindo do termo árabe "Jabalain", que significa dois montes e de "jabalom" (o

monte). Na aldeia podemos ver uma fonte luminosa, alguns chafarizes e dos vários nichos existentes espalhados pela povoação de referir o do São Martinho, situado perto da capela de N.º Sr.ª do Rosário local onde terminamos o percurso.

TRILHO DE VILARES DA VILARIÇA

Ficha técnica do percurso

Nome do percurso: Trilho de Vilares da Vilariça

Entidade promotora: Município de Alfândega da Fé

Localização do percurso: Vilares de Vilariça

Tipo de percurso: Pequena rota (Circular)

Âmbito do percurso: Paisagístico e Cultural

Ponto de partida: Colmeias Escola de Alojamento Rural

Distância do percurso: 6.8km

Duração do percurso: 4h00m

Grau de dificuldade: Moderada / Difícil

Cota máxima atingida: 710 metros (Colmeias)

É um percurso denominado de Pequena Rota (PR), marcado e sinalizado de acordo com as diretrizes internacionais.

Na aldeia dos Colmeias, anexa da freguesia de Vilares da Vilariça, aparecem as primeiras marcações no largo da antiga escola primária, hoje recuperada e transformada em Casa de Alojamento Rural, que indicam "caminho a seguir". Este trilho inclui parte da freguesia de Vilares da Vilariça e faz-se sempre ao longo da vertente sul da Serra de Bornes, permitindo ao caminhante uma vista panorâmica para o Vale da Vilariça, no extremo ocidental do concelho de Alfândega da Fé. A descida faz-se por um caminho rural em direção a Quinta da Madureira e Barragem do Salgueiro, mas com passagem por bosques de castanheiros. Estes soutos assumem-se como de grande importância do ponto de vista económico, ao contribuir para a diversificação das receitas das comunidades de montanha, através da produção e colheita de castanha de excelente qualidade e de diversas espécies micológicas, como a *Boletus edulis* e a *Amanita cesárea*. Do ponto de vista ambiental, este espaço constitui o habitat de inúmeras espécies de fauna selvagem que aqui se reproduzem e encontram alimento.

Depois de percorridos 4.2km, entramos na aldeia de Vilares da Vilariça, constituída por um rico património arquitetónico civil, situada na parte superior do Vale da Vilariça.

Prosseguimos o caminho e agora a subir, onde podemos desfrutar e observar a maravilhosa vista sobre o Vale da Vilariça, Barragem da Burga e a Barragem do Salgueiro, cuja paisagem podemos destacar a diversidade de espécies da flora selvagem e das culturas agrícolas.

De regresso aos Colmeias entramos num antigo trilho de ligação entre duas povoações, quase todo ele empedrado e onde a ação do homem ainda não se fez sentir.

Ainda que a subir, a flora e as inúmeras espécies de aves e insectos, fazem com que o trilho pareça curto, terminado o percurso no mesmo local em que teve início.

C5 - Material Informativo

C5.1 - Descrição do material informativo:

Há, no contexto geográfico do concelho, um sub-espaco, o Vale da Vilariça, que pelas suas características naturais e pela importância de um recurso específico, a água, exige, uma intervenção aprofundada tanto mais que a história recente nos diz que a maior parte das instituições trabalham com planos sectoriais, muitas vezes repetindo funções, exigindo enquadramentos em conformidade com as suas "bitolas", com pouco diálogo e interesses muitas vezes contraditórios.

Como consequência, os resultados são, a maior parte das vezes, nulos e altamente dispendiosos, pelo que julgamos que proceder à elaboração de um pequeno estudo de desenvolvimento estratégico do recurso água dentro de uma visão territorial, é certo, mas que possa eventualmente suportar a criação, no local, de um Núcleo de Interpretação da Água, é um passo decisivo e fundamental pois deverá ser lido como um fio orientador para os programas e ações a desenvolver que apoiem o ressurgimento económico, cultural e social do Vale, nomeadamente da área municipal que o integra, como um todo: encosta e vale, solos mais ricos e solos mais pobres, aldeias mais densamente povoadas e mais abandonadas, áreas mais acessíveis e mais isoladas.

Com o objectivo de proteger e melhorar o estado dos ecossistemas; fomentar a utilização sustentável de água, baseada numa protecção dos recursos hídricos disponíveis; sensibilizar a população para a necessidade de implementar medidas específicas para a redução gradual e a cessação ou eliminação, por fases, das descargas e das emissões poluentes para o meio aquático; promover a redução gradual da poluição das águas subterrâneas e evitar o agravamento da sua poluição; mitigar os efeitos das inundações e das secas; impulsionar a utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água. foi realizado um estudo para a criação de um Núcleo de Interpretação da Água, em anexo.

- Foi elaborado um desdobrável sobre o aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, de forma a dar a conhecer as medidas compensatórias (MC), as medidas de minimização (MM) e os Programas de Monitorização (PM), este desdobrável foi disponibilizado à população em todos os eventos realizados nos concelhos abrangidos pelo Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, em anexo.

- Estudo para a valorização do ecossistema do Vale da Vilariça - O objectivo específico desta intervenção, tem subjacente a recuperação de espécies arbóreas e arbustivas com vista à recuperação de habitats autóctones, bem como protecção e introdução de espécies protegidas, como é o caso do azevinho. Prevê contacto do Homem em plena harmonia com a natureza.

C5.2 - Disponível em suporte de papel:

Sim Não

C5.3 - Disponível em suporte digital:

Sim Não

C5.4 - Outro formato:

Sim Não

C5.4.1 - Qual(ais):

- Estudo para a criação de um Núcleo de Interpretação da Água
- Desdobrável aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor
- Estudo para a valorização do ecossistema do Vale da Vilarça

Além dos estudos referidos, no âmbito da construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, foi realizado o estudo de impacto ambiental assim como vários estudos sobre a fauna, flora, qualidade do ar, qualidade da água, paisagem, património, etc, aquando da conclusão da barragem, esta informação vai ser toda disponibilizada numa plataforma que está a ser criada para este efeito.

Observações Relativas ao Formulário C

Considerou-se pertinente anexar a seguinte documentação relevante, para cada subindicador:

- C1- PARQUES E RESERVAS MUNICIPAIS - (3 documentos)
- C2- ESPAÇOS VERDES MUNICIPAIS - (2 documentos)
- C4- PERCURSOS PEDESTRES - (8 documentos)
- C5- MATERIAL INFORMATIVO - (3 documentos)

Documentação Anexa Relativa ao Formulário C:

- [C1- Parque de Alvazinhos.png](#) (1.4 MB)
- [C1- PGF Alvazinhos assinado.pdf](#) (3 MB)
- [C1- Protocolo AFLOCAF.pdf](#) (426.7 kB)
- [C2- JARDINS MUNICIPAIS.docx](#) (9 MB)
- [C2- LOCALIZAÇÃO Jardins Municipais.docx](#) (642.5 kB)
- [C4- Trilho Alvazinhos.pdf](#) (4.4 MB)
- [C4- Trilho das Capelas.pdf](#) (4.6 MB)
- [C4- Trilho de Bomes.pdf](#) (4.2 MB)
- [C4- Trilho do Sabor.pdf](#) (4.5 MB)
- [C4- Trilho Forno da Cal.pdf](#) (4.3 MB)
- [C4- Trilho Gouveia.pdf](#) (4.8 MB)
- [C4- Trilho Rabo de Burro.pdf](#) (4.5 MB)
- [C4- Trilho Vilaes da Vilarça.pdf](#) (4.5 MB)
- [C5- Centro Interpretação da água.pdf](#) (4.5 MB)
- [C5- Desdobrável - AHBS.pdf](#) (5.8 MB)
- [C5- Valorização do ecossistema - VV.pdf](#) (4.4 MB)

Observações Relativas ao Indicador 10

Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt





Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 11

Município de Alfandega da Fé

Gestão e Conservação da Floresta

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Conservação da Natureza; Floresta	Município; ICNF; DRRF Açores; DRFCN Madeira	R	IC	IU	3,0

01 - Espaços florestais do município (ha):

A - INVESTIMENTO NA FLORESTA

A1 - Investimento total anual em ações de apoio à floresta da iniciativa municipal (€): A2 - Investimento total anual em ações de apoio à floresta da iniciativa municipal (€) por ha de espaços florestais:

A3 - Descrição das ações e respetivo investimento:

Ação 1- Melhoria Produtiva dos Povoamentos – investimento – 26.510,09 euros

A ação visou uma intervenção silvícola de protecção e gestão de um povoamento florestal pertencente ao Município, "Floresta de Alvazinhos", composto por uma parcela de pinheiro bravo (26,34 ha) e uma parcela de sobreiro (12,51 ha).

Os objectivos principais da acção foi a protecção contra os incêndios florestais com a desmatação e criação de descontinuidade vertical do povoamento e a melhoria produtiva dos povoamentos florestais para obtenção de lenho e cortiça de qualidade.

Foram implementadas as seguintes intervenções:

- 1- Limpeza de matos na linha de plantação – Nesta operação será realizada a limpeza de matos com recurso a motorroçadores que cortam os matos no alinhamento das plantas. O mato cortado será atirado para a entrelinha para que seja posteriormente enterrado com a grade de discos.
- 2- Limpeza de matos na entrelinha de plantação – Será realizado o controlo da vegetação espontânea nas entrelinhas, com o recurso a uma grade de 8 discos acoplada a um tractor de rasto, que irá destruir a parte aérea e radical dos matos e sua incorporação parcial no solo, com o objectivo de diminuir a concorrência pela luz, água e nutrientes e principalmente diminuir o risco da ocorrência de incêndios florestais.
- 3- Desrama das árvores de futuro que atingirão o corte final (300 a 500), feita até aos 3-4 metros de altura.
- 4- Poda de formação do sobreiro para a obtenção de um fuste direito.

Ação 2- Operações Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios – 29.320,72 euros

Nesta ação foram efectuadas as seguintes operações de Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios:

1 – Implementação/Manutenção de Faixas de gestão de combustível na Rede Viária – 113,4 ha

Procedeu-se à remoção total ou parcial da biomassa presente nos espaços florestais previamente definidos no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, confinantes com a rede viária florestal de gestão municipal, numa faixa lateral de terreno com 10 metros de largura. Entende-se por rede viária florestal o conjunto de vias de comunicação integradas nos espaços florestais que servem de suporte à sua gestão, com funções que incluem a circulação para o aproveitamento dos recursos naturais, para a constituição, condução e exploração dos povoamentos florestais e das pastagens.

2- Implementação/Manutenção da Faixa de Gestão de Combustíveis nos Aglomerados Populacionais (ha) – 8 ha

Procedeu-se à remoção total ou parcial da biomassa em todos os espaços florestais pertencentes ao Município e previamente definidos no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, localizados na faixa exterior de protecção (de largura mínima não inferior a 100 metros) ao Aglomerado Populacional.

Entende-se por Aglomerado Populacional o conjunto de edifícios contíguos ou próximos, distanciados entre si no máximo 50 metros e com 10 ou mais fogos, constituindo o seu perímetro a linha poligonal fechada que, englobando todos os edifícios, delimite a menor área possível.

Espaços florestais – são todos os terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas.

3 - Implementação/Manutenção da Faixa de Gestão de Combustíveis nos edifícios isolados (ha) – 6 ha

Procedeu-se à remoção total ou parcial da biomassa numa faixa de 50 m em todos os espaços florestais pertencentes ao Município e previamente definidos no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, confinantes a edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos.

De referir que os 50 metros foram medidos a partir da alvenaria exterior da edificação.

4 - Implementação/Manutenção da Faixa de Gestão de Combustíveis no Parque de Merendas (ha) – 7,2 ha

Neste ponto procedeu-se à remoção total ou parcial da biomassa em todos os espaços florestais pertencentes ao Município e previamente definidos no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, localizados na faixa exterior de protecção (de largura mínima não inferior a 100 metros) a todas infra-estruturas e equipamentos florestais de recreio, tal como o Parque de Alvazinhos.

5 - Implementação/Manutenção da Faixa de Gestão de Combustíveis na Zona Industrial (ha) – 17,5 ha

Procedeu-se à remoção total ou parcial da biomassa em todos os espaços florestais pertencentes ao Município e previamente definidos no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, localizados na faixa exterior de protecção (de largura mínima não inferior a 100 metros), nos polígonos industriais.

6 - Construção/Manutenção da Rede Viária Florestal (Km) – 291 km construção + 3 km de construção

A rede viária que serve os espaços florestais, ou rede viária florestal – RVF, constitui um dos factores fundamentais para a valorização, protecção e usufruto dos espaços silvestres. Da multiplicidade de funções que a rede viária florestal desempenha são de salientar em especial o acesso aos aglomerados e outras infra-estruturas, aos povoamentos e produtos florestais e ao recreio no espaço rural, todas elas integradas no planeamento florestal desde a elaboração dos primeiros instrumentos de ordenamento florestal.

Simultaneamente a rede viária florestal assume um papel central nas diferentes vertentes da protecção civil e do sistema de defesa da floresta contra incêndios, por exemplo garantindo o acesso para a execução de trabalhos de silvicultura preventiva e infra-estruturação, para as acções de vigilância e dissuasão ou para a 1.º intervenção e combate estendido.

Deste modo pretende-se que a RVF seja cuidadosamente planeada e construída, com vista não só a garantir que possa cumprir eficientemente as diversas finalidades que determinaram a sua criação, mas também a reduzir os pesados custos de implantação e manutenção que este tipo de infra-estruturas tradicionalmente acarreta e a reduzir os inevitáveis impactes na paisagem e nos recursos naturais.

Assim, é deveras importante proceder anualmente à limpeza e regularização dos caminhos florestais, limpeza de bermas, promovendo a melhor acessibilidade e estabelecendo zonas de descontinuidade, bem como proceder à abertura de novos caminhos necessários à implementação de uma rede bem estruturada.

7 - Construção/Manutenção de Pontos de água Municipais (n.º) – 3 pontos de água

Neste ponto procedeu-se à beneficiação de alguns pontos de água, de forma a promover a redução do risco de ignição e de progressão de incêndio e reforçar o apoio ao combate.

Observações Relativas ao Formulário A

Considerou-se pertinente anexar a este subindicador a seguinte documentação pertinente:

- A3 (4 documentos)

B - AÇÕES DE APOIO À GESTÃO E PROTEÇÃO FLORESTAL**B1 - Edição de materiais de informação e sensibilização florestal, nos últimos três anos:**

{"options":{"1":"Online","2":"Folheto/Flyer","3":"Cartaz/Poster","99":"Outro formato"}}

Outro formato, qual?

DVD / Apresentações PowerPoint / SPOT Rádio

B1.1 - Tipo de conteúdos (legislação, boas práticas de gestão, medidas de fomento, apoio e financiamento ao sector, proteção florestal e defesa contra incêndios, etc.) com indicação do ano em que foi publicado:

1. Manual – como Prevenir os Incêndios Florestais - 2014

- a) Pequena publicação, transportável e resistente a intempéries para transmissão de conhecimentos sobre prevenção da floresta contra incêndios:
- i. Possibilita, através de imagens de qualidade o conhecimento sobre prevenção da floresta contra incêndios;
 - ii. Possibilita, através de um texto simples, a divulgação da importância e de regras para proteger os espaços florestais dos incêndios;
 - iii. Possibilita, os mais jovens através da pintura de imagens para a prevenção da floresta contra incêndios.

2. Desdobrável para preservação das florestas e prevenção dos incêndios - 2014

- a) Flyer para divulgação de medidas preventivas da floresta contra incêndios:
- i. Conhecer as normas para o uso correcto do fogo;
 - ii. Mensagem que incuta responsabilidade de preservação e defesa da floresta.

3. Jogo sobre a protecção da floresta contra incêndios - 2014

- a) Jogo para divulgação de medidas preventivas da floresta contra incêndios:
- i. Conhecer as normas para o uso correcto do fogo;
 - ii. Conhecer as obrigações da população para protecção dos aglomerados e dos edifícios.

4. Filme editado sobre a protecção da floresta contra incêndios - 2014

- a) filme para divulgação de medidas preventivas da floresta contra incêndios:
- i. Conhecer as normas para o uso correcto do fogo;
 - ii. Conhecer as obrigações da população para protecção dos aglomerados e dos edifícios.

5. Campanhas de sensibilização - 2014

- a) As campanhas de sensibilização tiveram por base conteúdos e material de divulgação dirigidos à população estudantil.
- i. Pretendeu-se com estas acções de sensibilização coordenar esforços com os diversos intervenientes na defesa da floresta contra incêndios (DFCI), foram realizadas, duas visitas guiadas, uma delas a uma área florestal, onde decorreu uma acção de limpeza do espaço, e outra visita guiada a uma área ardida onde constatarem as diferenças existentes no território e as consequências de um incêndio florestal. As campanhas de sensibilização decorreram com a colaboração dos agentes intervenientes da DFCI, nomeadamente, Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé e GNR (GIPS), sendo ainda efectuada a distribuição de material de divulgação da campanha como canetas, bonés e t-shirts.

6 – Placa de Risco de Incêndio Florestal – 2013

Com o objectivo de divulgar o risco de incêndio florestal em todas as freguesias do concelho foi construído uma placa de risco de incêndio florestal e entregue a todos os presidentes de junta do concelho. Pretendemos com estas placas informar a população sobre o risco de incêndio diário, assim como as proibições e permissões de acordo com o risco de incêndio no que respeita o uso do fogo, de forma a diminuir o número de incêndios por negligência.

7 – Manual de Boas Práticas Ambientais – Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios - 2015

O Manual de boas práticas ambientais surgiu no seguimento das acções de sensibilização no âmbito do Sistema da Defesa da Floresta Contra Incêndios, integradas nas sessões de apresentação do Plano de Fiscalização Preventiva do Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de junho, com a participação de entidades locais, particularmente, as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.

Este manual é um documento de apoio e esclarecimento à população que tem por objetivos essenciais, contribuir para o aumento do conhecimento, apresentação do modelo de fiscalização do GIPS e definição de um modelo de atuação comum na defesa da floresta.

Pretende-se que o manual seja um documento onde estão definidas orientações de fiscalização, que se traduza numa estratégia coordenada, orientada no sentido da prevenção eficaz dos incêndios florestais e da preservação ambiental do território dos concelhos, com predominância para as áreas rurais e florestais.

Neste manual são abordados outros diplomas no âmbito da legislação ambiental, designadamente os relativos à gestão de resíduos, prevenção de emissões de poluentes para a atmosfera, gestão de pneus, gestão de veículos em fim de vida, fendas e irregularidades no solo e normas para a limpeza dos cursos de água, que embora não se enquadrem no Sistema da Defesa da Floresta Contra incêndios, estabelecem normas que devem ser do conhecimento geral, no sentido de evitar condutas e comportamentos que possam provocar incêndios florestais, comprometer as acções de combate e/ou colocar em perigo a integridade física dos operacionais.

Este manual, acaba por ser um guia de apoio e esclarecimento à população “ que tem por objetivos essenciais, contribuir para o aumento do conhecimento, apresentação do modelo de fiscalização do GIPS e definição de um modelo de atuação comum na defesa da floresta.”

8 – Criação de um spot alusiva à defesa da floresta e ambiente - 2012

No decorrer das férias desportivas, com um grupo de alunos, entre os 5 e os 8 anos, foi criado um spot com o objectivo de alertar a população para os cuidados a ter com durante o período crítico, o spot passava na rádio 4 vezes por semana, anexamos spot.

9– Desdobrável para a preservação das florestas e prevenção dos incêndios - 2012

Flyer para divulgação de medidas preventivas da floresta contra incêndios:

- i. precauções na realização de uma queima;
- ii. Cuidados a ter durante o período crítico.

10– Cartaz – Cuidados a ter na realização de uma queima- 2012

Foi elaborado um cartaz com os cuidados a ter na realização de uma queima, o cartaz foi distribuído por toda a população entre os meses de fevereiro e Maio de 2012, anexo cartaz.

11 – Apresentações PowerPoint - anuais

São realizadas anualmente, sessões de esclarecimento e sensibilização em todas as localidades do concelho sobre o decreto-lei 124/2006 de 28 de Junho com as alterações introduzidas no decreto-lei n.º17/2009 de 14 de janeiro. Foram também realizadas sessões de esclarecimento sobre a vespa das galhas do castanheiro em todas as localidades com produção de castanha, no sentido de se alertar os produtores para esta problemática, ensinar a detetar a doença e realizar apoio na prospeção da mesma, anexo apresentações.

12– Cartazes de divulgação do período crítico – anuais

Anualmente são elaborados cartazes e enviados para as Juntas de Freguesia no sentido de divulgar o período crítico e os cuidados a ter durante o mesmo para protecção da floresta contra incêndios, anexo avisos.

Documentação Anexa Relativa ao Formulário B:

- 1- Manual para pintar - como Prevenir os Incêndios Florestais.pdf (3.4 MB)
- 2- Desdobrável para preservação das florestas e prevenção dos incêndios (Flyer) - 2013.rar (2 MB)
- 3- Jogo sobre a protecção da floresta contra incêndios.rar (4.9 MB)
- 4- Filme sobre a protecção da floresta contra incêndios.rar (41.9 MB)
- 5- Canetas, t-shirts, bonés.rar (3.2 MB)
- 6- Placa de Risco de Incêndio Florestal.jpg (198.1 kB)
- 7- Manual de Boas Práticas Ambientais – Sistema de DFCI.pdf (2 MB)
- 8- SPOT RADIO.rar (866.6 kB)
- 9- Desdobrável para preservação das florestas e prevenção dos incêndios (Flyer) - 2012.pdf (1.8 MB)
- 10- Cartaz – cuidados a realizar uma queima – 2012.png (1.8 MB)
- 11- Apresentações PowerPoint.ppt (12.1 MB)
- 12- Cartazes de divulgação e cuidados a ter durante o período crítico.rar (361.3 kB)

B2 - Promoção de ações de educação, sensibilização e formação sobre a floresta, de carácter geral ou cultural, dirigidas a um público generalista, incluindo a população escolar**B2.1 - Descrição da principal ação (indicando o público-alvo e número de pessoas abrangidas):**

> Eixo 1 – sensibilização e informação – Campanhas de Sensibilização na Área de Prevenção de Incêndios – população escolar, candidatura ao Fundo Florestal Permanente – 512 alunos

Com o objectivo de sensibilizar as populações estudantis para a necessidade de existirem duas atitudes, a de prevenção florestal contra incêndios e a de defesa do espaço florestal, foi realizada uma campanha de sensibilização com toda a população estudantil.

Pretendeu-se com a sensibilização desta população estudantil vir a atingir um público bastante superior. Tivemos sempre a intenção de provocar uma cadeia de progressão na transmissão da informação e da mensagem: Queremos que o cidadão veja na floresta um reflexo da sua atitude!

Foram realizadas as seguintes acções com toda a população estudantil:

1 - Manual – como Prevenir os Incêndios Florestais

Concebeu-se uma pequena publicação, transportável e resistente a intempéries para transmissão de conhecimentos sobre prevenção da floresta contra incêndios:

- Possibilitar, através de imagens de qualidade o conhecimento sobre prevenção da floresta contra incêndios;
- Possibilitar, através de um texto simples, a divulgação da importância e de regras para proteger os espaços florestais dos incêndios;
- Possibilitar, os mais jovens através da pintura de imagens para a prevenção da floresta contra incêndios.

2 - Desdobrável para preservação das florestas e prevenção dos incêndios

Concebeu-se um flyer, para divulgação de medidas preventivas da floresta contra incêndios:

- Conhecer as normas para o uso correcto do fogo;
- Mensagem que incute responsabilidade de preservação e defesa da floresta.

3 - Jogo sobre a protecção da floresta contra incêndios

Concebeu-se um jogo, para divulgação de medidas preventivas da floresta contra incêndios:

- Conhecer as normas para o uso correcto do fogo;
- Conhecer as obrigações da população para protecção dos aglomerados e dos edifícios.

4 - Criação de Filme editado sobre a protecção da floresta contra incêndios

Concebeu-se um filme, para divulgação de medidas preventivas da floresta contra incêndios:

- Conhecer as normas para o uso correcto do fogo;
- Conhecer as obrigações da população para protecção dos aglomerados e dos edifícios.

5 - Campanhas de sensibilização

Foram realizadas campanhas de sensibilização tendo por base conteúdos e material de divulgação dirigidos à população estudantil.

Pretendeu-se com estas acções de sensibilização coordenar esforços com os diversos intervenientes na defesa da floresta contra incêndios (DFCI), foram realizadas, duas visitas guiadas, uma delas a uma área florestal, onde decorreu uma acção de limpeza do espaço, e outra visita guiada a uma área ardida onde constatarem as diferenças existentes no território e as consequências de um incêndio florestal. As campanhas de sensibilização decorreram com a colaboração dos agentes intervenientes da DFCI, nomeadamente, Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé e GNR (GIPS), sendo ainda efectuada a distribuição de material de divulgação da campanha como canetas, bonés e t-shirts. Além destas visitas, foram também realizadas sessões de esclarecimento sobre o tema em todas as turmas da escola, passando uma apresentação em PowerPoint, que anexamos e onde entregávamos a cada aluno um exemplar do material concebido.

Para além desta ação principal, destacam-se também outras ações:

- Sessão de sensibilização e esclarecimento para o uso correto do fogo, realizada em todas as localidades do concelho, população em geral;
- Sessão de sensibilização e esclarecimento sobre a realização de queimadas, todos os pastores do concelho;
- Comemoração do Dia Mundial da Floresta, população escolar;
- Participação na ação Limpar Portugal, população em geral;
- Aviso e Divulgação do Período Crítico e Medidas de carácter Preventivo, em todas as localidades do concelho;
- Participação na ação Florestar Portugal, população em geral;
- Plano de Fiscalização Preventiva aos Aglomerados Populacionais – projecto-piloto em parceria com os GIPS e autoridade tributária, envolvendo a população em geral;
- Manual de Boas Práticas Ambientais – Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Presidentes de Junta do Concelho;

B3 - Promoção de reuniões e parcerias com produtores florestais e outras entidades**B3.1 - A Câmara Municipal possui parcerias no âmbito da gestão e proteção da floresta?**

- Sim Não

B3.1.1 - Se sim, descreva a(s) principal(is) entidade(s) parceira(s) e objetivos de parceria:

A Câmara Municipal possui uma parceria no âmbito da gestão e proteção da floresta com a Associação de Produtores Florestais do Concelho de Alfândega da Fé (AFLOCAF). Os objetivos desta parceria são os seguintes:

Através da Equipa de Sapadores Florestais: beneficiação de estradas, caminhos ruais, faixas e mosaicos de gestão de combustível em espaços florestais do município.

Através da do Técnico da Associação Florestal: Apoio ao GTF- Gabinete Técnico Florestal do Município, apoio técnico em campo, a proprietários que solicitem este apoio, acompanhamento e coordenação de equipas de vigilância, colaboração na implementação do viveiro municipal, outros serviços de apoio de âmbito florestal que se afigurem benéficos para o desenvolvimento do sector florestal no concelho de Alfândega da Fé. Anexo documento da parceria.

B3.2 - Se não, refira se realizou reuniões periódicas com produtores florestais e outras entidades:

Sim Não

B3.2.1 - Frequência das reuniões:

B3.2.2 - Objetivos das reuniões:

Nota:

Para pontuar no B3, basta que o município tenha estabelecido, pelo menos, uma parceria OU promovido/realizado reuniões periódicas com produtores florestais e outras entidades.

B4 - Ações de prevenção de incêndios, gestão de combustíveis, arborização, re-arborização e vigilância da floresta promovidas diretamente pelo município**B4.1 - Descrição da principal ação, indicando os números da execução (ha, m, Km, n.º de plantas, kg de sementes, etc):**

Melhoria Produtiva dos Povoamentos – investimento

A ação visou uma intervenção silvícola de protecção e gestão de um povoamento florestal pertencente ao Município, “Floresta de Alvazinhas”, composto por uma parcela de pinheiro bravo (26,34 ha) e uma parcela de sobreiro (12,51 ha).

Os objectivos principais da acção foi a protecção contra os incêndios florestais com a desmatação e criação de descontinuidade vertical do povoamento e a melhoria produtiva dos povoamentos florestais para obtenção de lenho e cortiça de qualidade.

Foram implementadas as seguintes intervenções:

- 1- Limpeza de matos na linha de plantação – Nesta operação será realizada a limpeza de matos com recurso a motorroçadores que cortam os matos no alinhamento das plantas. O mato cortado será atirado para a entrelinha para que seja posteriormente enterrado com a grade de discos.
- 2- Limpeza de matos na entrelinha de plantação – Será realizado o controlo da vegetação espontânea nas entrelinhas, com o recurso a uma grade de 8 discos acoplada a um tractor de rasto, que irá destruir a parte aérea e radical dos matos e sua incorporação parcial no solo, com o objectivo de diminuir a concorrência pela luz, água e nutrientes e principalmente diminuir o risco da ocorrência de incêndios florestais.
- 3- Desrama das árvores de futuro que atingirão o corte final (300 a 500), feita até aos 3-4 metros de altura.
- 4- Poda de formação do sobreiro para a obtenção de um fuste direito.

B5 - Outra iniciativa promovida ou em que o município participou relativa à melhoria do ordenamento, gestão, proteção, conservação e valorização dos espaços florestais e do património arbóreo**B5.1 - Descrição da iniciativa (referindo os resultados alcançados ou previstos):**

Plano de Fiscalização Preventiva aos Aglomerados Populacionais

Trata-se do Plano de Fiscalização Preventiva, resultante de uma parceria entre os GIPS, o Município e a Autoridade Tributária. Um instrumento que visa dinamizar, maximizar e simplificar o processo de identificação de parcelas com necessidade de intervenção, na faixa de protecção dos aglomerados populacionais, com o objectivo de proteger as pessoas e os seus bens.

Para tal, foi efetuado uma espécie de cadastro, uma base de dados de todos os terrenos que circundam os 100 metros das localidades do concelho de Alfândega da Fé, de modo a permitir um controlo e identificação mais eficaz e rápida de situações de risco. Um registo que permite efetuar uma fiscalização preventiva, tendo efeitos práticos na prevenção e sensibilização, anexamos alguns endereços electrónicos, com notícias sobre esta ação. Os resultados alcançados em 2014 são os seguintes:

- Identificação de 135 hectares com necessidade de intervenção;
- Efectuada limpeza em 125 hectares,
- Taxa de execução - 92,59 %.
- 208 parcelas fiscalizadas com necessidade de intervenção,
- 180 parcelas intervencionadas
- 18 Autos de contra-ordenação levantados.

Um projeto-piloto que esteve a ser experimentado em Alfândega da Fé, uma forma de atuação no campo da prevenção dos incêndios florestais, contribuindo para a proteção ambiental, mas também das pessoas e bens. O plano vai continuar a ser executado no concelho. O sucesso deste primeiro ano de funcionamento fez com que fosse replicado a nível nacional. Estando já a ser implementado noutros concelhos do país e região.

Observações Relativas ao Formulário B

Para complementar o referido em B2.1 devem ser consultados alguns dos documento anexados em B1.2, nomeadamente os números: 1, 3, 4, 5, 6, 7 e 9 e também o documento em anexo:

- B2.1- Sensibilização na Escola
- B2.1- Candidatura FFP (3 documentos)

NOTA: Relativamente ao B3, informamos que além do município ter estabelecida uma parceria com uma organização de produtores florestais, tal como descrito, também promove e realiza reuniões periódicas com produtores florestais e outras entidades, como a Guarda Nacional Republicana, o Grupo de Intervenção Proteção e Socorro, a Associação Humanitária de Bombeiros de Alfândega da Fé, o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente etc . São realizadas pelo menos quatro reuniões anuais da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, onde todas estas entidades e outras estão presentes, assim como são realizadas periodicamente reuniões com todas as entidades com responsabilidade em Defesa da Floresta, sempre que se justifique.

Considerou-se pertinente anexar a este subindicador a seguinte documentação pertinente:

- B3- Parceria AFLOCAF
- B4 (2 documentos)

Links em destaque:

- <http://www.cm-alfandegadafe.pt/noticias/743>
- <http://ondalivrefm.net/2015/03/26/em-alfandega-da-fe-sensibilizam-se-proprietarios-para-limparem-terrenos/>
- <http://www.bps.pt/geral/alfandega-da-fe-gips-ajudam-a-evitar-incendios/>

C - OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

Nota:

Este sub-indicador é preenchido pelo júri que avalia o indicador (ICNF)

C1 - N.º de ocorrências de incêndios florestais no município:

C2 - N.º de ocorrências de incêndios por 1.000 ha de espaços florestais:

Observações Relativas ao Formulário C

Observações Relativas ao Indicador 11

Documentação Anexa Relativa ao Indicador 11:

[A3- Cópia de Observatorio GTF_4Trim2014_Braganca.xls](#) (72 kB)

[A3- Edital_PGF.pdf](#) (272.3 kB)

[A3- PGF Alvazinhos assinado.pdf](#) (3 MB)

[A3- Protocolo AFLOCAF.pdf](#) (426.7 kB)

[B2.1- Sensibilização na Escola.ppt](#) (2 MB)

[B3- Parceria AFLOCAF.pdf](#) (426.7 kB)

[B4- Edital_PGF.pdf](#) (272.3 kB)

[B4- PGF Alvazinhos assinado.pdf](#) (3 MB)

[B2.1- Candidatura FFP.rar](#) (4.2 MB)

Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt



© 2009-2011 Associação Bandeira Azul da Europa - Organização de Utilidade Pública reconhecida através do despacho nº9364/2009 publicado em D.R. de 30 de Março. | Ficha técnica



Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 12

Município de Alfandega da Fé

Ordenamento do Território e Ambiente Urbano

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Ordenamento do Território	Município; CCDRs; DGT; DROTA; ICS; INE; DRRF Açores; Universidades	E/P/R	IC	IU	10,0 (+ 1,0)

População residente no município (hab):

5.104

Área total abrangida pelos perímetros urbanos (ha):

533,10

Área do município (ha):

32.190

Data de entrada do atual PDM:

26/02/2015

Data de conclusão da última revisão do PDM:

13/12/2014

A - ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS

A1 - Estrutura Verde Principal e Secundária

A1.1 - Estrutura Verde Principal (aglomerados de mais de 10.000 habitantes):

 Sim Não

A1.2 - Área total da estrutura verde principal em 2014 (m²):

A1.3 - Justifique resumidamente os valores de estrutura verde principal:

A1.4 - Estrutura Verde Secundária (aglomerados de mais de 2.000 habitantes):

 Sim Não

A1.5 - Área total da estrutura verde secundária em 2014 (m²):

A1.6 - Justifique resumidamente os valores de estrutura verde secundária:

A2 - Espaço Verde Público

ATENÇÃO:

Os valores referentes ao espaço verde público só deverão ser preenchidos se for impossível referir a estrutura verde principal e secundária.

A2.1 - Espaço Verde Público (aglomerados de mais de 2.000 habitantes e sedes de concelho):

 Sim Não

A2.2 - Área total da espaço verde público (m²):

62.205,35

A3 - Novos Espaços Verdes Públicos (últimos 3 anos)

A3.1 - Área dos novos espaços verdes públicos (m²):

**Nota: Não deve ser incluído espaço público que não contenha espaço verde.
Deve indicar os dados referentes a 2012, 2013 e 2014.**

24.972,63

A3.2 - Tipologia dos Novos Espaços Verdes Públicos criados nos últimos três anos:

Deve indicar os dados referentes a 2012, 2013 e 2014.

Jardins públicos e espaços de enquadramento.

A4 - Outros**A4.1 - Existência de espaço rural significativo:**

Sim Não

Documentação Anexa Relativa ao Formulário A:

- (i) todos os espaços verdes públicos;
(ii) novos espaços verdes públicos criados nos últimos três anos;
(iii) espaços verdes contínuos.

(2015-04-20) espacos verdes publicos.pdf (1001.3 kB)

Observações Relativas ao Formulário A

Os 3 mapas de localização solicitados em A5 estão representados num ficheiro únicos "(2015-04-20) espacos verdes publicos.pdf", contendo:

- (i) todos os espaços verdes públicos;
(ii) novos espaços verdes públicos criados nos últimos três anos;
(iii) espaços verdes contínuos.

Documentação Anexa Relativa ao Formulário A:**B - CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

B1 - Área de solo urbanizável (ha): 112,20

B2 - Área de solo urbanizado (ha): 420,90

B3 - Área de solo urbanizável (ha) / Área de solo urbanizado (ha): -2,75

Observações Relativas ao Formulário B**Documentação Anexa Relativa ao Formulário B:****C - RENOVAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA****C1 - Recuperação do Edificado existente (em perspetiva)****C1.1 - Edifícios licenciados pela câmara municipal para o tipo de obra designado por reconstrução**

C1.1.1 - em 2012: 1 C1.1.2 - em 2013: 0 C1.1.3 - em 2014: 7

C1.2 - Total de edifícios licenciados pela câmara municipal

C1.2.1 - em 2012: 23 C1.2.2 - em 2013: 0 C1.2.3 - em 2014: 13

C1.3 - Taxa de recuperação do edificado existente

C1.3.1 - em 2012: 26,32 % C1.3.2 - em 2013: 18,75 % C1.3.3 - em 2014: 53,85 %

C2 - Recuperação do Edificado existente (concretizado)**C2.1 - Total de edifícios concluídos**C2.1.1 - em 2012: C2.1.2 - em 2013: C2.1.3 - em 2014: **C2.2 - Total de reconstruções concluídas**C2.2.1 - em 2012: C2.2.2 - em 2013: C2.2.3 - em 2014: **C3 - Ações de Requalificação, Remodelação ou Recuperação de Edifícios Públicos (desenvolvidos pelas Câmaras Municipais ou Administração Central)**C3.1.1 - N.º de ações em 2012: **C3.1.2 - Descrição das ações:**

— A.R.A. - Associação Recreativa Alfandeguense (piscinas municipais exteriores e campo polidesportivo descoberto);
— Casa do Povo de Alfândega da Fé – LEQUE.

C3.2.1 - N.º de ações em 2013: **C3.2.2 - Descrição das ações:**

Nada a registar.

C3.3.1 - N.º de ações em 2014: **C3.3.2 - Descrição das ações:**

— Recinto da Feira Municipal (qualificação das tasquinhas);
— Lar de Gebelim (antiga escola primária);
— Lar de Parada (antiga escola primária);
— Centro de Interpretação do Território de Sambade (antiga escola primária);
— Centro Cultural e Tecnológico de Sambade (antiga casa do povo);
— Torre do Relógio – Alfândega da Fé (património em vias de classificação).

C4 - Ações de Intervenção de Restauro, Renovação, Reabilitação ou Requalificação Urbana (2012, 2013 e 2014)C4.1.1 - Área abrangida pelas ações de intervenção em 2012 (ha): **Documentação Anexa Relativa ao Formulário C:**C4.2.1 - Área abrangida pelas ações de intervenção em 2013 (ha): **Documentação Anexa Relativa ao Formulário C:**

1- PRU (Planta da Área de Intervenção).PDF (530.7 kB)
2- PRU (Memória Descritiva).pdf (51.2 kB)
3- PRU (Aprovação - global).pdf (1005.3 kB)
4- PRU (Aprovação - 1.ª fase).pdf (96.6 kB)
5- PRU (Aprovação - 2.ª fase).pdf (1 MB)

C4.3.1 - Área abrangida pelas ações de intervenção em 2014 (ha): **Documentação Anexa Relativa ao Formulário C:****Observações Relativas ao Formulário C**

NOTA: ao carregar os dados verificámos que existem 8 células que não permitem o preenchimento.

Após o levantamento rigoroso feito no Serviço de Urbanismo, os dados de que dispomos para inserir nessas células são:

- C1.1.1 em 2012: 5
- C1.1.2 em 2013: 3
- C1.2.1 em 2012: 19
- C1.2.2 em 2013: 16
- C2.1.1 em 2012: 24
- C2.1.2 em 2013: 19
- C2.2.1 em 2012: 4
- C2.2.2 em 2013: 1

Anexa-se o ficheiro:

"Anexo - C.1 e C.2 - Recuperação do Edificado existente – Tabela"

NOTA: Só considerando estes dados é possível considerar os valores das taxas acima inseridos.

A área indicada em C4.2.1. (5,383 ha) está desbobra em:

a) área da zona intervençcionada ao nível do espaço público / reabilitação urbana (5,383 ha) e a área correspondente a edifícios públicos integrados no perímetro, os quais não foram intervençcionados (0,077 ha).

Documentação Anexa Relativa ao Formulário C:

[Anexo - C.1 e C.2 - Recuperação do Edificado existente - Tabela.xlsx](#) (15.2 kB)

Nota:

No sub-indicador C4 a área abrangida pelas áreas de intervenção deve integrar a área de zonas intervençcionadas + área de edifícios intervençcionados". Deve ser referido no campo "observações", a área correspondente à zona e aos edifícios.

D - PLANEAMENTO

D1 - Reserva Agrícola Nacional

D1.1 - Área desafetada e excluída da RAN por efeito de PMOT, nos últimos 3 anos (ha):

89,61

D1.2 - Área de utilização não agrícola da RAN (m²):

969

D1.3 - Área total de RAN em 2012 (ha):

1.445,27

D1.4 - Área total de RAN em 2013 (ha):

1.445,27

D1.5 - Área total de RAN em 2014 (ha):

8.923,20

D2 - Reserva Ecológica Nacional

D2.1 - Área excluída da REN, por efeito de PMOT mais RIP (m²):

1.460.964,28

D2.2 - Área total da REN no município em 2012 (ha):

26.961,81

D2.3 - Área total da REN no município em 2013 (ha):

26.961,81

D2.4 - Área total da REN no município em 2014 (ha):

20.228,72

D3 - Outros

D3.1 - Estado Atual do PDM em 2014:

D3.1.1 - N.º de anos em que o PDM se encontra em vigor:

D3.2 - Existência de indicadores de monitorização do PDM?

- Sim Não

D3.2.1 - Indique quais:

"Taxa de Implementação do Programa de Execução do PDM" (meta para o ano 2015: $\geq 10\%$)

Existem mais 45 indicadores associados ao Relatório Ambiental da Revisão do PDM, como por exemplo os seguintes indicadores de monitorização do PDM: licenciamentos em áreas RN2000; áreas de povoamentos florestais de espécies autóctones; Áreas de risco de elevado e muito elevado; ocorrências (incêndios); equipamentos culturais ou de recreio e lazer; capitação de espaços verdes públicos de utilização coletiva; solo urbanizado (taxa de execução do solo urbano); construção de habitação em solo rural; população servida por sistema público de abastecimento de água; rede viária qualificada; ações de promoção e valorização do património.

Observações Relativas ao Formulário D

Documentação Anexa Relativa ao Formulário D:**Observações Relativas ao Indicador 12****Documentação Anexa Relativa ao Indicador 12:****Nota:**

Os valores pré-preenchidos correspondem a estatísticas fornecidas pelo INE. Estes dados não podem ser alterados. No caso de não coincidirem com as estatísticas disponíveis na Câmara Municipal, devem indicar os valores correspondentes no campo das "observações" do sub-indicador, identificando o ano a que se referem.

Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt





Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 13

Município de Alfandega da Fé

Qualidade do Ar e Informação ao Público

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Ar	Município; APA; CCDRs	E	IC	IU	3,0

A - INICIATIVAS PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO AR - MUNICÍPIO

A1.1 - Iniciativas de Avaliação:

Sim Não

A1.2 - Descrição das iniciativas:

No âmbito da construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor foi efetuado um Programa de Monitorização da Qualidade do Ar (PMQAr).

Observações Relativas ao Formulário A

Para complementar o referido em A1.2, considerou-se pertinente anexar o Programa de Monitorização da Qualidade do Ar.

B - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS LOCAIS CONDUCENTES À MELHORIA E PRESERVAÇÃO DA QUALIDADE DO AR (DA INICIATIVA DO MUNICÍPIO)

B1.1 - Implementação de medidas:

Sim Não

B1.2 - Descrição das medidas implementadas (incluindo a indicação do planeamento das medidas):

MEDIDA 1:

As medidas estão vertidas no Programa de Monitorização da Qualidade do Ar (PMQAr). Os objetivos fundamentais da monitorização da qualidade do ar são os seguintes:

- Avaliar o impacto da construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor na qualidade do ar;
- Verificar o cumprimento da legislação nacional sobre a qualidade do ar, na envolvente à área de implantação do AHBS e obter informação que permita responder a eventuais reclamações que se relacionem com a construção do aproveitamento;
- Verificar a necessidade de adotar novas medidas de mitigação de impactos;
- Contribuir para a melhoria dos procedimentos de gestão ambiental.

MEDIDA 2:

Apresenta-se também: estudo elaborado pela APA sobre a qualidade do ar por concelho.

Documentação Anexa Relativa ao Formulário B:

[AHBS Fichas Operacionais RTAA24_2014.pdf](#) (10.7 MB)

[APA - Emissões Poluentes Atmosféricos.pdf](#) (2.6 MB)

Observações Relativas ao Formulário B

No documento anexo (AHBS Fichas Operacionais RTAA24_2014), para comprovar as medidas devem ser consultadas as páginas: 45, 53 e 65.

Anexa-se também o documento: APA - Emissões Poluentes Atmosféricos.

C - FORMAS DE INFORMAÇÃO AO PÚBLICO SOBRE QUALIDADE DO AR (DA INICIATIVA DO MUNICÍPIO)

C1.1 - Formas de informação:

Sim Não

C1.2 - Descrição das formas de informação:

A informação ao público sobre a Qualidade do Ar está disponível no site do município, na área "AMBIENTE", acessível através do link:
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/ambienteAM/156>

No site estão divulgados os seguintes documentos: "AHBS Fichas Operacionais RTAA24_2014" e "Emissões Poluentes Atmosféricos".

Observações Relativas ao Formulário C

Observações Relativas ao Indicador 13

Para complementar o referido em A1.2, considerou-se pertinente anexar a documentação disponível sobre o Programa de Monitorização da Qualidade do Ar.

NOTA: o Programa de Monitorização da Qualidade do Ar resulta das medidas compensatórias do AHBS (Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor), cuja gestão cabe aos municípios (onde se inclui Alfândega da Fé).

Documentação Anexa Relativa ao Indicador 13:

[Programa de Monitorização da Qualidade do Ar.rar](#) (7.6 MB)

Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt





Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 14

Município de Alfândega da Fé

Qualidade da Água para Consumo Humano

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Água	ERSAR	E	IP	IU	3,0

NOTA:

A ERSAR é a responsável pelo preenchimento do formulário, pelo que não é necessário o cálculo deste indicador por parte dos municípios.

A - QUALIDADE DE ÁGUA SEGURA

A1 - Cumprimento da frequência regulamentar (%):

A2 - Cumprimento dos valores paramétricos (%):

A3 - Cumprimento da frequência regulamentar (%) * Cumprimento dos valores paramétricos (%):

Observações Relativas ao Indicador 14

Os dados oficiais serão apurados pela ERSAR.

De acordo com os dados apurados pelo Município de Alfândega da Fé, o Índice da Qualidade da Água para Consumo Humano no ano 2014 é de 96,93%.

Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt





Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 15

Município de Alfandega da Fé

Qualidade dos Serviços de Águas Prestados aos Utilizadores

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Água	Município; ERSAR; INE	E	IC	IU	7,0 (+0,4)

ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO

A - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Nota:

Este sub-indicador é preenchido pelo júri que avalia o indicador (ERSAR)

A1 - % de alojamentos familiares clássicos com serviço disponível de abastecimento por água da rede pública:

A2 - % de água não faturada da água entrada no sistema:

Observações Relativas ao Formulário A

Os dados oficiais serão apurados pela ERSAR.

B - DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

B1 - % de alojamentos familiares clássicos com serviço disponível de recolha e drenagem de águas residuais:

B2 - % de alojamentos familiares clássicos ligados a um destino adequado em termos de tratamento:

B3 - % de alojamentos servidos com drenagem e tratamento de águas residuais:

Observações Relativas ao Formulário B

Os dados oficiais serão apurados pela ERSAR.

C - QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO PELAS ETAR(S)

Nota:

C1, C2 e C3 são preenchidos pelo júri que avalia o indicador (ERSAR). Os municípios deverão preencher o C4 e C5.

C1 - Análise de águas residuais realizadas (%):

C2 - Cumprimento dos parâmetros de descargas (%):

C3 - Qualidade do Serviço Prestado:**C4 - ETAR(s) sob responsabilidade do município:**

27

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

["", "ETAR de CABREIRA", "ETAR de Colmeais", "ETAR de Castelo bacía I", "ETAR de Castelo bacía II", "ETAR de Felgueiras", "ETAR de Gebelim", "ETAR de Parada bacía I", "ETAR de Parada bacía II", "ETAR de Saldonha", "ETAR de Sard\u00e3o", "ETAR de Vilarelhos", "ETAR de Sendim da Ribeira", "ETAR de Vilarch\u00e3o bacía I", "ETAR de Vilarch\u00e3o bacía II", "ETAR da Gouveia", "ETAR de Pic\u00f5es bacía II", "ETAR de Ferradosa bacía II", "ETAR de Eucl\u00e9sia", "ETAR de Valverde", "ETAR de Vales", "ETAR de Vilares da Vilar\u00e7a", "ETAR de Pombal", "ETAR de Soeima bacía I", "ETAR de Soeima bacía II", "ETAR de Valpereiro", "ETAR de Agrobom", "ETAR de Sendim da Serra bacía II"]

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

["", "5350-261 Cabreira - Un\u00e3o de Freguesias de Eucl\u00e9sia, Gouveia e Valverde", "5350-431 Colmeais - Freguesia de Vilares da Vilar\u00e7a", "5350-100 Castelo - Freguesia de Alf\u00e9ndega da Flu\u00e9", "5350-100 Castelo - Freguesia de Alf\u00e9ndega da Flu\u00e9", "5350-102 Felgueiras - Un\u00e3o de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro", "5350-250 Gebelim - Un\u00e3o de Freguesias de Gebelim e Soeima", "5350-280 Parada - Un\u00e3o de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira", "5350-280 Parada - Un\u00e3o de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira", "5350-300 Saldonha - Un\u00e3o de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro", "5350-351 Sard\u00e3o - Un\u00e3o de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira", "5350-420 Vilarelhos - Freguesia de Vilarelhos", "Sendim da Ribeira - Un\u00e3o de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira", "5350-402 Vilarch\u00e3o - Freguesia de Vilarch\u00e3o", "5350-402 Vilarch\u00e3o - Freguesia de Vilarch\u00e3o", "5350-262 Gouveia - Un\u00e3o de Freguesias de Eucl\u00e9sia, Gouveia e Valverde", "5350-242 Pic\u00f5es - Un\u00e3o de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra", "5350-241 Ferradosa - Un\u00e3o de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra", "5350- 231 Eucl\u00e9sia - Un\u00e3o de Freguesias de Eucl\u00e9sia, Gouveia e Valverde", "5350- 390 Valverde - Un\u00e3o de Freguesias de Eucl\u00e9sia, Gouveia e Valverde", "5350- 380 Vales - Un\u00e3o de Freguesias de Pombal e Vales", "5350-432 Vilares da Vilar\u00e7a - Freguesia de Vilares da Vilar\u00e7a", "5350-290 Pombal Un\u00e3o de Freguesias de Pombal e Vales", "5350-360 Soeima - Un\u00e3o de Freguesias de Gebelim e Soeima", "5350-360 Soeima - Un\u00e3o de Freguesias de Gebelim e Soeima", "5350-370 Valpereiro - Un\u00e3o de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro", "5350-370 Valpereiro - Un\u00e3o de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro", "5350-353 Sendim da Serra - Un\u00e3o de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra"]

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

["", "34 e.p.", "68 e.p.", "10 e.p.", "25 e.p.", "23 e.p.", "259 e.p.", "153 e.p.", "165 e.p.", "102 e.p.", "24 e.p.", "335 e.p.", "150 e.p.", "200 e.p.", "200 e.p.", "150 e.p.", "100 e.p.", "100 e.p.", "140 e.p.", "200 e.p.", "150 e.p.", "300 e.p.", "150 e.p.", "150 e.p.", "150 e.p.", "150 e.p.", "200 e.p.", "100 e.p."]

C5 - ETAR(s) sob responsabilidade de outras entidades gestoras:

7

C5.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade de outras entidades gestoras:

["", "ETAR de CEREJAIS bacía I", "ETAR de CEREJAIS bacía II", "ETAR de PIC\u00d5ES bacía I", "ETAR de FERRADOSA bacía I", "ETAR de SENDIM DA SERRA bacía I", "ETAR de ALF\u00c9NDEGA DA FLU\u00c9 (ATMAD)", "ETAR de SAMBADE (ATMAD)"]

C5.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade de outras entidades gestoras:

["", "5350-220 Cerejais - Freguesia de Cerejais", "5350-220 Cerejais - Freguesia de Cerejais", "5350-242 Pic\u00f5es - Un\u00e3o de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra", "5350-241 Ferradosa - Un\u00e3o de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra", "5350-353 Sendim da Serra - Un\u00e3o de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra", "5350 Alf\u00e9ndega da Flu\u00e9 - Freguesia de Alf\u00e9ndega da Flu\u00e9", "5350 Sambade - Freguesia de Sambade "]

C5.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade de outras entidades gestoras:

["", "100 e.p.", "200 e.p.", "100 e.p.", "100 e.p.", "100 e.p.", "2.784 e.p.", "1.000 e.p."]

Observações Relativas ao Formulário C

Os dados oficiais de C1, C2 e C3 serão apurados pela ERSAR.

Observações Relativas ao Indicador 15**Documentação Anexa Relativa ao Indicador 15:**

Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Fiso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt



© 2009-2011 Associação Bandeira Azul da Europa - Organização de Utilidade Pública reconhecida através do despacho nº9364/2009 publicado em D.R. de 30 de Março. | Ficha técnica



Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 16

Município de Alfandega da Fé

Produção, Recolha Seletiva e Valorização de Resíduos Urbanos

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Resíduos	Município; APA; CCDRs; INE; ERSAR; SPV	P	IP	IU	7,0

01 - População Residente

01.1 - 2012: 01.2 - 2013: 01.3 - 2014:

A - ACESSIBILIDADE DO SERVIÇO DE RECOLHA SELETIVA (ECOPONTOS, PORTA-A-PORTA E ECOCENTRO)

A1.1 - Entidade:

A1.2 - Morada:

A1.3 - Código Postal:

A1.4 - Telefone:

A1.5 - Fax:

A1.6 - E-mail:

A1.7 - % de alojamentos com equipamentos de recolha seletiva a menos de 200 metros do limite do prédio:

Nota: O valor deverá ser coincidente com o reportado no indicador RU02ab à ERSAR, no âmbito do processo de avaliação da qualidade de serviço.

Observações Relativas ao Formulário A

B - EVOLUÇÃO DOS RU PRODUZIDOS

B1.1 - RU < 1.100 litros (t)

2012: 2013:

B1.1.1 - RU < 1.100 litros per capita (t/hab)

2012: 2013:

2014: 2014: **B1.2 - RU de grandes produtores (>1.100 litros) (t)****B1.2.1 - RU de grandes produtores (>1.100 litros) per capita (t/hab)**2012: 2012: 2013: 2013: 2014: 2014: **B1.3 - RU total (t)**2012: 2013: 2014: **B1.3 - Decréscimo RU/hab:** Sim Não**B1.4 - Justificação (decrécimo RU/hab):****Observações Relativas ao Formulário B****C - RESÍDUOS DE EMBALAGENS RECOLHIDOS SELETIVAMENTE****C1 - Resíduos de embalagem recolhidos seletivamente (ecoponto, porta-a-porta e ecocentro) (t)****C1.1 - Contentor Azul (t) em 2014:**

Nota: inclui papel/cartão não embalagem

C1.2 - Contentor Amarelo (t) em 2014:**C1.3 - Contentor Verde (t) em 2014:****C2 - Total de resíduos de embalagens recolhidos seletivamente nos contentores azul, amarelo e verde (t) em 2014:** **C2.1 - Total de resíduos de embalagens recolhidos seletivamente (inclui fração não embalagem no caso do contentor azul) / RU produzidos x 100 (%) em 2014:****Observações Relativas ao Formulário C****D - RECOLHA SELETIVA DE REEE, PILHAS E ACUMULADORES, BIORESÍDUOS E ÓLEOS ALIMENTARES USADOS****D1 - O município recolhe seletivamente****D1.1 - REEE:** Sim Não**D1.1.1 - Breve descrição da intervenção do município na realização da recolha de REEE, com a demonstração possível:**

O município de Alfândega da Fé dispõe de um serviço de recolha de monstros domésticos (móveis, colchões, eletrodomésticos, grandes volumes) podem ser entregues directamente no Ecocentro de Alfândega da Fé. Os munícipes que não têm meios para se deslocar ao Ecocentro para fazer a deposição desses materiais, podem solicitar a sua recolha ao domicílio, através do Setor de Ordenamento do Território e Ambiente da Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal de Alfândega da Fé. O serviço é gratuito.

D1.2 - Pilhas e Acumuladores: Sim Não

D1.2.1 - Breve descrição da intervenção do município na realização da recolha de pilhas e acumuladores, com a demonstração possível:

O município de Alfândega da Fé tem no seu ecocentro e nos ecopontos recolha de pilhas e acumuladores. Por outro lado foi feita uma campanha de distribuição de pilhões em colaboração com o projeto ECO Escolas.

D1.3 - Biorresíduos:

Sim Não

D1.3.1 - Breve descrição da intervenção do município na realização de biorresíduos, com a demonstração possível:

O município de Alfândega da Fé tem em fase de projeto a construção um centro de compostagem, no entanto no ecocentro é feita a recolha deste tipo de resíduos. Por outro lado, o município tem um projeto de Hortas Biológicas onde é ministrada formação de compostagem e o incentivo a esta prática.

Pode ser verificado no link do site do município: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/noticias/732>

D1.4 - Óleos Alimentares Usados:

Sim Não

D1.4.1 - Breve descrição da intervenção do município na realização de óleos alimentares usados, com a demonstração possível:

Nos termos do n.º 1, do n.º 2 e do n.º 7 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro, os municípios são responsáveis pela recolha dos OAU, no caso de se tratar de resíduos urbanos cuja produção diária não exceda 1100 Litros por produtor, podendo, em alternativa à constituição da rede de recolha seletiva municipal, constituir redes de recolha seletiva supramunicipal, entendendo-se como tal as que abranjam mais de um município. O projeto "Recolha e Valorização de Óleos Alimentares Usados" assenta na concretização de uma estratégia eficaz de gestão de resíduos, associada ao cumprimento das metas nacionais, através de ações de informação/sensibilização da população; sendo que o município de Alfândega da Fé integra esta rede de recolha com a colocação de 12 oleões promovendo a criação de uma rede de recolha e transformação dos OAU em biodiesel.

D1.5 - Nº pontos de recolha integrados na rede municipal:

D1.5.1 - Nº pontos de recolha integrados na rede municipal / população residente :

Observações Relativas ao Formulário D

Considerou-se pertinente anexar ao subindicador D os seguintes documentos relevantes:

- Pilhões - Relatório da Campanha
- Controlo de Recolha de OAU - 27-10-14

Observações Relativas ao Indicador 16

NOTA: no tipo deste formulário não foi possível selecionar a opção que se aplica ao município de Alfândega da Fé: "Município Predominantemente Rural".

Considerou-se pertinente anexar o seguinte documento relevante:

- Mapa de Registo de Resíduos Urbanos - 2014

Documentação Anexa Relativa ao Indicador 16:

[Mapa de Registo de Resíduos Urbanos - 2014.pdf](#) (108 kB)

[Controlo de Recolha de OAU - 27-10-14.pdf](#) (45.5 kB)

[Pilhões - Relatório da Campanha.pdf](#) (676.3 kB)

Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt



© 2009-2011 Associação Bandeira Azul da Europa - Organização de Utilidade Pública reconhecida através do despacho nº9364/2009 publicado em D.R. de 30 de Março. | Ficha técnica



Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 17

Município de Alfandega da Fé

Valorização do Papel da Energia na Gestão Municipal

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Energia	Município; DGE; ADENE; Agência Municipal ou Regional de Energia; ERSE; EDP; GALP; MEI; RNAE	E	IC	IU	7,0 (+ 1,0)

A - O MUNICÍPIO ENQUANTO ENTIDADE CONSUMIDORA DE ENERGIA

A1 - Quanto gasta o município em:

A1.1 - Frotas municipais (€):

153.744,55

A1.2 - Iluminação pública (€):

195.060,46

A1.3 - Edifícios municipais (€):

66.212,96

A2 - Como contabiliza e desagrega os consumos de energia?

{"options":{"1":"Contabiliza por ponto de consumo","2":"Tipologia de consumo (ex., edifícios e frotas municipais, iluminação pública)","3":"Por departamento municipal","4":"Por fonte de energia ou tipo de utilização","5":"Análise das Faturas","6":"Base de Dados Específica","9":"Usa software específico","99":"Outro(s). Qual(ais)."}}

Software específico. Identifique o software:

Outro(s), qual(is)?

Descrição: (máx. 250 caracteres)

No que diz respeito à análise das faturas é feita uma avaliação por edifício. Está em curso uma ação de formação aos colaboradores municipais por forma a adquirir bons hábitos nos gastos de energia.

A2.1 - Implementou programas de racionalização de consumos de energia e/ou de utilização de energias renováveis?

Frotas municipais:

Sim Não

Iluminação pública:

Sim Não

Edifícios municipais:

Sim Não

Outro(s):

Sim Não

Outro(s), qual(is)?

Aluguer de coberturas de edifícios municipais para colocação de painéis fotovoltaicos.

Descrição:
(máx. 250 caracteres)

Com o objetivo de reduzir o consumo energético foram analisadas todas as instalações caracterizando e identificando todos os edifícios do município. Foram instalados sistemas de monitorização de consumos analisando assim os consumos.

A2.2 - Definiu metas para o aumento da eficiência energética (redução do consumo) e/ou a utilização de energias renováveis?

Frotas municipais:

Sim Não

Identifique a meta (máx. 100 caracteres):

Reduzir a fatura energética do município em 10%. Reduzir a emissão de CO2 em 5%.

Iluminação pública:

Sim Não

Identifique a meta (máx. 100 caracteres):

Na Iluminação Pública foram desligados cerca de 25% dos pontos de luz, racionalizando assim os consumos.

Edifícios municipais:

Sim Não

Identifique a meta (máx. 100 caracteres):

Nos Edifícios municipais as luminárias fluorescentes duplas foram reduzidas a 50%.

Outro(s):

Sim Não

Outro(s), qual(is)?

Identifique a meta (máx. 100 caracteres):

A2.3 - Especifique as principais medidas de racionalização de consumos implementadas por iniciativa do município:
(máx. 250 caracteres)

Colocação de luminárias dotadas de tecnologia LED; redução do número de luminárias por posto de trabalho; formação de sensibilização sobre boas práticas de consumo; aquisição de viaturas elétricas.

A3 - Quais as medidas e/ou soluções tecnológicas já adotadas/instaladas?

Frotas municipais:
(máx. 250 caracteres)

Não existe mas está já cabimentada a aquisição de automóveis elétricos.

Iluminação pública:
(máx. 250 caracteres)

Na iluminação Pública foram adotadas algumas soluções tecnológicas, nomeadamente algumas luminárias estão dotadas de tecnologia LED, e também do sistema de reguladores de fluxo.

Edifícios municipais:
(máx. 250 caracteres)

Nos edifícios de serviços foram instaladas lâmpadas do tipo fluorescentes, economizadoras.

A4 - Tem privilegiado a integração de energias renováveis nos edifícios/instalações municipais?

Sim Não

A4.1 - Breve descrição dos resultados, quantificando e caracterizando os sistemas instalados e previstos:
(máx. 250 caracteres)

A5 - Definiu procedimentos específicos na política de compras que valorizem a aquisição de bens/ equipamentos de maior eficiência energética?

Sim Não

A5.1 - Breve descrição:
(máx. 250 caracteres)

Na aquisição de novos equipamentos e bens é privilegiada a escolha de artigos com classificação energética mais elevada possível.

A6 - O Município tem um Gestor de Energia Municipal?

Sim Não

A6.1 - Identifique o Gestor e respetiva formação:
(máx. 200 caracteres)

Filipe Costa, Eng.º Eletrotécnico.

A6.2 - O município faz parte da área geográfica de intervenção de alguma Agência Regional ou Municipal de Energia e Ambiente e é seu associado? Identifique a Agência.

Sim, o Município de Alfândega da Fé é associado da Agência de Energia de Trás os Montes, sendo esta representada pelo Núcleo da Terra Quente, agenciada na Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana.

A6.3 - O Gestor faz a articulação com a Agência de Energia e Ambiente ou com o Plano de Atividades apresentado pela Agência e aprovado pelo município?

Sim Não

A7 - Tem alguma estratégia ativa e permanente de informação e sensibilização para a utilização racional de energia, dirigida aos funcionários da autarquia?

Sim Não

A7.1 - Descreva a estratégia:
(máx. 250 caracteres)

Com o objetivo de sensibilizar os funcionários da autarquia para a utilização racional de energia foi criado o "Bilhete de Identidade do Edifício, em que neste documento está representado o comportamento energético do edifício no que diz respeito a Consumos, em que estarão identificados o tipo de equipamentos de climatização instalados, a sua classificação energética entre outras características que demonstram os consumos do edifício.

Observações Relativas ao Formulário A

B - O MUNICÍPIO ENQUANTO ENTIDADE DINAMIZADORA DAS MELHORES PRÁTICAS

B1 - Promove e verifica o cumprimento dos regulamentos de desempenho energético nos edifícios?

Sim Não

{"options":{"1":"Verifica o cumprimento da legislação em vigor","2":"Promove ações de informação e formação específicas","3":"Realiza a certificação energética dos edifícios municipais","4":"Promove a reabilitação energética de edifícios municipais","5":"Divulga o papel exemplificativo do município e os resultados esperados/alcançados"},"info":"2,sim","data":{"parent":{"form_name}_field_{form_id}_{value_id}_2_sim"},"style":{"margin-left:30px;}}

B1.1 - Breve descrição:
(máx. 250 caracteres)

B2 - Existe alguma disposição municipal que incentive e valorize a recuperação/ construção de edifícios com certificação energética A ou A+ ?

Sim Não

{"options":{"1":"Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação","2":"Regulamento de taxas municipais de urbanização e edificação","3":"Procedimentos administrativos em operações urbanísticas","4":"Disponibilização de lotes ou áreas de construção específicas","5":"Benefícios fiscais em sede do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)"},"info":"11,sim","data":{"parent":{"form_name}_field_{form_id}_{value_id}_11_sim"},"style":{"margin-left:30px;}}

B2.1 - Breve descrição:
(máx. 250 caracteres)

O município de Alfândega da Fé tem prevista uma redução de taxas no Regulamento da Urbanização e da Edificação do Município de Alfândega, no artigo 49.º alínea g): "As operações urbanísticas que obtenham o certificado energético da classe «A» — redução de 50 % (no âmbito da emissão do alvará de autorização de utilização)".

B3 - Lançou iniciativas/projetos/programas ou tem alguma política ativa de aproveitamento de recursos energéticos endógenos (ex. solar, biomassa, geotérmica, biogás, eólica, etc...)?

Sim Não

B3.1 - Breve descrição:
(máx. 250 caracteres)

No que diz respeito ao aproveitamento da energia solar, o município promoveu a utilização da cobertura de alguns edifícios municipais, para que algumas entidades instalassem equipamentos de Micro produção.
Por outro lado assinou um acordo de instalação do Parque Eólico da Serra de Bornes.

B4 - O município possui matriz energética?

Sim Não

B4.1 - Breve descrição:
(máx. 250 caracteres)

A Matriz energética de Alfândega da Fé foi elaborada em 2013. Anexa-se este documento.

B5 - Em sede de revisão do Plano Diretor Municipal, tem em consideração:**Planos/ Matrizes Energéticas:**

Sim Não

Explícite de que forma (máx. 250 caracteres):**Plano Municipal de Iluminação Pública:**

Sim Não

Explícite de que forma (máx. 250 caracteres):**B6 - Participa em projetos de investimento de produção de energia (eletricidade e calor) a partir de fontes renováveis?**

Sim Não

B6.1 - Identifique os 3 principais projectos e o nível de participação do município (ex. mini-hídricas, rede de aquecimento a biomassa, parque eólico...):
(máx. 250 caracteres)

O município de Alfândega da Fé participou na instalação do Parque Eólicos da Serra de Bornes, assinando um acordo de colaboração com a empresa responsável pela implantação do referido Parque.

B7 - Tem alguma estratégia ativa de informação e educação para a energia, dirigida a sectores específicos (e.g. escolas e setor empresarial) ou aos municípios?

Sim Não

B7.1 - Que estratégias e objetivos? Existe um plano anual ou plurianual de acções? Onde pode ser consultado?
(máx. 250 caracteres)**B7.2 - Público(s)-alvo:****B7.3 - Colabora ou tem parcerias com outras entidades para a execução da estratégia ou plano de acções?**

Sim Não

B7.4 - Indique os parceiros e respectivo papel:
(máx. 250 caracteres)**B8 - O Município já aderiu ao Pacto dos Autarcas (www.pactodeautarcas.eu)?**

Sim Não

B8.1 - Em que data?

B8.2 - Já submeteu o respetivo Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES)?

 Sim Não

B8.3 - Em que data foi submetido e qual o nível de implementação do PAES?

(máx. 250 caracteres)

B8.4 - De que forma divulga os resultados da implementação do PAES?

(máx. 250 caracteres)

Observações Relativas ao Formulário B

Considerou-se pertinente anexar ao subindicador B o seguinte documento relevante:

- Matriz Energética de Alfândega da Fé

Observações Relativas ao Indicador 17**Documentação Anexa Relativa ao Indicador 17:**[Matriz Energetica de Alfândega da Fé.pdf](#) (893.4 kB)**Contactos**Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 LisboaTel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt



Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 18

Município de Alfândega da Fé

Mobilidade Sustentável

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Transportes	Município; FCSH-UNL (IDE); IMTT	R	IC	IU	7,0 (+ 0,8)

INFORMAÇÃO PRÉVIA

A - PROMOÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS

A1 - Descreva quatro ações/medidas principais de promoção e/ou de melhoria dos serviços de transporte público implementados pelo município, nos últimos três anos.

Sempre que possível, descreva o enquadramento e fundamentação das ações/medidas na política municipal de mobilidade sustentável, bem como a inovação e originalidade das mesmas e a abrangência de população/utilizadores que beneficiaram da implementação da ação/medida. **Nota:** consultar exemplos de ações/medidas valorizadas no guia de recomendações.

A1.1 - Ação/Medida 1: (máx. 1500 caracteres)

TRANSPORTE a PEDIDO

O Município de Alfândega da Fé tem vindo a assegurar (a título gratuito), e com maior expressão desde 2012, um serviço de "transporte a pedido" destinado aos munícipes residentes no concelho que são utentes do Instituto Português de Oncologia e que não têm possibilidades económicas para assegurar as deslocações. Estas deslocações, normalmente até ao IPO do Porto (cerca de 200 km de distância) são periódicas e frequentes, para assegurar os tratamentos oncológicos.

Trata-se de um serviço que deixou de ser assegurado pelo Ministério da Saúde, seja diretamente (através de ambulância do Centro de Saúde de Alfândega da Fé), seja indiretamente (através de protocolo com os Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé); pelo que o município tem vindo a assumir este compromisso junto dos munícipes que solicitem essa necessidade.

Pelo exposto, este serviço do município assume o caráter de transporte público, verdadeiramente um transporte a pedido.

A1.2 - Ação/Medida 2: (máx. 1500 caracteres)

TRANSPORTES PÚBLICOS ESCOLARES

A maioria dos roteiros de transportes públicos existentes no concelho de Alfândega da Fé são constituídos pelos transportes escolares (nos dias úteis, conforme o calendário letivo). Os transportes escolares são assegurados em parte por uma empresa privada de autocarros e também por viaturas do município (alunos do 1.º ciclo), sendo estas últimas constituídas por 2 autocarros, 2 carrinhas de 9 lugares e 4 viaturas ligeiras.

O serviço do município assegura que todos os alunos das aldeias e lugares do concelho possam dispor de transporte (pois muitas dessas localidades têm apenas 1 ou 2 alunos e não são serviços pelo setor privado). O município assegura também a monitorização de todo o serviço de transportes escolares, tendo vindo a introduzir melhorias ao nível da segurança nos transportes públicos escolares: implementando nas viaturas municipais o "plano de verificação das viaturas que realizam transporte escolar" e zelando para que o mesmo tipo de controlo seja cumprido nas viaturas do setor privado (disponibilizando, em cada viatura, uma "ficha" do Agrupamento de Escolas para registo de presenças dos alunos, indicações de segurança e contactos dos responsáveis").

A1.3 - Ação/Medida 3: (máx. 1500 caracteres)

VIATURAS HÍBRIDAS e ELÉTRICAS

No âmbito dos meios e modos de transporte com impactos ambientais reduzido, a ação que merece destaque é o procedimento concursal que está em curso, no qual o Município de Alfândega da Fé pretende renovar a sua frota de viaturas, com a aquisição de 4 viaturas ligeiras híbridas e 1 viatura elétrica (energias alternativas), substituindo outras tantas viaturas já bastante envelhecidas e desgastadas, com combustível gasóleo e gasolina.

Este procedimento vai permitir introduzir o conceito de energia verde na frota automóvel municipal (maior eficiência energética), que se pretende continuar e fomentar no futuro, permitindo poupanças de custos ambientais e financeiros, e evoluindo no sentido da sustentabilidade.

A1.4 - Ação/Medida 4: (máx. 1500 caracteres)

GESTÃO da FROTA DE VIATURAS MUNICIPAIS

Desde 2012 que o município tem vindo a monitorizar os custos com as diferentes viaturas que compõem a frota municipal, ao nível dos custos com combustíveis, com reparações, com manutenções, com seguros. Igualmente, são feitas monitorizações quanto ao planeamento semanal e distribuição das viaturas, quanto à sua utilização efetiva, as distâncias percorridas, as limpeza e afins — atribuindo e aferindo responsabilidades e, conseqüentemente, melhorando a eficiência da utilização das viaturas.

Esta prática tem permitido incrementar a gestão da frota municipal, ajudando a melhorar os serviços de transporte público de origem municipal (os quais constituem a maior fatia dos transportes coletivos do concelho).

Observações Relativas ao Formulário A

O concelho de Alfândega da Fé inclui-se num território de muito baixa densidade demográfica (5.104 habitantes / 320 km²), com núcleos urbanos de reduzida dimensão (sede do concelho com 2.100 habitantes + 29 aldeias/lugares), com uma rede de transportes públicos (táxis, autocarros) muito pouco expressiva.

Documentação Anexa Relativa ao Formulário A:

B - INCENTIVO AOS MODOS SUAVES/ATIVOS**B1 - Descreva três ações/medidas principais de incentivo aos modos suaves/ativos implementadas pelo município, nos três últimos anos.**

Sempre que possível, descreva o enquadramento e fundamentação das ações/medidas na política municipal de mobilidade sustentável, bem como a inovação e originalidade das mesmas e a abrangência de população/utilizadores que beneficiaram da implementação da ação/medida. **Nota:** consultar exemplos de ações/medidas valorizadas no guia de recomendações.

**B1.1 - Ação/Medida 1:
(máx. 1500 caracteres)****PARCERIAS PARA A REGENERAÇÃO URBANA (PRU)**

Nos anos 2012 e 2013 decorreu a empreitada das operações urbanísticas designadas "Infraestruturas para a Dinamização de Alfândega da Fé", no âmbito da candidatura ao QREN "Parcerias para a Regeneração Urbana" (PRU), incidindo sobre o centro cívico de Alfândega da Fé e zonas verdes adjacentes (Parque Verde e Lago Biológico). Esta intervenção cumpriu o seguinte programa:

- Regulação do tráfego de viaturas e redesenho urbano, tornando o centro cívico uma zona muito mais urbana e acessível, na ótica do utilizador — eliminação total das barreiras arquitetónicas, criando uma rede de fluxos eminentemente pedonal (incentivo aos modos suaves/ativos) e de acalmia do tráfego de viaturas;
- Construção de uma "ciclovía" (incentivo aos modos suaves/ativos), abrangendo a globalidade da área de intervenção (e garantindo articulação modal com a criação de locais de estacionamento), constituindo um incentivo ao uso da bicicleta (que se pretende assumir como meio de transporte quotidiano e abrangendo futuramente toda a Vila, mais do que um meio de lazer) — componente de valorização ambiental e ecológica, associada também à saúde, ao recreio e ao desporto;
- Qualificação dos passeios e faixas de rodagem, sempre com a presença dos elementos vegetais naturais;
- Construção de zonas de estacionamento automóvel estrategicamente localizadas, descongestionando o centro cívico;
- Revisão do equipamento de segurança rodoviária e sinalização.

Esta ação abrange a população da sede do concelho (2.100 pessoas), bem como a população visitante/turistas.

**B1.2 - Ação/Medida 2:
(máx. 1500 caracteres)****DIAGNÓSTICO e PLANO DE ACESSIBILIDADES — RAMP**

No âmbito do projeto RAMP (Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade), o Município de Alfândega da Fé avançou, pela primeira vez, com a elaboração do Diagnóstico e do Plano de Promoção da Acessibilidade – "Alfândega Inclusiva", traduzindo uma nova estratégia em torno do planeamento urbano, juntando a esse processo a visão da acessibilidade nos núcleos urbanos do município.

Os dois documentos elaborados (Diagnóstico e Plano) constituem o corolário dos estudos e propostas desenvolvidos nos anos 2012 e 2013, abrangendo, cinco áreas transversais: Espaço Público, Edificado, Transportes, Comunicação e Design/Infoacessibilidade.

O município está em condições de promover a melhoria da acessibilidade e o conseqüente aumento da qualidade de vida de todos os cidadãos que vivem e trabalham em Alfândega da Fé, no sentido de fomentar uma sociedade mais livre, democrática e inclusiva — abrangendo a população da sede do concelho (2.100 pessoas) — com destaque para promoção da acessibilidade pedonal (criação de zonas pedonais, criação e melhoria de passeios e passadeiras para peões, sinalética específica para peões, etc.).

Este trabalho de planeamento (que interessa agora materializar fisicamente, com intervenções no terreno, eliminando barreiras arquitetónicas) traduz o cumprimento da legislação em vigor em matéria de Acessibilidade e Mobilidade para Todos.

Note-se que algumas das ações deste Plano de Promoção da Acessibilidade foram iniciadas e materializadas, essencialmente no centro cívico de Alfândega da Fé, onde o espaço urbano está redesenhado, adaptado e modernizado a todos os níveis descritos. Também foram proporcionadas várias ações de formação sobre as Acessibilidade e Mobilidade para Todos, quer para os técnicos municipais, quer para o agrupamento de escolas, quer para os parceiros (instituições e associações da vila), que para a comunidade em geral.

**B1.3 - Ação/Medida 3:
(máx. 1500 caracteres)**

Projeto REDE DE CIDADES E VILAS DE EXCELÊNCIA (RCVE)

No final de 2013 o Município de Alfândega da Fé tornou-se membro fundador da “Rede Cidades e Vilas de Excelência”. A “excelência”, mais do que um ponto de chegada, é uma atitude, um percurso, uma construção permanente. O reconhecimento da sede do concelho como Vila de Excelência ocorrerá a partir da definição planeada de metas e do seu cumprimento evolutivo, iniciando-se com o Plano de Ação Local (fase em curso), e incidindo sobre os seguintes temas: a) Vila Acessível para Todos; b) Vila Turística.

Através do eixo “vila acessível para todos” pretende-se acentuar a tónica no espaço público da Vila, no domínio do urbanismo, dotando o espaço público de condições ótimas de acessibilidade, eliminando os aspetos negativos diagnosticados e implementando o “plano” do RAMP — numa dinâmica operacional, física, material, que reconstrua o suporte físico, isto é, o espaço onde se desenrolam as vivências quotidianas da Vila. Através do eixo “vila turística”, pretende-se que a Vila seja sinónimo de turismo integrado, sustentável — equilíbrio económico, social e ambiental.

Da fusão destes 2 eixos, interessa destacar (no âmbito dos modos suaves/ativos — com destaque nos percursos pedonais e/ou cicláveis) o trabalho já efetuado ao nível da conceção da “Sinalética Informativa e Turística” da vila, a qual visa afirmar uma “imagem” (forte e contemporânea) associada a Roteiros Temáticos/Turísticos, com diferentes cores: roteiro do património (castanho); roteiro dos produtos locais (rosa-velho); roteiro da arte urbana (amarelo), etc. Estas cores evidenciam-se nas diferentes tipologias da sinalética (mupis com mapas, sinal direcional, placas de conjunto, sinal de local).

Observações Relativas ao Formulário B

Documentação Anexa Relativa ao Formulário B:

C - GESTÃO DO TRANSPORTE INDIVIDUAL**C1 - Descreva três ações/medidas principais de gestão/racionalização do transporte individual implementadas pelo município, nos últimos três anos.**

Sempre que possível, descreva o enquadramento e fundamentação das ações/medidas na política municipal de mobilidade sustentável, bem como a inovação e originalidade das mesmas e a abrangência de população/utilizadores que beneficiaram da implementação da ação/medida. **Nota:** consultar exemplos de ações/medidas valorizadas no guia de recomendações.

**C1.1 - Ação/Medida 1:
(máx. 1500 caracteres)****PARCERIAS PARA A REGENERAÇÃO URBANA (PRU)**

Nos anos 2012 e 2013 decorreu a empreitada das operações urbanísticas designadas “Infraestruturas para a Dinamização de Alfândega da Fé”, no âmbito da candidatura ao QREN “Parcerias para a Regeneração Urbana” (PRU), incidindo sobre o centro cívico de Alfândega da Fé e zonas verdes adjacentes (Parque Verde e Lago Biológico). Esta intervenção cumpriu o seguinte programa:

- Regulação do tráfego de viaturas (transporte individual) e redesenho urbano, tornando o centro cívico uma zona muito mais urbana e acessível, na ótica do utilizador — eliminação total das barreiras arquitetónicas, criando uma rede de fluxos eminentemente pedonal e de acalmia do tráfego de viaturas (sentido único de circulação com estreitamento de via e pavimento em cubo de granito, diferenciação de pavimentos, passeadeiras, sinalética, etc.);
- Construção de uma “ciclovía”, abrangendo a globalidade da área de intervenção, constituindo um incentivo ao uso da bicicleta;
- Qualificação dos passeios e faixas de rodagem, sempre com a presença dos elementos vegetais naturais;
- Construção de zonas de estacionamento automóvel estrategicamente localizadas, descongestionando o centro cívico;
- Revisão do equipamento de segurança rodoviária e sinalização.

Esta ação abrange a população da sede do concelho (2.100 pessoas), bem como a população visitante/turistas.

**C1.2 - Ação/Medida 2:
(máx. 1500 caracteres)****ZONA 30**

As recentes obras de qualificação do centro cívico de Alfândega da Fé — “Parcerias para a Regeneração Urbana” (PRU) — consubstanciam, pela nova configuração do espaço urbano, uma Zona 30. Neste local central da vila, assim como em toda a área adjacente conformada pela Zona Histórica de Alfândega da Fé (a qual corresponde a uma “Área de Reabilitação Urbana” constituída por deliberação da Assembleia Municipal de 13/12/2014), podem e devem ser assumidas como Zonas 30.

Efetivamente, nestas zonas verifica-se: a redução dos volumes de tráfego motorizado, a melhoria das condições de segurança dos peões e dos ciclistas através de medidas ao nível do desenho urbano, bem como assumem a separação do espaço destinado aos peões do espaço destinado aos restantes modos.

No futuro irão ser criadas melhores condições na Zona Histórica de Alfândega da Fé, através do redesenho urbano (já iniciado com as obras em curso na envolvente da Torre do Relógio, e estando outras artérias em fase de projeto). Falta apenas assumir formalmente a imposição de uma velocidade limite de circulação reduzida (30km/h), através da respetiva sinalização rodoviária, apesar das condições existentes já assumirem tal limite na prática (através do desenho urbano).

**C1.3 - Ação/Medida 3:
(máx. 1500 caracteres)**

Projeto REDE DE CIDADES E VILAS DE EXCELÊNCIA (RCVE)

No final de 2013 o Município de Alfândega da Fé tornou-se membro fundador da “Rede Cidades e Vilas de Excelência”. A “excelência”, mais do que um ponto de chegada, é uma atitude, um percurso, uma construção permanente. O reconhecimento da sede do concelho como Vila de Excelência ocorrerá a partir da definição planeada de metas e do seu cumprimento evolutivo, iniciando-se com o Plano de Ação Local (fase em curso), e incidindo sobre os seguintes temas: a) Vila Acessível para Todos; b) Vila Turística.

Através do eixo “vila acessível para todos” pretende-se acentuar a tónica no espaço público da Vila, no domínio do urbanismo, dotando o espaço público de condições ótimas de acessibilidade, eliminando os aspetos negativos diagnosticados e implementando o “plano” do RAMPA — numa dinâmica operacional, física, material, que reconstrua o suporte físico, isto é, o espaço onde se desenrolam as vivências quotidianas da Vila. Através do eixo “vila turística”, pretende-se que a Vila seja sinónimo de turismo integrado, sustentável — equilíbrio económico, social e ambiental.

Da fusão destes 2 eixos, interessa destacar (no âmbito do transporte individual — com destaque no uso do automóvel a baixa velocidade / passeios turísticos) o trabalho já efetuado ao nível da conceção da “Sinalética Informativa e Turística”, a qual visa afirmar uma “imagem” (forte e contemporânea) associada a Roteiros Temáticos/Turísticos, com diferentes cores: roteiro do património (castanho); roteiro dos produtos locais (rosa-velho); roteiro da arte urbana (amarelo), etc. Estas cores evidenciam-se nas diferentes tipologias da sinalética (mupis com mapas, sinal direcional, placas de conjunto, sinal de local).

Observações Relativas ao Formulário C

Documentação Anexa Relativa ao Formulário C:

Nota: Os anexos são facultativos sendo a avaliação baseada apenas no que é descrito no formulário.

D - PLANOS, PROJETOS E GESTÃO DA MOBILIDADE**D1 - Descreva dois projetos/medidas/ações principais de gestão da mobilidade implementados pelo município, nos últimos três anos.**

Sempre que possível, descreva o enquadramento e fundamentação das ações/medidas na política municipal de mobilidade sustentável, bem como a inovação e originalidade das mesmas e a abrangência de população/utilizadores que beneficiaram da implementação da ação/medida. **Nota:** consultar exemplos de projetos e medidas de gestão da mobilidade no guia de recomendações.

D1.1 - Projeto/Medida/Ação 1:

(máx. 1500 caracteres)

UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE de ALFÂNDEGA DA FÉ

A Unidade Móvel de Saúde de Alfândega da Fé (a funcionar desde 2003, com investimento de 100 mil euros) foi uma das pioneiras, a nível nacional, a prestar este serviço de proximidade através de uma viatura dotada de cursos materiais e humanos, capaz de proporcionar junto dos utentes, aldeias e lugares do concelho, uma vez por semana, os seguintes serviços (entre outros): triagem e controlo mensal da tensão arterial, da glicémia, do índice de massa corporal; vacinação; ações de educação para a saúde; encaminhamento de situações de risco para o Centro de Saúde; realização de visitas domiciliárias (utentes com algum grau de dependência); possível marcação de consultas médicas junto do Centro de Saúde; e transporte de receitas médicas.

Este serviço da Unidade Móvel de Saúde chegou a estar interrompido no ano 2008, mas foi reativado e tem sido implementado nos últimos anos, através de protocolo entre o Município e a Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé, atingindo uma taxa de adesão de cerca de 50% da população residente nas aldeias do concelho (1.500 pessoas).

Como pontos fortes do projeto “Saúde de Proximidade” temos a melhoria dos cuidados de saúde primários às populações mais idosas, com claros benefícios na esperança média de vida, uma maior integração social, pela igualdade de acesso aos serviços de saúde, e diminuição dos riscos de exclusão social; e o elevado grau de satisfação obtido nos inquéritos realizados.

D1.2 - Projeto/Medida/Ação 2:

(máx. 1500 caracteres)

UNIDADE MÓVEL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

O projeto “MUNICÍPIO SOBRE RODAS – Serviços Municipais de Proximidade” foi elaborado no âmbito académico, no curso de Gestão Pública na Administração Local (CEFA, 2013), tendo sido diagnosticada uma problemática (real e atual) e tendo sido concebida uma solução sustentada em metodologias de gestão.

Primeiro, caracteriza-se a “interioridade” dos territórios de baixa densidade, perante o atual contexto de “modernização administrativa” que faz sobressair a fatia de população “info-excluída” — instalando-se uma clivagem entre os serviços municipais clássicos e os seus municípios.

A resposta a esta problemática é encontrada na criação de serviços municipais de proximidade, através de “unidades móveis” que irão percorrer o território do concelho, devidamente equipada com os meios tecnológicos e trabalhadores municipais habilitados, nas quais são prestados os serviços de atendimento à população — pretendendo-se abranger a população residente nas aldeias do concelho (3.000 pessoas).

Finalmente, é efetuada a simulação da implementação do projeto no terreno face à realidade do município, planificando-se as ações em função da duração do ciclo autárquico: desde a constituição de uma Equipa de Projeto e formação dos recursos humanos; à aquisição, adaptação e dotação de equipamento e hardware para as 2 viaturas (“Unidades Móveis”); à definição das rotas e periodicidade; à orçamentação dos custos diretos e indiretos; à articulação com o Plano de Atividades e PPI; e à definição dos mecanismos de monitorização, controlo, avaliação e melhoria contínua do projeto.

D1.3 - Projeto/Medida/Ação 3:

(máx. 1500 caracteres)

Observações Relativas ao Formulário D

A descrição feita em D1.1 corresponde a uma ação implementada no terreno.
 A descrição feita em D1.2 corresponde a propostas desenvolvidas ao nível de projeto.
 O formulário prevê (talvez por lapso) um terceiro campo para descrição de ações (D1.3), mas só estão a ser pedidas 2 ações.

Documentação Anexa Relativa ao Formulário D:

Nota: Os anexos são facultativos sendo a avaliação baseada apenas no que é descrito no formulário.

E - POLÍTICA DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

**E1 - Descreva a estratégia adotada pelo município para a promoção da mobilidade sustentável, identificando a visão, objetivos e principais prioridades a curto, médio e longo prazo:
 (máx. 2500 caracteres)**

POLÍTICA MUNICIPAL de MOBILIDADE SUSTENTÁVEL
 VISÃO: "Ser um município sustentável, centrado no/na munícipe, valorizando a qualidade e a inovação num contexto de interioridade."
 OBJETIVOS: Promover a mobilidade sustentável no Município de Alfândega da Fé, através dos seguintes eixos:
 a) otimização da gestão municipal da mobilidade e transportes;
 b) definição de planos e projetos de gestão da mobilidade;
 c) implementação de modos suaves/ativos de mobilidade;
 d) melhoria dos serviços de transporte público;
 e) gestão e racionalização do transporte individual.
 PRIORIDADES (ações de curto/médio prazo):
 a) implementar o Plano de Ação do projeto RAMPA (intervindo fisicamente no espaço público da sede do concelho, melhorando as condições de acessibilidade e mobilidade, e eliminando as barreiras arquitetónicas identificadas no Diagnóstico do RAMPA);
 b) renovar a frota de viaturas municipais, através da aquisição de viaturas híbridas e elétricas;
 c) reduzir os custos com a frota de viaturas municipais (através de melhor planeamento e gestão);
 d) definir formalmente "Zonas 30" no centro cívico de Alfândega da Fé e na zona histórica de Alfândega da Fé.
 PRIORIDADES (ações de médio/longo prazo):
 a) Desenvolver o Serviço de Transporte a pedido (território de muito baixa densidade);
 b) Implementar os Serviços Municipais de Proximidade – "Município sobre Rodas";
 c) Conceber e implementar um serviço de mobilidade ciclável, associado a uma rede de ciclovias (quer no âmbito das vivências quotidianas dos munícipes, quer no âmbito turístico).

Nos casos dos municípios com Plano de Mobilidade e Transportes (PMT) municipal ou intermunicipal:

**E2 - Descreva as ações-chave que contribuem para a implementação e promoção de um modelo de mobilidade mais sustentável definidas no âmbito do Plano de Mobilidade e Transportes (PMT) municipal ou intermunicipal:
 (máx. 2000 caracteres)**

Observações Relativas ao Formulário E

O município de Alfândega da Fé não dispõe ainda de um Plano de Mobilidade e Transportes (PMT), pelo motivo de existir pouca pressão urbana e volume de tráfego.
 O concelho de Alfândega da Fé inclui-se num território de muito baixa densidade demográfica (5.104 habitantes / 320 km²), com núcleos urbanos de reduzida dimensão (sede do concelho com 2.100 habitantes + 29 aldeias/lugares), com uma rede de transportes públicos (autocarros, táxis) muito pouco expressiva.

Documentação Anexa Relativa ao Formulário E:

Nota: Os anexos são facultativos sendo a avaliação baseada apenas no que é descrito no formulário.

Documentação Anexa Relativa ao Indicador 18:

Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
 Rua General Gomes Araújo
 Bloco C - Piso 1
 1350-355 Lisboa





Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 19

Município de Alfandega da Fé

Qualidade do Ambiente Sonoro

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Ruído	Município; APA; CCDRs; DRRF Açores; DROTA	R	IC	IU/INU	3,0

Área do concelho (m²):

A - SITUAÇÃO DO AMBIENTE SONORO NO CONCELHO

A1 - Existência de mapas de ruído no concelho:

 Sim Não

Documentação Anexa Relativa ao Formulário A:

- [1- Mapa de Ruído - Relatório Final.pdf](#) (1.4 MB)
- [2- Mapa de Ruído - Relatório Não Técnico.pdf](#) (962.3 kB)
- [3- Mapa de Ruído - Carta 1.pdf](#) (602.6 kB)
- [4- Mapa de Ruído - Carta 2.pdf](#) (677.2 kB)

A1.2 - Observações sobre o mapa de ruído:

O Mapa de Ruído foi elaborado no ano 2008 (encomenda da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana).
O Mapa de Ruído foi integrado no processo de revisão do PDM, (2008-2014) constituindo uma peça complementar do plano, sendo aprovado em 13/12/2014 e sendo publicado e entrando em vigor em 26/02/2015.

A2 - Existência de carta de classificação de zonas:

 Sim Não

Documentação Anexa Relativa ao Formulário A:

- [1- Zona Mista - carta 1.1.pdf](#) (3.2 MB)
- [2- Zona Mista - carta 1.2.pdf](#) (3.8 MB)
- [3- Zona Mista - carta 2.1.pdf](#) (3.2 MB)
- [4- Zona Mista - carta 2.2.pdf](#) (3.8 MB)

A3 - Percentagem de população sobre-exposta a ruído ambiente exterior

Zonas Sensíveis:

Lden > 55 dB(A) e/ou Ln > 45 dB(A): Lden > 65 dB(A) e/ou Ln > 55 dB(A):
(proximidade de GIT existente ou GIT aéreo em projeto)

Lden > 60 dB(A) e/ou Ln > 50 dB(A):
(proximidade de GIT não aéreo em projeto)

Observações Relativas ao Formulário A

B - PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RUÍDO

B1 - Existência de plano municipal de redução de ruído?

Sim Não

B2 - Descrição das medidas permanentes de redução de ruído, previstas ou não em plano municipal (implementadas ou que se mantiveram):

Nota: O município deve indicar se o Plano Municipal de Redução de Ruído foi aprovado.

Observações Relativas ao Formulário B

O município de Alfândega da Fé não dispõe ainda de um Plano Municipal de Redução de Ruído, pelo motivo de existir pouca pressão urbana e volume de tráfego.

O concelho de Alfândega da Fé inclui-se num território de muito baixa densidade demográfica (5.104 habitantes / 320 km²), com núcleos urbanos de reduzida dimensão (sede do concelho com 2.100 habitantes + 29 aldeias/lugares), com uma rede de transportes públicos (autocarros, táxis) muito pouco expressiva, bem como de unidades industriais de reduzida dimensão.

Observações Relativas ao Indicador 19

Documentação Anexa Relativa ao Indicador 19:

Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt





Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 20

Município de Alfandega da Fé

Agricultura Sustentável e Desenvolvimento Rural

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Agricultura	Município; DGADR; INE; GPP	E/P	IC	INU	3,5 (+ 0,5)

01 - Área de superfície agrícola utilizada (SAU) (ha):

A - HABITAT AGRÍCOLA SEMI-NATURAL

A1.1 - Área ocupada com habitat agrícola semi-natural (ha):

A1.2 - % da SAU ocupada com habitat agrícola semi-natural:

Observações Relativas ao Formulário A

B - MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO NO CONCELHO

B1.1 - Área ocupada com Modo de Produção Biológico (ha):

B1.2 - % da SAU controlada no Modo de Produção Biológico:

B2 - Listagem das produções com Modo de Produção Biológico:

- Cereja
- Amêndoa
- Azeite

Observações Relativas ao Formulário B

C - VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE QUALIDADE E DO ARTESANATO

C1 - N.º de produtos alimentares qualificados (DOP, IGP, ETG, etc.) no concelho:

C2 - N.º de atividades no âmbito da Confeção Artesanal de Bens Alimentares, oficialmente reconhecidas e registadas no Registo Nacional do Artesanato, a nível do concelho:

Observações Relativas ao Formulário C

Não existem actividades consideradas como artesanais reconhecidas no concelho de Alfândega da Fé.

D - PARCEIRO DE UM GRUPO DE AÇÃO LOCAL**D1 - Participação da Câmara Municipal num grupo de ação local:**

Sim Não

D2 - A Câmara Municipal pertence à parceria que constitui o GAL e/ou é promotora de um ou mais projetos na área da agricultura e desenvolvimento rural sustentável:

Sim Não

D3 - Descrição da forma de participação:

No norte de Portugal, região de Trás-os-Montes, distrito de Bragança situa-se a Terra Quente, território de intervenção do GAL DESTAQUE, constituído por cinco municípios: Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor. A DESTAQUE - Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente é uma entidade de direito privada sem fins lucrativos constituída em 23 de Dezembro de 1991, que conta com quinze associados (publicos e privados). Com o objetivo social da promoção do desenvolvimento local e melhoria das condições culturais e materiais das populações na sua área de intervenção. Procura a plena valorização dos recursos humanos e naturais da região da Terra Quente, tendo por objetivo último a redução das assimetrias regionais.

O Município de Alfândega da Fé integra o GAL DESTAQUE. Atualmente a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé está a acumular as funções de gerente desta Empresa.

Observações Relativas ao Formulário D**E - HORTAS URBANAS DA INICIATIVA MUNICIPAL****E1 - Existência de hortas urbanas no concelho:**

Sim Não

E2 - % de área das hortas urbanas biológicas (certificadas ou não):

100

E3 - N.º de municípios envolvidos diretamente:

150

E4 - Informação/formação sobre as hortas urbanas:

(técnicas de produção, época de produção das culturas, trabalho comunitário, compostagem, entre outros)

Numa altura de crise económica, este projecto surgiu na óptica da rentabilização e optimização de terrenos existentes cujo proprietário é o município de Alfândega da Fé, promovendo a criação de espaços verdes dinâmicos, onde se aposta na redução de resíduos com implementação da compostagem com intuito de produção de fertilizantes naturais, desenvolvendo assim uma consistência ambiental no concelho.

Por outro lado, quando se pensou neste projecto potenciaram-se locais de convivência familiar e comunitária onde a entreada e a vizinhança são uma realidade. Assim, o projecto surgiu da vontade do município em promover a agricultura biológica, contacto directo da população com a terra, desenvolvimento de consciência Ecológica, fomentar práticas de consumo sustentáveis, melhorar hábitos opostos ao sedentarismo, contacto social entre pessoas num mesmo local, poupanças económicas para as famílias, aplicação dos princípios da sustentabilidade (produção de alimentos nas proximidades da habitação).

Foram entregues 24 talhões de aproximadamente 90m2 cada para práticas agrícolas biológicas com acompanhamento técnico por parte do município, tendo sido leccionadas várias acções de formação sobre agricultura biológica, compostagem caseira, mezinhas, ervas aromáticas e medicinais.

Observações Relativas ao Formulário E**Observações Relativas ao Indicador 20****Documentação Anexa Relativa ao Indicador 20:**

Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40

Fax: +351 21 394 27 49

Tlm: +351 93 811 83 52

E-mail: eco21@abae.pt





Candidaturas

Candidaturas a município ECOXXI 2015 - Indicador 21

Município de Alfandega da Fé

Turismo Sustentável

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Turismo	Município; TP; INE; PPART	E/R	IC	IU/INU	5,0 (+ 1,0)

01 - Área do concelho (ha):

02.1 - N.º de camas (2013) em hotéis:

02.2 - N.º de camas (2013) em Hotéis-Apartamentos:

02.3 - N.º de camas (2013) em Pousadas:

02.4 - N.º de camas (2013) Aldeamentos Turísticos:

02.5 - N.º de camas (2013) Apartamentos Turísticos:

02.6 - N.º Total de camas (2013):

A - DESEMPENHO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO

A1 - Rentabilidade para o município

A1.1 - Proveitos de Aposento por Dormida (2013):

A1.1.1 - Proveitos de Aposento (2013) em hotéis:

A1.1.2 - Proveitos de Aposento (2013) em Hotéis-Apartamentos:

A1.1.3 - Proveitos de Aposento (2013) em Pousadas:

A1.1.4 - Proveitos de Aposento (2013) Aldeamentos Turísticos:

A1.1.5 - Proveitos de Aposento (2013) Apartamentos Turísticos:

A1.1.6 - N.º de Dormidas (2013) em hotéis:

A1.1.7 - N.º de Dormidas (2013) em Hotéis-Apartamentos:

A1.1.8 - N.º de Dormidas (2013) em Pousadas:

A1.1.9 - N.º de Dormidas (2013) Aldeamentos Turísticos:

A1.1.10 - N.º de Dormidas (2013) Apartamentos Turísticos:

A1.2 - Estada-média (2013):

A1.2.1 - Estada média (2013) em hotéis:

A1.2.2 - Estada média (2013) em Hotéis-Apartamentos:

A1.2.3 - Estada média (2013) em Pousadas:

A1.2.4 - Estada média (2013) Aldeamentos

A1.2.5 - Estada média (2013) Apartamentos

Turísticos:

Turísticos:

A2 - Ocupação dos empreendimentos turísticos

Nota: taxa de ocupação em hotéis, hotéis-apartamento, pousadas, aldeamentos e apartamentos turísticos

A2.1 - Taxa de ocupação-cama (2013): **A3 - Distribuição da sazonalidade da procura:**

Nota: dormidas mensais em hotéis, hotéis-apartamento, pousadas, aldeamentos e apartamentos turísticos

A3.1 - Dormidas (2013) em janeiro:

A3.2 - Dormidas (2013) em fevereiro:

A3.3 - Dormidas (2013) em março:

A3.4 - Dormidas (2013) em abril:

A3.5 - Dormidas (2013) em maio:

A3.6 - Dormidas (2013) em junho:

A3.7 - Dormidas (2013) em julho:

A3.8 - Dormidas (2013) em agosto:

A3.9 - Dormidas (2013) em setembro:

A3.10 - Dormidas (2013) em outubro:

A3.11 - Dormidas (2013) em novembro:

A3.12 - Dormidas (2013) em dezembro:

Observações Relativas ao Formulário A

Os dados apresentados referem-se apenas ao Hotel&SPA Alfândega da Fé (único hotel do concelho), pois no INE os dados disponibilizados têm valores = 0, porque estão registados menos de 3 empreendimentos e neste caso os dados são confidenciais. Também tentamos que os dados nos fossem facultados directamente pelos empreendimentos, mas apenas nos foram facultados pelo Hotel&SPA.

B - VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURALB1 - Unidades produtivas artesanais por área do concelho: B1.1 - N.º de unidades produtivas artesanais: **B2 - Museus, Centros Interpretativos e Outros Espaços Museológicos por área do concelho:**

Nota: requer o envio de lista com o nome e as coordenadas dos museus, centros interpretativos e outros espaços museológicos, bem como a com indicação dos respetivos endereços eletrónicos, caso existam

B2.1 - N.º de Museus, Centros Interpretativos e Outros Espaços Museológicos: B3 - N.º de unidades de Turismo em Espaço Rural, Turismo de Habitação e Hotéis Rurais por área do concelho:

B3.1 - N.º de unidades TER:

B3.2 - N.º de unidades de Turismo de Habitação:

B3.3 - N.º de Hotéis Rurais:

B4 - Empresas de animação turística e operadores marítimo turísticos por área do concelho: B4.1 - N.º de empresas de animação turística e operadores marítimo turísticos: **B5 - Evolução dos atendimentos ao balcão em Postos de Turismo:**

Nota: Requer o envio da lista dos Postos de Turismo abrangidos, identificação da respetiva entidade gestora, assim como período de funcionamento e horário

136,918605

B5.1 - N.º de pessoas atendidas ao balcão em Postos de Turismo (2014):

1143

B5.2 - N.º de pessoas atendidas ao balcão em Postos de Turismo (2013):

3096

B6 - N.º de itinerários, percursos turísticos temáticos e rotas:**Nota: Para cada itinerário, percurso turístico temático ou rota requer o envio da identificação do respetivo tema, mapa/ percurso, caracterização dos pontos de interesse e canal/ suporte de disponibilização ao público**

13

Observações Relativas ao Formulário B

Em anexo segue a Lista (documento único) com os dados solicitados em B2, B5 e B6.

Considerou-se importante anexar a este subindicador a seguinte documentação relevante:

- 1- Circuito Pedonal Urbano
- 2- Circuito Pedonal Urbano Mapa
- 3- Mapa rotas
- 4- Trilho Alvazinhos
- 5- Trilho das Capelas
- 6- Trilho de Bornes
- 7- Trilho do Sabor
- 8- Trilho Forno da Cal
- 9- Trilho Gouveia
- 10- Trilho Rabo de Burro
- 11- Trilho Vilares da Vilarça
- 12- Rota do Azeite Alfândega

Documentação Anexa Relativa ao Formulário B:

- [Indicador B - LISTA.docx](#) (20.4 kB)
- [1- Circuito Pedonal Urbano.pdf](#) (2 MB)
- [2- Circuito Pedonal Urbano Mapa.pdf](#) (768.6 kB)
- [3- Mapa rotas.pdf](#) (1.9 MB)
- [4- Trilho Alvazinhos.pdf](#) (4.4 MB)
- [5- Trilho das Capelas.pdf](#) (4.6 MB)
- [6- Trilho de Bornes.pdf](#) (4.2 MB)
- [7- Trilho do Sabor.pdf](#) (4.5 MB)
- [8- Trilho Forno da Cal.pdf](#) (4.3 MB)
- [9- Trilho Gouveia.pdf](#) (4.8 MB)
- [10- Trilho Rabo de Burro.pdf](#) (4.5 MB)
- [11- Trilho Vilares da Vilarça.pdf](#) (4.5 MB)
- [12- Rota do Azeite Alfândega.pdf](#) (361.4 kB)

C - INICIATIVAS DO MUNICÍPIO**C1 - N.º de projetos de desenvolvimento turístico sustentável, concluídos em 2014:****Nota: requer o envio da caracterização de cada projeto, incluindo a designação, natureza, objetivos, identificação de ações realizadas e respetiva calendarização, parecerias e resultados obtidos**

15

C2 - Relatório de avaliação da satisfação dos turistas que visitam o concelho, realizado pelo município ou pela entidade promotora do destino, nos últimos três anos:**Nota: requer o envio do inquérito e do relatório ou indicação do sítio eletrónico onde os mesmos estejam disponíveis** Sim Não**C3 - Site próprio ou link para o site da entidade que promove a Região, com informação turística atualizada em, pelo menos, dois idiomas:** Sim Não**C4 - Estratégia para o turismo assente nos princípios da sustentabilidade municipal ou supramunicipal, elaborado ou revisto nos últimos 3 anos e disponível ao público:****Nota: Requer o envio do plano estratégico ou do endereço eletrónico em que este esteja disponível ao público** Sim Não**C4.1 - Foi submetido a consulta pública:**

Sim Não

C4.2 - em caso afirmativo, indicar o período de consulta pública:**Observações Relativas ao Formulário C**

www.cm-alfandegadafe.pt
www.portoenorte.pt

Em anexo segue a Lista (documento único) com os dados solicitados em C1.

Considerou-se importante anexar a este subindicador a seguinte documentação relevante:

- 1- Plano da Cultura e do Turismo
- 2- Inquéritos (4 documentos)
- 3- Relatórios de Satisfação (11 documentos)

Documentação Anexa Relativa ao Formulário C:

- [Indicador C - LISTA.docx](#) (26.6 kB)
[1- Plano Municipal da Cultura e do Turismo.doc](#) (2.5 MB)
[2- Inquéritos de Satisfação.rar](#) (667 kB)
[3- Relatórios de Satisfação.rar](#) (1 MB)

Documentação Anexa Relativa ao Indicador 21:**Contactos**

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt

